

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Relatório & Contas



Índice

Geral

Corpos Sociais 4

Árvore do Grupo 5

Informação Geral 6

Relatório Individual

Indicadores Financeiros 8

Relatório do Conselho de Administração 9

Demonstrações Financeiras 22

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 42

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 44

Relatório sobre o Governo da Sociedade

Relatório 46

Relatório Consolidado

Indicadores Financeiros 64

Relatório do Conselho de Administração 65

Demonstrações Financeiras 70

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 116

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 118

Geral



Corpos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Manuel de Oliveira Marques - Presidente
José Lourenço Abreu Teixeira – Vice-Presidente
Manuel Fernando Monteiro da Silva – 1º Secretário
Maria Olívia Almeida Madureira – 2º Secretário

Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente
José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
Hiroyuki Ochiai – Vogal
Massimo Nordio – Vogal
Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Vogal
Salvador Acácio Martins Caetano – Vogal
Ana Maria Martins Caetano – Vogal

Makato Sasagawa – Suplente

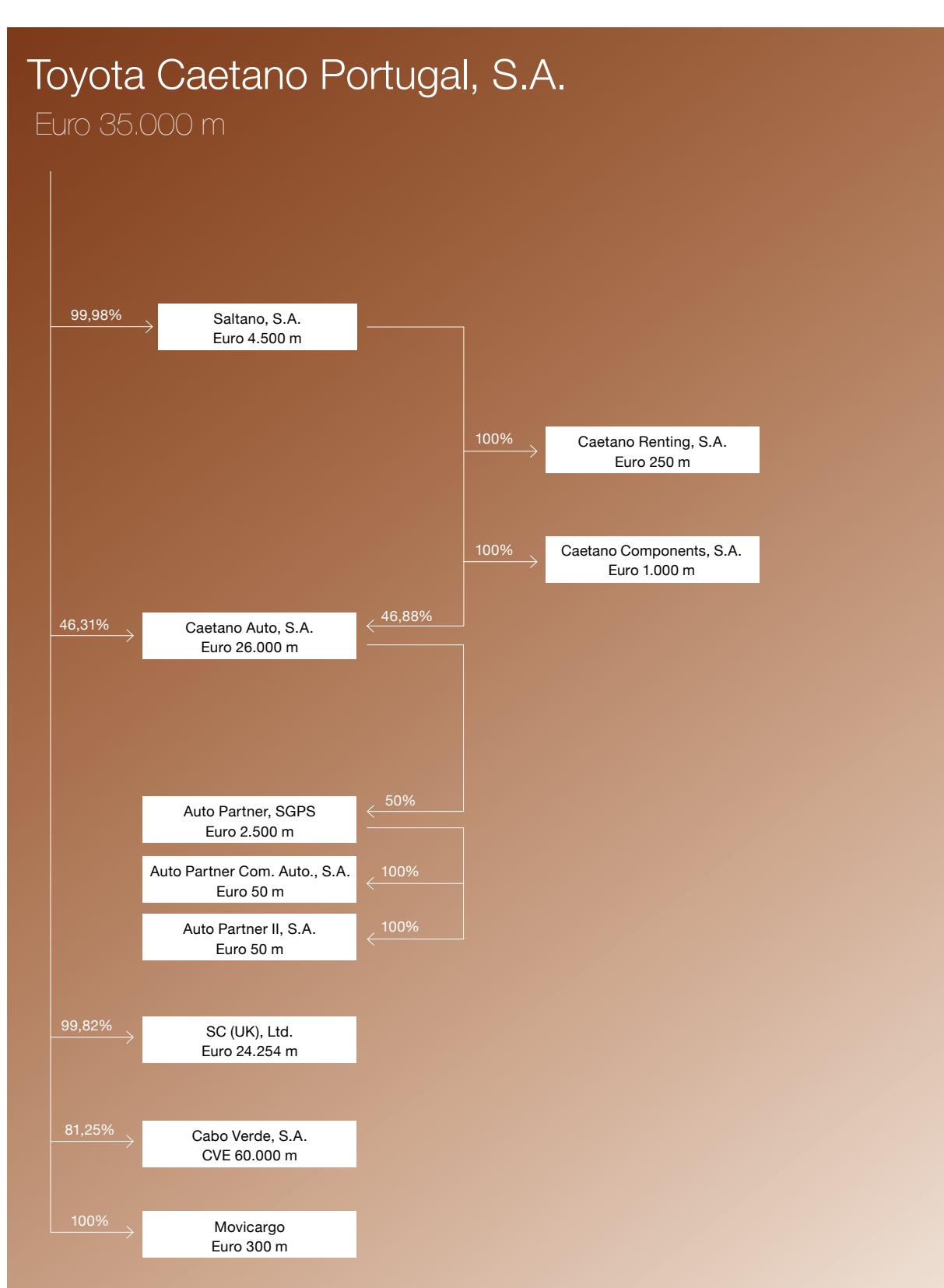
Conselho Fiscal

José Jorge Abreu Fernandes Soares - Presidente
Kazuki Ogura - Vogal
António Pimpão & Maximino Mota, SROC, representada por António Maia Pimpão - Vogal
Fernando Sousa Matos Pires - Suplente

Revisor Oficial de Contas

António Manuel Martins Amaral em representação de
Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA.
Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro - Suplente

Árvore do Grupo



Informação Geral

Sede

Avenida Vasco da Gama, 1410
4431-956 Vila Nova de Gaia
Telef. 22.7867000 – Fax 22.7867215

Unidade Fabril de Ovar

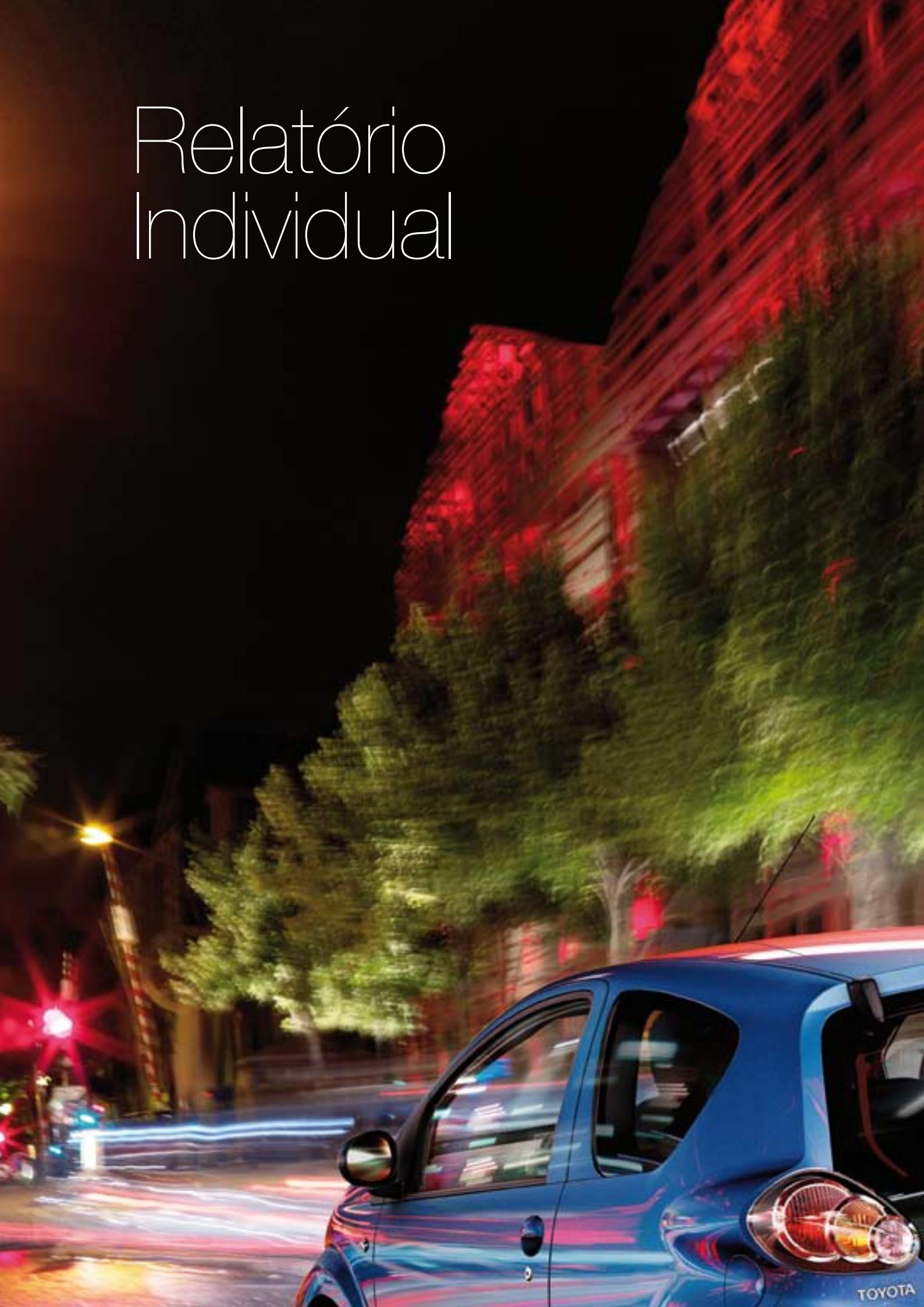
Olho Marinho – 3885-100 Arada
Telef. 256.790000 – Fax 256.790005

Direcção Regional Sul

Carregado
E.N. 3 – Carregado – Apartado 23 – 2584-908 Carregado
Telef. 263.857200 – Fax 263.857208

Toyota Caetano Portugal, S.A.
Data de Constituição: 4 de Julho de 1946
N.I.P.C. 500 239 037
Conservatória Registo Comercial de Vila Nova de Gaia N° 500239037
Capital Social: EUR 35 000 000
Sociedade com Capital Aberto ao Investimento Público
Admitida à cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa

Relatório Individual



TOYOTA

Indicadores Financeiros Individuais

(Euro)

	2008	2007	2006
Vendas	405.392.814	424.634.355	382.660.904
Cash-flow bruto	13.171.388	20.189.612	17.308.007
Resultado líquido	3.176.750	10.706.466	7.801.782
Encargos financeiros líquidos	4.745.564	3.122.414	4.499.316
Custos com o pessoal	18.470.040	18.787.910	21.501.694
Investimento líquido	12.345.312	(13.306.602)	3.605.668
Fundo de maneio bruto	37.839.996	46.121.076	17.043.256
Vab	44.097.593	52.842.063	50.462.279
Unidades vendidas	23.855	24.012	22.018
Volume de emprego	707	698	813

Relatório do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente

Ao longo da nossa vida fomos-nos acostumando a vencer dificuldades, muitas delas a surgirem do inesperado. Sempre as tentamos compreender para melhor e racionalmente encontrarmos a solução que naquele momento nos parecesse mais certa, porque mais eficaz.

O ano de 2008 veio-nos dizer que afinal vivímos a ilusão do desenvolvimento global e rapidamente começámos a assistir ao desmoronar de tantos projectos de vida envolvendo empresas e famílias, que aparentam fortíssimas dificuldades em remar contra uma maré, porventura nunca vista até aos dias de hoje.

No entanto é preciso continuar.

E continuar significa cada um de nós, no seu dia a dia, tentar inverter o quadro de incerteza e falta de confiança que se instalou por todo o mundo e acreditar que com imaginação, seriedade e trabalho produtivo se poderá atingir o objectivo imediato que nos parece ser o mais importante: sustar a queda e ganhar estabilidade.

Depois, perseguir a escalada do desenvolvimento em que a sociedade mundial saberá não esquecer os erros que cometeu e nos trouxeram à situação presente.

Salvador Fernandes Caetano
Presidente

Actividade Industrial

Divisão Fabril de Ovar

No ano de 2008, a Produção Toyota foi de 5.947 unidades o que corresponde a um acréscimo de 20%, relativamente ao mesmo período do ano anterior. Foram produzidas 5.248 Dyna (+32% do que no ano anterior) e 573 Hiace (-28%).

Quanto ao produto Dyna o mercado externo representou 66% da sua produção, o que significa um aumento de 7% no peso da exportação em relação ao total produzido.

No que respeita aos Mini Autocarros, no ano de 2008, foram produzidos 154 unidades o que corresponde a um decréscimo de 4% em relação ao ano anterior.

O mercado externo representou 63% da sua produção, o que significa um aumento de 20% no peso da exportação, face ao mesmo período do ano anterior.

Quanto às Transformações e em 2008, atingiram-se 10.046 unidades o que corresponde a um decréscimo de 15% relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Produção	2008	2007	2006	2005	2004
Unidades Físicas Toyota	5.947	4.924	3.831	3.920	3.050
Nº Unidades Homogeneizadas	9.429	8.872	7.669	8.742	7.582
Unidades Físicas Optimo	154	160	132	148	134
Unidades Transformadas	10.046	11.682	6.865	6.726	5.628
Total Colaboradores	360	343	325	321	325

Para a fábrica de Ovar, 2008 fica marcado como um ano de bons resultados alcançados no que respeita à Auditoria da Toyota Motor Corporation ao Produto Dyna e a Auditoria da APCER aos Sistemas de Gestão da Qualidade e do Ambiente.

No âmbito da gestão dos Recursos Humanos da fábrica, há assinalar os 54 certificados entregues aos colaboradores pela conclusão do RVCC (Reconhecimento Validação e Certificação de Competências).

De destacar ainda as diversas actividades realizadas para os colaboradores (Dia do colaborador, Campanha Primeiro o Cliente, Campanha do Mês Verde) fornecedores (Sensibilização REACH com a participação da Toyota Motor Europe, Campanha Qualidade) e sociedade (Campanha de Solidariedade à Associação ACREDITAR).

Actividade Comercial

Mercado Total

Mercado	2008	2007	Desvios	
			2008 vs 2007	%
Veículos Ligeiros Passageiros	213.389	201.828	11.561	5,7%
Veículos Comerciais Ligeiros	55.404	68.421	-13.017	-19,0%
Veículos Comerciais Pesados	6.334	6.369	-35	-0,5%
Total	275.127	276.618	-1.491	-0,5%

Fonte: ACAP (Matrículas)

A economia Portuguesa foi marcada por uma desaceleração da actividade económica, que teve efeitos no mercado Automóvel, e que só não foi mais sentida devido a antecipação de compra verificada no último mês do ano. As Exportações (motor de crescimento da economia portuguesa em 2007) e a Procura Interna desaceleraram fortemente. Os indicadores de clima económico e de confiança dos consumidores em Portugal evoluíram negativamente ao longo de 2008, tocando, mês após mês, em novos mínimos históricos.

Após um ano marcado pela crise económica e financeira que se vive a nível mundial, o mercado automóvel em Portugal sofreu uma pequena contracção, de cerca de 0,5% em 2008. O último ano terminou com a venda de 268.793 veículos ligeiros (Passageiros + Comerciais) e 6.334 pesados, o que perfaz um total de 275.127 unidades comercializadas.

Estamos a falar de uma pequena queda, ou mesmo de uma estagnação do mercado automóvel, pois a diferença de vendas versus 2007, são umas meras 1.491 unidades. Este resultado só não foi mais acentuado devido ao excelente mês de Dezembro, que apresentou um crescimento de 25,1% vs período homólogo. Este excelente resultado, foi fruto de uma antecipação na compra de viaturas, motivado pelas seguintes razões:

1. Revisão do ISV (Imposto Sobre Veículos) que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009 e que veio agravar o preço de venda dos veículos. O agravamento médio do imposto foi de cerca de 12%.
2. Incentivo ao Abate de veículos em fim de vida: A compra de carros novos ao abrigo deste programa foi restringida, a partir de 1 de Janeiro de 2009, a modelos que emitam até 140g/km de CO2.

Quando analisamos separadamente o Mercado de Veículos Ligeiros de Passageiros (VLP) e o Mercado de Veículos Comerciais (VC) em 2008, deparamos com duas realidades bem distintas. Os primeiros apresentaram um crescimento bastante acentuado de 5,7%. O Programa de Incentivo ao Abate de veículos em Fim de Vida, contribuiu decisivamente, para o crescimento do mercado de Passageiros em 2008, tendo-se registado um acréscimo de 135,8% face ao ano de 2007 (atingiu as 34.587 unidades e um peso de 16,2%). Se expurgássemos do mercado de Veículos Ligeiros de Passageiros, as viaturas vendidas por este canal (via abates), o mercado teria quebrado 4,5%.

Em sentido inverso, os Veículos Comerciais (VC) apresentaram uma quebra de 17,5%. Por um lado justificado pelas alterações de fiscalidade (que afectou essencialmente os Derivados de Passageiros, as Pick-Up, e os Furgões 9 lugares) que ocorreram durante 2007 e que tiveram um efeito mais acentuado em 2008. Por outro lado pela situação económica que se vive, retracção no Investimento das Empresas. Em 2007 a rubrica Investimento apresentou um crescimento de 3,2% e em 2008 inverteu essa tendência ao quebrar 0,8%.

Durante 2008 o sector automóvel foi muito influenciado pela evolução do preço do barril de petróleo. Não só pela sua influência directa do preço dos combustíveis, mas também pela influência indirecta: no aumento do preço dos componentes via aumento do preço do seu transporte; e no aumento dos produtos directamente derivados de petróleo (que são em grande número na indústria automóvel). O 1º semestre de 2008 foi marcado por uma rápida ascensão do preço desta matéria-prima. Esta evolução, com consequências directas no “bolso” do consumidor (aumento do preços dos combustíveis) foi responsável por uma alteração de mentalidades, na procura de veículos mais económicos e mais amigos do ambiente. No entanto, no 2º Semestre com as constantes notícias de retracção económica, da crise sem precedentes no mercado automóvel, e apesar das ameaças de corte na produção da OPEP, observou-se uma acentuada inversão da evolução do preço do petróleo (cerca de -70% versus o “pico” atingido em meados de 2008).

Matrículas de Veículos Ligeiros (EU e Portugal)

	2008	2007	Variação % Unidades
EU	16.281.415	17.731.153	-8,2%
Portugal	268.793	270.249	-0,5%

Fonte: ACEA

Apesar do enquadramento macroeconómico português menos favorável, a evolução do mercado Automóvel de passageiros em Portugal foi menos negativa do que a que se verificou em 2008 na União Europeia. O mercado Nacional de veículos ligeiros apenas quebrou 0,5%, contra a quebra de 8,2% que se verificou na EU. De salientar a quebra verificada na “nossa vizinha” Espanha, que atingiu os 30%.

Viaturas Toyota

TOYOTA	2008	2007	2008 vs 2007	
			Unidades	%
Veículos Ligeiros Passageiros	11.200	12.097	-897	-7,4%
Veículos Comerciais Ligeiros	5.262	5.799	-537	-9,3%
Veículos Comerciais Pesados	240	341	-101	-29,6%
Total	16.702	18.237	-1.535	-8,4%

Fonte: ACAP (Matrículas)

O ciclo de 3 anos consecutivos em que as vendas de viaturas novas Toyota vinham a crescer, foi interrompido no final 2008. As vendas da Toyota decresceram 8,4%, bem mais do que o decréscimo que se verificou na globalidade do mercado automóvel (-0,5%), contudo a Toyota manteve o 7º lugar de 2007, apesar de ter perdido 0,5 p.p. de quota de mercado (de 6,6% para 6,1%) e aumentado o fosso para as 6 marcas mais vendidas. Na totalidade a Toyota vendeu 16.702 unidades em 2008, das quais 11.200 unidades foram Veículos Ligeiros de Passageiros (VLP) e 5.502 unidades foram Veículos Comerciais (VC).

Quando comparadas a performance da Toyota com a do mercado, deparamos com realidades distintas se fizermos essa análise repartida entre Veículos Ligeiros de Passageiros e Veículos Comerciais.

Por um lado, as vendas de Veículos Ligeiros de Passageiros apresentam uma performance inferior ao mercado, ou seja, o mercado apresentou um crescimento de 5,7%, enquanto as vendas da Toyota quebraram 7,4% e menos 897 unidades vendidas em 2008. Tal desempenho prende-se com factores que marcaram as vendas de VLP em 2008, tais como:

1. Ano dominado pelo escoamento de vários modelos da Gama, dos quais destacamos o Aygo, Yaris, Avensis, Prius, Verso.
2. Inexistência de lançamentos de novos modelos na gama de VLP Toyota, ao contrário da concorrência que esteve muita activa com lançamento de novos modelos.
3. A Toyota não se encontra presente em Sub-Segmentos em franca expansão, tais como o das Station-Wagon (SW) no segmento B e C e dos Mini-Monovolumes.
4. A concorrência investiu forte em campanha de comunicação onde estimulavam o consumidor a beneficiar do “incentivo ao Abate” de veículos em fim de vida que o Estado tem vindo a promover, ao mesmo que associavam incentivos monetários extra. A Toyota é uma marca que não coopera com este tipo de políticas de desconto que tem pautado a actuação da maioria das suas principais concorrentes.
5. Em linha com o ponto anterior, a Toyota não pactua com políticas de descontos frotistas agressivas que tem sido regra nos últimos anos e que se intensificou ao longo de 2008 (necessidades das marcas escoarem excessos de stocks).
6. Redução estratégica do volume de viaturas vendidas para Rent-a-Car (RAC). O efeito foi menos 392 unidades vendidas por este canal, o que corresponde a uma redução de cerca de 33%.

Por outro lado, os Veículos Comerciais (VC) apresentaram uma performance superior ao mercado. Enquanto que o mercado quebrou 17,5%, a Toyota quebrou apenas 10,4%. A Toyota manteve o notável 5º lugar que conquistou em 2007, e atingiu 8,9% de penetração de mercado. Esta excelente performance, apesar das poucas alterações que ocorreram na gama de VC da Toyota é justificada por:

1. Confiança depositada dos clientes Toyota na marca. Um cliente de veículos comerciais encontra na Toyota a melhor resposta para um produto com Qualidade, Durabilidade e Fiabilidade.
2. Excelente posicionamento de mercado na Gama Hilux e Dyna. Estes dois modelos reforçaram, durante 2008, a liderança nos segmentos onde actuam.
3. Excelente performance das versões Derivadas de comerciais da Gama Yaris e Auris. O Yaris Bizz apenas quebrou 13,7% em 2008, enquanto o mercado de Derivados de Passageiros quebrou bastante mais, cerca de 35%. Por seu turno o Auris, que apenas foi lançado a meio de 2007, finalizou o ano de 2008 na 2ª posição dos Derivados de Comerciais do segmento C.

Viaturas Lexus

O ano de 2008 ficou essencialmente marcado pelo decréscimo acentuado nas vendas da Gama IS. Esta redução ficou a dever-se à perda continuada de competitividade do modelo IS220d motivada pela alteração do cálculo do Imposto sobre Veículos (ISV). No que concerne aos modelos híbridos, destaca-se a excelente performance do modelo LS com 14 unidades vendidas, duplicando o volume do ano anterior.

Modelos	2008	2007
IS	226	361
GS	39	40
RX	34	35
LS	14	7
TOTAL	313	443

Previsão para 2009

Tendo em conta o difícil cenário actual, com previsões bastante pessimistas para o próximo ano, a nossa aposta passa por manter o volume atingido em 2008. Para isto contamos com a renovação da Gama IS com emissões de CO2 mais baixas e preços mais ajustados ao competitivo segmento D Premium. Além deste novo modelo, contamos igualmente que a introdução da 3ª Geração RX irá permitir alargar a base de Clientes deste modelo. Finalmente teremos um novo modelo IS 250C("Cabriolet") que terá um efeito residual nas vendas globais da Marca no nosso país, contribuindo sim para melhoria da imagem da Marca.

A aposta da Marca passa por consolidar a aplicação dos vários projectos já implementados na rede Lexus, de forma a conseguirmos a Completa Satisfação dos nossos Clientes.

Máquinas Industriais

Equipamento Industrial Toyota

	Mercado			Equipamento Industrial Toyota				Variação %	
	2008	2007	Variação %	08		07			
				Qt.	%	Qt.	%		
Empilhadores Contrabalançados	1.568	1.516	3,4	284	18,1	327	21,6	-13,1	
Equipamento de Armazém	1.800	1.586	13,5	176	9,8	196	12,4	-10,2	
Total	3.368	3.102	8,6	460	13,7	523	16,9	-12,0	

Fonte: ACAP

As vendas de máquinas de movimentação de cargas em 2008 cresceram 8,6%, muito por influência do crescimento de vendas do equipamento de armazém, muito utilizado nas plataformas logísticas dos produtos alimentares, sector económico com relevância.

Por sua vez, as vendas do Equipamento Industrial Toyota estiveram em contra-ciclo com o mercado, pois decresceram 12%, muito pelo efeito da contracção e contenção sentida nas áreas dos têxteis, da cerâmica e algumas indústrias subsidiárias da indústria automóvel, tradicionais compradores de Equipamentos Toyota. Face à aquisição em Junho passado de 100% do capital social da Empresa Movicargo pela Toyota Caetano Portugal, cumpre-nos aqui salientar o excepcional nível de vendas de Equipamento de armazém da marca BT, representada pela supracitada Movicargo e que representou 484 unidades. Este bom desempenho foi muito influenciado pela renovação do contrato da frota de aluguer a operar numa das maiores empresas portuguesas da distribuição alimentar.

Peças

Vendas Globais

(Milhares Euros)

Produto	Vendas		Cresc. 08/07	
	2008	2007	%	m€
Peças/Acessórios	45.277	45.611	-0,7%	-334
Serviços Mandatory	2.113	1.637	29,1%	477
Total	47.390	47.248	0,3%	142

Durante o ano de 2008, a Divisão de Após Venda Toyota facturou em peças, acessórios e merchandising 45,3 milhões de Euros. Esta importância representa um decréscimo de 0,7% relativamente ao ano de 2007. Por seu lado, o orçamento de gestão ficou-se pelos 98,2%, o que significa 0,8 milhões de Euros abaixo do valor orçamentado.

Adicionalmente à venda de peças, foram também facturados pela Divisão de Após Venda Toyota os serviços “Mandatory” (designadamente os “eurocare” e “extracare”). A facturação destes serviços totalizou 2,1 milhões de Euros, mais 0,5 milhões de Euros que no ano anterior.

Distribuição das vendas totais

	Peso (%) no Total de Vendas	
	2008	2007
Peças Genuínas Toyota	74,70%	72,80%
Peças de Incorporação Nacional	4,90%	4,80%
Acessórios*	19,30%	21,10%
Merchandising*	1,10%	1,30%

*Os Acessórios e “Merchandising” englobam material genuíno e nacional.

A venda de peças Genuínas Toyota representa a maior fatia das vendas globais, tendo sido responsável durante 2008 por 74,7% das mesmas. Verificou-se neste ano um crescimento da representatividade destas peças, que em 2007 correspondeu a 72,8%. Esta evolução foi fruto tanto do crescimento da venda de peças genuínas (+570 mil euros) como da quebra na venda de acessórios (-866 mil euros) e de “merchandising” (-90 mil euros).

A rede de Assistência Oficial Toyota constituiu o principal cliente da Divisão de Após Venda. Para este destinaram-se 79,7% da facturação global, o equivalente a 36,1 milhões de Euros. As vendas a este cliente decresceram no entanto 1,5% relativamente às realizadas em 2007, resultando numa execução orçamental de apenas 93,9%.

Notas finais

A Divisão Após – Venda da Toyota Caetano Portugal continua empenhada no desenvolvimento de actividades que dinamizem o seu negócio, como forma de enfrentar as actuais dificuldades do mercado.

Das iniciativas, que se verificam essencialmente a nível da Rede de Assistência Oficial, podemos destacar:

- A renovação do programa “Toyota Premium Trade”, que a par da reestruturação do projecto aposta numa apresentação gráfica mais apelativa.
- O lançamento da 2ª edição da Toyota Solidária, campanha caracterizada pelo envolvimento e acção social da marca Toyota.
- A aposta na contínua retenção de clientes com os programas Eurocare, Extracare, Contratos de Manutenção e a introdução, neste último ano de 2008, dos Serviços Financeiros.
- Contínuo acompanhamento e incentivo à venda dos produtos considerados “oportunidades de negócio”.
- Concurso Europeu para Técnicos de Venda e Assessores de Serviço Toyota.

É com muito orgulho que anunciamos que o Sr. José Luís Azevedo, assessor de serviço da Caetano Auto Lisboa, alcançou o 1º lugar no concurso para assessores de serviço. No ano em que se comemoraram os 40 anos da Toyota em Portugal, esta conquista é o reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo destes anos.

Recursos Humanos

O Capital Humano é um activo fundamental e decisivo para o êxito da Empresa: consideramos assim, os colaboradores como parceiros estratégicos potenciadores de negócio, que devem balizar-se por princípios de Ética e Responsabilidade e ao mesmo tempo é preocupação da Empresa criar condições e incentivar todos os Colaboradores para que possam desenvolver as suas competências profissionais e pessoais, colocando-as ao serviço desta.

Num contexto difícil e de grande incerteza, a preocupação em identificar nos processos de recrutamento profissionais com elevado potencial é decisiva, mas ao mesmo tempo, de manter, desenvolver e motivar todos os Colaboradores que na Organização contribuem no dia-a-dia para o seu êxito.

Desenvolvemos no ano de 2008 um trabalho de Descrição, Análise e Qualificação de Funções, com o objectivo de poder dispor de instrumentos que permitam uma gestão cada vez mais justa e eficaz das pessoas no seu envolvimento profissional. Este projecto tornou-se decisivo para o processo de certificação que virá a ter como objectivo a certificação no Sistema de Gestão Integrado Ambiente e Qualidade (Normas ISO 14001:2004 e ISO 9001:2008).

Mantivemos a preocupação com a elaboração do Plano de Formação, acompanhando a sua execução, a gestão processual e efectuando o registo nos processos individuais.

O quadro seguinte evidencia a actividade formativa que desenvolvemos:

Tipo de Acções	2008		2007		2006	
	Cursos	Participantes	Cursos	Participantes	Cursos	Participantes
Aprendizagem – Dupla Certificação	10	158	15	243	23	333
Formação Profissional de Activos	104	1.813	94	1.735	93	2.497
Formação Profissional de Externos	244	4.776	187	4.466	95	2.018
Total	358	6747	296	6444	211	4.848

Na qualificação de jovens, registamos o mesmo volume de cursos em Vila Nova de Gaia e assinámos um protocolo com o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional que alarga a nossa autonomia nesta modalidade de formação e vai permitir o relançamento do Sistema de Aprendizagem em Ovar e no Carregado no ano de 2009. O nosso envolvimento no Projecto Novas Oportunidades conduziu-nos à criação de um Centro Novas Oportunidades – CNO -Toyota Caetano.

O CNO – Toyota Caetano iniciou a actividade em Outubro, com o objectivo primeiro de promover a qualificação dos colaboradores do Grupo Salvador Caetano que pretendam obter a sua certificação escolar e profissional, tendo iniciado os trabalhos de RVCC até final do ano com 184 Colaboradores.

Na área da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho demos particular atenção ao acompanhamento e monitorização globais necessários às boas condições de trabalho e de doenças profissionais.

Os Planos de Emergência foram actualizados tendo em conta as alterações de layouts da Empresa, respeitando sempre as condições de segurança das pessoas e bens.

Integrado no projecto Vida sem Barreiras, efectuamos uma avaliação das acessibilidades às instalações, para pessoas especiais, definindo e sinalizando as zonas de estacionamento na empresa.

Embora com a situação de debilidade da economia do país foi possível efectuar uma revisão salarial com um aumento de 2,5 %, que se repercutiu fundamentalmente nos níveis de vencimento mais baixos.

Esta é uma demonstração de uma postura socialmente responsável que procuramos ter na gestão global da Empresa. Neste sentido, demos cumprimento à deliberação da Assembleia Geral de accionistas atribuindo uma gratificação aos Colaboradores no valor de 1.000.000 Euros.

A idade média dos Colaboradores continua a ser uma preocupação, como se evidencia no quadro seguinte, dado que o aumento em termos absolutos é substancialmente menor do que o ano entretanto decorrido.

Estabelecimento	2008	2007
Vila Nova de Gaia	43,60	42,99
Ovar	39,37	39,74
Delegação Lisboa	42,46	41,49
Total	41,26	41,25

Actividade Financeira

Torna-se evidente na análise a efectuar ao exercício de 2008, que estivemos perante um ciclo a dois tempos e ritmos ou seja, um primeiro semestre que continuava a evidenciar os mesmos impactos da procura que se tinham verificado em 2007 e que permitiu um nível de negócios e rentabilidade objectivamente também semelhantes aos do exercício anterior e, um segundo semestre onde as fortes ondas de choque provenientes da crise instalada no sistema financeiro internacional, se fizeram já sentir ao nível da procura interna, por via das limitações à concessão de crédito e do sentimento generalizado de desconfiança que rapidamente se instalou.

Em termos gerais no entanto o exercício de 2008, e em relação ao mercado automóvel total, sofreu somente uma quebra de meio ponto percentual muito por via da tentativa de evitar o aumento da carga fiscal por parte dos consumidores, o que levou à antecipação de compra verificada em Dezembro.

No que à marca nossa representada respeita a quebra verificada de 8,4% no número de unidades comercializadas face ao ano anterior resulta essencialmente da inexistência de novos modelos a lançar no período em análise, aliada às fortes campanhas promocionais desenvolvidas pela concorrência que se lhe permitiram por um lado a obtenção de quota de mercado, lhes trarão certamente a médio prazo, se não imediatamente, dissabores de natureza económico-financeira.

Uma vez entrados na área financeira pudemos constatar a evolução no sentido da alta das taxas de referência que se verificou durante a maior parte do exercício, tendo somente no seu final e, pela forte pressão que a crise instalada exerceu, sido possível constatar a intervenção do BCE no sentido da redução das mesmas, ainda que acompanhada do aumento significativo dos spreads bancários, resultante da resposta das instituições financeiras à falta de liquidez com que se viram confrontadas.

(Milhares de Euros)

Vendas	2008	2007	Var %
Mercado Interno	341.638	376.346	-9,2%
Mercado Externo	63.755	48.288	32,0%
Total	405.393	424.634	-4,5%

Resultado do atrás exposto foi possível atingir em 2008 os 405,3 milhões de Euros de volume de negócios, os quais representaram uma quebra face ao ano anterior de 4,5%.

De salientar no entanto o crescimento de 32% nas vendas para os mercados externos e que espelha bem a importância crescente que projectos como a montagem do modelo Dyna para os mercados europeus, levada a cabo na Unidade Fabril de Ovar, vão tendo no conjunto das nossas actividades, com um total de 3.568 unidades comercializadas e correspondendo a cerca de 47 milhões de Euros de facturação anual.

(Milhões de Euros)

Origens de Fundos			Aplicação de Fundos		
Cash Flow	13	32%	Distribuição	10	24%
Bancos	17	41%	Disponibilidades	3	6%
Stocks	7	16%	Clientes	10	25%
Outros	5	11%	Fornecedores	4	10%
			Estado	1	3%
			Investimento	12	30%
			IRC	1	2%
Total	42	100%	Total	42	100%

O quadro anterior é demonstrativo de que a Empresa gerou em 2008 um Cash-Flow superior a 13 milhões de Euros tendo no entanto de se apoiar no crédito bancário para suportar as necessidades de investimento produtivo entretanto criadas, bem como o acréscimo de crédito concedido, ainda que pontualmente, por força do aumento do volume de negócios ocorrido em Dezembro. Podemos no entanto afirmar que os principais indicadores de funcionamento se mantêm perfeitamente controlados conforme se comprova no quadro a seguir apresentado:

Indicador	2008	2007
Rotação Média Existências (dias)	81	85
Prazo Médio de Cobrança (dias)	75	63
Prazo Médio de Pagamento (dias)	33	32
Autonomia Financeira	40%	45%

Uma palavra ainda para o facto de em Junho de 2008, ter sido adquirida pelo montante global de 1.130 mil Euros, a totalidade do capital social da Empresa Movicargo – Movimentação Industrial, Lda., representante nacional da marca de máquinas industriais BT, o que nos permitiu após a celebração, já no final do ano, de um acordo de cessão de unidade de negócio, vir a aglutinar na nossa Divisão de Equipamento Industrial a comercialização das marcas Toyota e BT e assim podermos perspectivar num futuro próximo uma prestação de serviços nesta área que se traduza numa maior satisfação dos nossos Clientes, bem como obviamente um aumento do volume de negócios a gerar.

No que às amortizações concerne, no período foram contabilizadas cerca de 9,4 milhões de Euros, tendo sido aplicadas as taxas máximas legalmente aceites e em vigor.

Simultaneamente e por força da redução dos tempos médios de stock de veículos usados pudemos reverter 360 mil Euros de ajustamentos efectuados em exercícios anteriores para este tipo de activos.

Consequência de tudo o anteriormente exposto um resultado líquido de 3,2 milhões de Euros pode ser obtido, após a correspondente estimativa de imposto sobre o Rendimento a pagar, o que reflecte um decréscimo de 70%, relativamente aos resultados líquidos apurados em 2007.

Temos consciência que o ano de 2009 e seguintes serão períodos de incerteza e muita instabilidade para a área de negócio em que estamos envolvidos, mas é também nossa convicção que nos encontramos bem apetrechados para fazer face às ondas de crise que se anuncia, já que em devido tempo medidas adequadas de reestruturação foram tomadas e outras nomeadamente na área de contenção de despesas se encontram em marcha. Resta-nos esperar que a turbulência que tem atingido o mercado automóvel possa ser rapidamente ultrapassada mediante a retoma da confiança por parte dos consumidores e que as instituições financeiras resolvam a breve trecho os seus problemas de liquidez sendo que todos contamos com o suporte e apoio de medidas governamentais corajosas e incentivadoras da retoma económica.

Resta-nos confirmar que à data de elaboração deste relatório não existiam situação de incumprimento na conta de Estado e Outros Entes Públícos.

Declaração

Vêm todos os membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S. A. nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Toyota Caetano Portugal, S. A., e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa contendo ainda, uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Proposta de Aplicação dos Resultados

Em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados apurados no exercício, no valor de Euro 3.176.749,64

- a) Para dividendos a atribuir ao capital, Eur. 0,07 por acção, o que atento o seu número 35.000.000 de acções, perfaz Eur: 2.450.000,00
- b) Para atribuição aos Corpos Sociais e Colaboradores, a título de participação nos lucros relativos à quota parte aferida e congruente com o trabalho e dedicação por todos desempenhado Eur: 400.000,00
- c) O remanescente para reforço de Reservas Livres Eur 326.749,64

Encerramento

Desde a conclusão do ano de 2008 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

Este relatório não ficaria concluído, sem expressarmos o nosso reconhecimento às pessoas ou entidades que, de algum modo, tenham contribuído para o desenvolvimento da actividade da Empresa ou para os resultados que foram alcançados em 2008, designadamente:

- Os nossos Clientes e Concessionários pelo estímulo que nos transmitiram através da confiança depositada nos nossos produtos e pela distinção da sua preferência;
- Às Entidades Bancárias pela colaboração demonstrada ao longo da evolução da nossa actividade;
- Aos Órgãos Sociais pela cooperação mantida em todos os momentos;
- A todos os Colaboradores pela dedicação com que se envolveram na concretização dos objectivos da Empresa.

Vila Nova de Gaia, 14 de Março de 2009

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Informação sobre a Participação dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Não tem movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2008, detinha 1.167.465 acções, com o valor nominal de um euro cada uma. Detém, conjuntamente com o cônjuge, Ana Pereira Martins Caetano, 60,72% do Capital Social do GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., e 70% do Capital Social da CAETANO, SGPS, S.A., o que com esta Sociedade, directa ou indirectamente, detém 84,71% do Capital Social da COCIGA – Construções Civis de Gaia, S.A., o que lhe garante directa e indirectamente 22.167.755 acções, a que corresponde 63,34% do capital social e dos direitos de voto nesta empresa.

José Reis da Silva Ramos - Não tem movimentos, pelo que em 31 de Dezembro de 2008, detinha 86.000 acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

Hiroyuki Ochiai - Não tem acções nem obrigações.

Massimo Nordio - Não tem acções nem obrigações.

Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Não tem acções nem obrigações. O cônjuge, não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2008, detinha 86.000 acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

Salvador Acácio Martins Caetano - Não tem acções nem obrigações.

Ana Maria Martins Caetano - Não tem acções nem obrigações.

Makato Sasagawa - Não tem acções nem obrigações.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, Maria Angelina Martins Caetano Ramos - cônjuge do José Reis da Silva Ramos - Vice-Presidente do Conselho de Administração, Salvador Acácio Martins Caetano, e Ana Maria Martins Caetano, vogais do Conselho de Administração, do GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., esta Sociedade, não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2008, detinha 21.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, e José Reis da Silva Ramos - cônjuge da Maria Angelina Martins Caetano Ramos, Administrador, da FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, esta Sociedade, não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2008, detinha 670.006 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, Maria Angelina Martins Caetano Ramos - cônjuge do José Reis da Silva Ramos, vogal do Conselho de Administração da COCIGA - Construções Civis de Gaia, S.A. esta Sociedade não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2008, detinha 290 acções, com o valor de um euro cada.

Conselho Fiscal

José Jorge Abreu Fernandes Soares - Não tem acções nem obrigações.

Kazuki Ogura - Não tem acções nem obrigações.

António Pimpão & Maximino Mota, SROC, representada pelo Senhor Dr. António Maia Pimpão - Não tem acções nem obrigações.

Revisor Oficial de Contas:

DELOITTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. representado pelo Sr. António Manuel Martins Amaral - Não tem acções nem obrigações.

Informação sobre a participação dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital Social da Toyota Caetano Portugal, S.A.
 (Nos termos do artigo 447º do C.S.C.)

	Acções Detidas Em 31.12.07	Acções Adquiridas Em 2008	Acções Vendidas Em 2008	Acções Detidas Em 31.12.08
SALVADOR FERNANDES CAETANO (Presidente)	1.167.465			1.167.465
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS (Vice-presidente)	86.000			86.000
HIROYUKI OCHIAI (Vogal)				
MASSIMO NORDIO (Vogal)				
MARIA ANGELINA M. CAETANO RAMOS (Vogal)				
SALVADOR ACACIO MARTINS CAETANO (Vogal)				
ANA MARIA MARTINS CAETANO (Vogal)				
MAKATO SASAGAWA (Administrador - Suplente)				
JOSÉ JORGE ABREU FERNANDES SOARES (Presidente Cons. Fiscal)				
KAZUKI OGURA (Vogal Cons. Fiscal)				
ANTÓNIO PIMPÃO & MAXIMINO MOTA, SROC, REPRESENTADO POR ANTÓNIO MAIA PIMPÃO (Vogal Cons. Fiscal)				
DELOTTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A., REPRESENTADO POR ANTÓNIO MANUEL MARTINS AMARAL (ROC - Efectivo)				

Informação sobre a Participação de Accionistas Toyota Caetano Portugal, S.A.
 (Nos termos do Artigo 448º do C.S.C.)

Participações Superiores a um Décimo do Capital

Accionistas	Acções Detidas Em 31.12.07	Acções Adquiridas Em 2008	Acções Vendidas Em 2008	Acções Detidas Em 31.12.08
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000			9.450.000

Participações superiores a metade do Capital

Accionistas	Acções Detidas Em 31.12.07	Acções Adquiridas Em 2008	Acções Vendidas Em 2008	Acções Detidas Em 31.12.08
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, SA	21.000.000			21.000.000

Lista de Participações Qualificadas superiores a 2% do Capital Social

Accionistas	Acções	% dos direitos de voto
GRUPO SALVADOR CAETANO - SGPS, SA	21.000.000	60,00
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	27,000
SALVADOR FERNANDES CAETANO	1.167.465	3,336
Millennium bcp – Gestão de Fundos de Investimentos, S.A., em representação dos fundos mobiliários por si geridos, como segue:		
Millennium Acções Portugal	701.163	2,00
Millennium PPA	541.020	1,55
Millennium Poupança PPR	85.296	0,24
Millennium Investimento PPR	48.823	0,14
Millennium Aforro PPR	11.752	0,03

Demonstrações Financeiras

Balanço

(Euro)

ACTIVO	Notas	Activo Bruto	Amortizações Ajustamentos	Activo Liquido 2008	Activo Liquido 2007
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação		1.272.956	1.271.216	1.740	-
Despesas Investig. e Desenvolv.	8	3.012.785	2.681.788	330.997	308.855
Trespasses		983.568	983.568	-	-
	10	5.269.309	4.936.572	332.737	308.855
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Terrenos e Recursos Naturais		12.234.483		12.234.483	12.234.483
Edifícios e Outras Construções		63.297.503	48.705.603	14.591.900	17.130.971
Equipamento Básico		39.286.004	31.935.625	7.350.379	7.479.372
Equipamento de Transporte		23.397.163	9.796.414	13.600.749	9.064.947
Ferramentas e Utensílios		9.069.682	8.837.357	232.325	375.597
Equipamento Administrativo		6.776.866	6.425.164	351.702	362.309
Outras Imobilizações Corpóreas		2.739.615	2.406.432	333.183	380.825
Imobilizações em Curso		980.990		980.990	940.873
	10 e 13	157.782.306	108.106.595	49.675.711	47.969.377
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes Capital Emp. Grupo	16	40.145.414	22.047.310	18.098.104	17.606.211
Títulos e Outras Aplic. Financ.		41.400	1.496	39.904	5.894.914
Empréstimos a Empresas Grupo	16	9.830.000		9.830.000	3.865.000
	10 e 21	50.016.814	22.048.806	27.968.008	27.366.125
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS					
Matérias-primas, Subs. e de Consumo	41	14.648.842		14.648.842	20.822.616
Produtos e Trabalhos em Curso	42	7.178.424		7.178.424	6.334.860
Produtos Acabados e Intermédios	42	6.876.239		6.876.239	4.376.650
Mercadorias	21 e 41	52.877.147	1.300.000	51.577.147	54.899.640
		81.580.652	1.300.000	80.280.652	86.433.766
DIVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO					
Clientes	52	1.124.374		1.124.374	1.124.374
DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
Clientes c/c	16	91.600.729		91.600.729	80.660.350
Clientes de Cobrança Duvidosa	21 e 23	5.509.226	4.623.848	885.378	1.090.549
Adiantamentos a Fornecedores		22.447		22.447	21.897
Empresas do Grupo	16	268.822		268.822	618.501
Estado e outros Entes Públicos	49	806.022		806.022	
Outros Devedores		1.956		1.956	
		98.209.202	4.623.848	93.585.354	82.391.297
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
Depósitos Bancários		3.190.512		3.190.512	608.321
Caixa		120.618		120.618	110.344
		3.311.130		3.311.130	718.665
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de Proveitos	51	241.866		241.866	942
Custos Diferidos	51	875.677		875.677	825.451
Activos por impostos diferidos	6	773.666		773.666	869.066
		1.891.209		1.891.209	1.695.459
Total de Amortizações			113.043.167		
Total de Ajustamentos			27.972.654		
TOTAL ACTIVO		399.184.996	141.015.821	258.169.175	248.007.918

O Técnico de Contas: Alberto Luis Lema Mandim

Balanço

(Euro)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	Capital Próprio e Passivo 2008	Capital Próprio e Passivo 2007
CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL	36 e 40	35.000.000	35.000.000
AJUSTAMENTOS DE PARTES CAPITAL EM ASSOCIADAS	40	-22.853.306	-22.215.198
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	40	6.195.184	6.195.184
RESERVAS			
Reserva Legal	40	7.498.903	6.958.903
Outras Reservas	40	74.217.796	74.081.331
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	40	3.176.750	10.706.466
Total do Capital Próprio		103.235.327	110.726.686
PASSIVO			
PROVISÃO PARA RISCOS E ENCARGOS			
Outras Provisões para Riscos e Encargos	34	2.596.546	2.596.546
DIVIDAS A TERCEIROS - MEDIO E LONGO PRAZO			
Empresas do Grupo	16	3.265.244	3.282.617
Fornecedores Imobilizado	15	1.919.861	
		5.185.105	3.282.617
DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Dividas a Instituições de Credito	50	84.949.633	67.750.000
Fornecedores c/c	16	35.343.390	39.318.049
Outros Accionistas		32.432	13.489
Adiantamentos de Clientes		128.828	152.064
Fornecedores de Imobilizado	15	355.064	
Estado e outros Entes Públicos	49	12.488.801	12.859.187
Outros Credores		5.281	4.508
		133.303.429	120.097.297
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Acréscimos de Custos	51	12.061.484	9.091.277
Proveitos Diferidos	51	1.057.747	1.354.023
Passivos por impostos diferidos	6	729.537	859.472
		13.848.768	11.304.772
Total do Passivo		154.933.848	137.281.232
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		258.169.175	248.007.918

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Demonstração dos Resultados por Naturezas

(Euro)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2008		2007	
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS					
Mercadorias		252.841.020		270.889.273	
Matérias	41	82.641.587	335.482.607	70.914.641	341.803.914
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			53.178.442		48.821.477
CUSTOS COM O PESSOAL					
Remunerações		11.753.428		11.708.561	
Encargos Sociais					
Pensões	31	598.548		790.629	
Outros		6.118.064	18.470.040	6.288.720	18.787.910
AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO CORPÓREO E INCORPÓREO	10	9.375.104		7.981.730	
AJUSTAMENTOS			9.375.104	460.000	8.441.730
IMPOSTOS		695.478		723.054	
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		10.152.670	10.848.148	11.318.808	12.041.862
	(A)		427.354.341		429.896.893
JUROS E CUSTOS SIMILARES					
Amortizações e provisões de investimentos financeiros					
Outros	45	6.082.486	6.082.486	4.837.779	4.837.779
	(C)		433.436.827		434.734.672
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	46		245.207		1.073.201
	(E)		433.682.034		435.807.873
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO	6 e 49		979.645		2.999.152
	(G)		434.661.679		438.807.025
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			3.176.750		10.706.466
			437.838.429		449.513.491

PROVEITOS E GANHOS	Notas	2008		2007	
VENDAS					
Mercadorias		303.989.141		330.452.324	
Produtos		95.117.261		87.146.741	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	44	6.286.412	405.392.814	7.035.290	424.634.355
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	42		3.343.153		411.999
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA		85.117		67.272	
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	21	360.111		1.239	
PROVEITOS SUPLEMENTARES		24.444.809		18.903.779	
SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO		907.751	25.797.788	910.752	19.883.042
	(B)		434.533.755		444.929.396
RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		566.587		568.667	
RENDIMENTOS DE TÍTULOS NEGOC E OUT AP LIC FINANC					
Relativos a Empresas do Grupo					
Outros		1.931		1.523	
OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES					
Outros	45	768.404	1.336.922	1.145.175	1.715.365
	(D)		435.870.677		446.644.761
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	46		1.967.752		2.868.730
	(F)		437.838.429		449.513.491
RESUMO:					
Resultados Operacionais (B)-(A) =			7.179.414		15.032.503
Resultados Financeiros (D-B)-(C-A) =			-4.745.564		-3.122.414
Resultados Correntes (D)-(C) =			2.433.850		11.910.089
Resultados Antes de Impostos (F)-(E) =			4.156.395		13.705.618
Resultado Líquido do Exercício (F)-(G) =			3.176.750		10.706.466

O Técnico de Contas: Alberto Luis Lema Mandim

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Demonstração dos Resultados por Funções

		(Euro)	
		2008	2007
1	Vendas e prestações de serviços	405.392.814	424.634.355
2	Custo das vendas e prestações de serviços	355.280.263	366.732.187
3	Resultados Brutos	50.112.551	57.902.168
4	Outros custos/ proveitos operacionais	254.259	-1.649.980
5	Custos de distribuição	33.660.794	35.331.980
6	Custos administrativos	7.805.940	7.726.947
	Resultados Operacionais	8.391.558	16.493.221
7	Rendimentos de participações de capital		
	Relativos a empresas interligadas		
	Relativos a outras empresas	566.587	568.667
8	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras		
	Relativos a empresas interligadas		
	Outros		1.523
9	Outros juros e proveitos similares		
	Relativos a empresas interligadas		
	Outros	579.002	651.272
10	Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros		
11	Juros e custos similares:		
	Relativos a empresas interligadas		
	Outros	5.380.752	4.009.065
	Resultados Correntes	4.156.395	13.705.618
14	Proveitos e ganhos extraordinários		
15	Custos e perdas extraordinários		
	Resultados Antes de Impostos	4.156.395	13.705.618
	Imposto sobre o rendimento do exercício	979.645	2.999.152
19	Resultado Líquido do Exercício	3.176.750	10.706.466
	Resultado Líquido por Acção	0,09	0,31

O Técnico de Contas: Alberto Luis Lema Mandim

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(Euro)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2008	2007
Recebimentos de Clientes	506.529.921	556.661.449
Pagamentos a Fornecedores	-452.032.536	-499.887.033
Pagamentos ao Pessoal	-14.075.457	-13.774.005
Fluxo gerado pelas Operações	40.421.928	43.000.411
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	-3.888.410	-1.744.002
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional	-36.064.768	-48.168.342
Fluxo gerados antes das Rubricas Extraordinárias	468.750	-6.911.933
Recebimentos relacionados com Rubricas Extraordinárias	814.262	170.455
Pagamentos relacionados com Rubricas Extraordinárias	-202.044	-279.611
Fluxo das Actividades Operacionais	1.080.968	-7.021.089

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	2008	2007
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações Financeiras	5.855.010	15.810.002
Imobilizações Corpóreas	3.004.698	10.989.611
Juros e Proveitos Similares	1.931	1.529
Dividendos	566.587	9.428.226
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	-7.095.000	
Imobilizações Corpóreas	-3.096.382	-3.087.839
Imobilizações Incorpóreas	-483.384	-10.674.766
Fluxo das Actividades de Investimento	-1.246.540	24.077.806

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2008	2007
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos	17.182.260	17.182.260
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos		-14.210.000
Amortização de Contratos de Locação Financeira	-76.255	
Juros e Custos Similares	-5.616.911	-3.344.092
Dividendos	-8.731.057	-14.424.223
Fluxo das Actividades de Financiamento	2.758.037	-20.219.723

CAIXA E EQUIVALENTES	2008	2007
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	718.665	3.881.671
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	3.311.130	718.665
Variação de Caixa e Seus Equivalentes	2.592.465	-3.163.006

O Técnico de Contas: Alberto Luis Lema Mandim

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Anexo à Demonstração de Fluxos de Caixa

1-a) Discriminação dos recebimentos provenientes de Imobilizações Financeiras

(Euro)

RUBRICAS	2008	2007
Alienação da participação na empresa Banco Comercial Português, S. A.	3.319.305	
Alienação da participação na empresa Banco Português Investimento, S. A.	2.535.705	
Recebimentos Provenientes de Imobilizações Financeiras	5.855.010	15.810.002
Aquisição da participação na empresa Movicargo, Lda.	1.130.000	
Empréstimo a Empresas do Grupo	5.965.000	
Pagamentos respeitantes a Imobilizações Financeiras	7.095.000	

2- Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

(Euro)

RUBRICAS	2008	2007
Numerário	101.250	101.250
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	3.190.512	608.321
Equivalentes a Caixa	19.368	9.094
Caixa e Seus Equivalentes	3.311.130	718.665
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	3.311.130	718.665

O Técnico de Contas: Alberto Luis Lema Mandim

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Anexo ao Balanço e à Demonstração Dos Resultados

Nota Introdutória

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, e que tem como actividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respectiva assistência apóis-venda. As suas acções estão cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota e Lexus para Portugal e encabeça um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) cujas empresas, essencialmente dedicadas ao ramo automóvel, estão descritas na Nota 16, juntamente com outra informação financeira.

Por escritura pública de 16 de Junho de 2008 a Toyota Caetano adquiriu a totalidade do capital social da empresa Movicargo – Movimentação Industrial, Lda., a qual se dedica essencialmente à importação e comercialização de equipamentos industriais da marca BT para a qual detinha a representação no mercado nacional (Nota 10).

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Toyota Caetano irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e aquelas que não estão incluídas neste Anexo ou não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os valores mencionados no presente anexo encontram-se expressos em Euros.

3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Toyota Caetano, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, constituídas por despesas de instalação, trespasses e despesas de investigação e desenvolvimento, estas últimas, constituídas principalmente por despesas com o desenvolvimento tecnológico e com estudos e concepção de protótipos, são amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição podendo encontrar-se reavaliadas de acordo com as disposições legais (Nota 12). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Anos	
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios.....	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras imobilizações corpóreas.....	4 - 8

Como resultado das reavaliações efectuadas, as reintegrações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram aumentadas. Uma parte (40%) deste montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, 40% das amortizações de exercícios futuros relativamente ao efeito das reavaliações de imobilizações corpóreas ainda não amortizadas não serão igualmente aceites para efeitos de determinação da matéria colectável de IRC, tendo a Empresa registado os correspondentes passivos por impostos diferidos (Nota 6).

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, consequentemente, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado de acordo com a vida útil dos bens (Nota 15).

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo encontram-se registados ao custo de aquisição, estando constituída uma provisão associada aos investimentos com risco na rubrica de Capital Próprio “Ajustamentos de Partes de Capital em Associadas”, em conformidade com o POC.

A Empresa regista os dividendos atribuídos pelas empresas em que participa na Demonstração dos resultados do exercício em que os dividendos são recebidos (Nota 45).

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Encontram-se também constituídos ajustamentos para depreciação de existências tendo em vista a cobertura de eventuais desvalorizações a ocorrer nos stocks de viaturas usadas (Nota 21).

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, os gastos gerais de fabrico e os serviços executados no exterior.

f) Provisões

Esta rubrica inclui o remanescente da provisão constituída em exercícios anteriores nos termos do “ex - Código da Contribuição Industrial” e é mantida para fazer face a riscos marginais de cobranças duvidosas, depreciação de existências ou outros de natureza diversa.

g) Subsídios

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas são registados, na rubrica de Proveitos Diferidos, quando recebidos, e reconhecidos na Demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas.

Os subsídios à exploração são registados como proveitos operacionais nos exercícios em que são recebidos.

h) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Acréscimos e Diferimentos” (Nota 51).

i) Indemnizações ao pessoal

A Empresa tem como política registrar como um custo operacional do exercício os encargos com rescisões de contratos de trabalho no momento em que os mesmos são acordados.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram pagas indemnizações por rescisão de contratos de trabalho no montante de, aproximadamente, 678.000 Euros (aproximadamente 420.000 Euros em 31 de Dezembro de 2007).

j) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na Demonstração dos resultados do exercício.

k) Impostos diferidos

Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28/01, a Empresa reconhece nas demonstrações financeiras os activos e passivos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e de tributação (Nota 6).

6. Impostos sobre Lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2005 a 2008 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Face às decisões favoráveis obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995, 1997, 1998 e 1999 continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros indemnizatórios.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e relativamente às liquidações adicionais de 1999 foi recebida uma parte no montante de 205.754 Euros (Nota 46). Para além destas foram também recebidos no período juros indemnizatórios no montante de 441.198 Euros respeitantes a impugnação de IRC de 1996 já regularizada em exercícios anteriores pela Fazenda pública (Nota 46).

Em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, encontram-se reclamadas as notas de liquidação adicionais em sede de IRC, ainda que pagas, no valor de 1.308.711 Euros, dado a Empresa entender existirem razões legais válidas para estas contestações.

Relativamente à fiscalização efectuada aos exercícios de 2003 e 2004 foram reclamadas as liquidações adicionais entretanto recebidas (que foram pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores) e que totalizaram 725.542 Euros.

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, pode ser resumido como segue Débitos/(Créditos):

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	Imposto diferido activo	Imposto diferido passivo	Reflectido em resultados
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais	773.666		95.400
40% das amortizações resultantes das reavaliações legais efectuadas		(139.317)	(33.729)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações		(547.437)	(70.545)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente			(19.550)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº 7 Lei 30/G 2000		(42.783)	(6.112)
	773.666	(729.537)	(34.536)

Adicionalmente, a rubrica da demonstração dos resultados “Impostos sobre o rendimento” foi determinada como segue:

Imposto sobre o rendimento do exercício de 2008 (Nota 49)	1.014.181
Impostos diferidos líquidos do exercício de 2008	-34.536
	979.645

Em Março de 2007 a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 63º e 64º do código do IRC, com inicio de aplicação em 1 de Janeiro de 2007.

Neste regime a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S. A.) deve registar os impostos calculados nas filiais por forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

Em consequência o valor calculado de imposto sobre o rendimento do exercício de 2008 e constante da rubrica Estado e Outros Entes Públicos demonstra-se como segue (Nota 49):

Empresa	Valor
Toyota Caetano Portugal, S.A.	412.789
Saltano SGPS, S.A.	-13.630
Caetano Components, S.A.	-37.143
Caetano Renting, S.A.	-45.309
Caetano Auto, S.A.	536.580
Pagamento Especial por Conta/Pagamento por conta	-1.659.308
	-806.022

7. Número Médio de Pessoal ao Serviço da Salvador Caetano

O número médio de pessoal nos exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

Rubrica	Dez'08	Dez'07
Empregados	475	475
Pessoal afecto à Produção	244	213
	719	688

8. Despesas de Investigação e Desenvolvimento

Em 31 de Dezembro de 2008 o detalhe desta rubrica é como segue:

Despesas de investigação e desenvolvimento	
Estudos e protótipos de novo modelo do mini-autocarro Óptimo	821.963
Estudo de novo modelo Dyna	1.868.591
Estudos ambientais e licenciamentos	135.095
Acompanhamento da candidatura ao SIME	20.410
Participação em Certames Internacionais	166.726
Amortizações acumuladas	(2.681.788)
Total	330.997

10. Movimento do Activo Imobilizado

Durante o exercício de 2008, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e nos investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Activo Bruto	Saldos iniciais	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldos finais
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de Instalação	1.270.346	2.610			1.272.956
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	2.667.891	344.894			3.012.785
Trespasses	983.568				983.568
	4.921.805	347.504	-	-	5.269.309
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais	12.234.483				12.234.483
Edifícios e Outras Construções	63.131.760	165.743			63.297.503
Equipamento Básico	38.102.744	1.459.344	276.084		39.286.004
Equipamento de Transporte	17.570.172	11.405.055	5.578.064		23.397.163
Ferramentas e Utensílios	8.940.664	132.739	3.721		9.069.682

Activo Bruto	Saldos iniciais	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldos finais
Equipamento Administrativo	6.607.278	172.400	2.812		6.776.866
Outras Imobilizações Corpóreas	2.693.756	45.859			2.739.615
Imobilizações em Curso	940.873	40.117			980.990
	150.221.730	13.421.257	5.860.681	-	157.782.306
Investimentos financeiros					
Partes de Capital em Empresas do Grupo	39.015.414	1.130.000			40.145.414
Títulos e Outras Aplicações Financeiras (Nota 48)	5.896.410		5.855.010		41.400
Empréstimos a Empresas do Grupo	3.865.000	5.965.000			9.830.000
	48.776.824	7.095.000	5.855.010	-	50.016.814

Os movimentos ocorridos no exercício de 2008 nos Investimentos financeiros podem ser resumidos como segue:

Movimentos ocorridos nos Investimentos Financeiros	
Aquisição de 100% do capital da empresa Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. (Nota Introdutória)	1.130.000
Suprimentos efectuados à Saltano, S.A.	5.965.000
Alienação da participação no Banco Comercial Português, S. A.	3.319.305
Alienação da participação no Banco Português Investimento, S. A.	2.535.705

Das alienações de participações financeiras acima referidas não resultaram quaisquer mais ou menos valias para a Empresa.

Amortizações e Ajustamentos	Saldos iniciais	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldos finais
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de Instalação	1.270.346	870			1.271.216
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	2.359.036	322.752			2.681.788
Trespasses	983.568				983.568
	4.612.950	323.622	-	-	4.936.572
Imobilizações corpóreas					
Edifícios e Outras Construções	46.000.789	2.704.814			48.705.603
Equipamento Básico	30.623.372	1.560.904	248.651		31.935.625
Equipamento de Transporte	8.505.225	4.233.245	2.942.056		9.796.414
Ferramentas e Utensílios	8.565.067	276.010	3.720		8.837.357
Equipamento Administrativo	6.244.969	183.008	2.813		6.425.164
Outras Imobilizações Corpóreas	2.312.931	93.501			2.406.432
	102.252.353	9.051.482	3.197.240	-	108.106.595
Investimentos financeiros					
Partes de Capital em Emp. do Grupo	21.409.202	638.108			22.047.310
Títulos e outras Aplicações Financeiras	1.496				1.496
Empréstimos a Emp. do Grupo					
	21.410.698	638.108	-	-	22.048.806

O aumento ocorrido no exercício de 2008 nos ajustamentos na rubrica “Partes de Capital em Empresas do Grupo” diz respeito à constituição de um ajustamento para a participação financeira na empresa participada Movicargo – Movimentação Industrial , Lda., a qual foi registada por contrapartida de capital próprio (Notas 21 e 40).

12. Reavaliações de Imobilizações Corpóreas

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro;
 Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho;
 Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro;
 Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio;
 Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril;
 Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro;
 Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro;
 Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro.

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações derivado das reavaliações legais efectuadas não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), tendo a Empresa calculado e registado os respectivos passivos por impostos diferidos (Nota 6).

13. Reavaliações de Imobilizações Corpóreas

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação, liquida das amortizações acumuladas em 31 de Dezembro de 2008, é o seguinte:

Rubricas	Custos Históricos	Reavaliações	Saldos reavaliados
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e Recursos Naturais	6.629.922	5.604.561	12.234.483
Edifícios e Outras Construções	13.303.917	1.287.983	14.591.900
Equipamento Básico	7.333.653	16.726	7.350.379
Equipamento de Transporte	13.600.749		13.600.749
Ferramentas e Utensílios	232.325		232.325
Equipamento Administrativo	351.702		351.702
Outras Imobilizações Corpóreas	333.183		333.183
Imobilizações em Curso	980.990		980.990
	42.766.441	6.909.270	49.675.711

14. Localização das Imobilizações

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor global das imobilizações corpóreas e em curso afecta a cada uma das actividades da Empresa é como segue:

Rubricas	Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Total
Sede/Unidade Fabril de Gaia	60.647.418	903.473	61.550.891
Unidade Fabril de Ovar	40.378.012	0	40.378.012
Delegação de Lisboa / Carregado	55.775.886	77.517	55.853.403
	156.801.316	980.990	157.782.306

15. Locação Financeira

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativas a rendas vencidas de contratos de locação financeira no montante de 2.274.925 Euros, as quais se encontram incluídas na rubrica “Fornecedores de imobilizado” e tinham o seguinte plano de reembolso:

Ano	
2009	355.064
2010	371.986
2011	385.026
2012 e seguintes	1.162.849
	Sub-total a mais 1 ano
	1.919.861
	2.274.925

16. Empresas do Grupo e Associadas

A relação das empresas do Grupo com indicação da sede, fracção do capital detido, capitais próprios e resultado líquido em 31 de Dezembro de 2008, são como segue:

Empresas do Grupo	Fracção Efectiva Capital Detido a 31.12.2008	Capitais Próprios a 31.12.2008	Resultados Líquidos a 31.12.2008	Valor de Balanço a 31.12.2008
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), S. A. Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	99,98%	20.514.347	-1.201.201	4.488.183
Caetano Auto, S. A. Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	93,18%	45.314.486	-232.496	9.868.048
Salvador Caetano (UK), Ltd. Mill Lane, Heather-Coalville-Leicestershire - United Kingdom	99,82%	3.376.035		24.195.690
Cabo Verde Motors Terra Branca - Praia - Cabo Verde	81,24%	5.561.397	1.389.537	463.493
Caetano Renting, S. A. Rua José Mariani, 164 - Santa Marinha - Vila Nova de Gaia	99,98%	1.528.969	608.135	
Caetano Components, S. A. Rua da Pereiras, 275 - Vila Nova de Gaia	99,98%	2.453.863	22.356	
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda. Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	100,00%	472.513	106.010	1.130.000
Empresas Associadas				
Auto Partner SGPS, S. A. Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	46,59%	2.298.226	-70.511	
Auto Partner - Comércio Automóveis, S. A. Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	46,59%	142.663	-400.127	
Auto Partner II-Rep C Automóveis S. A. Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	46,59%	90.233	-152.975	

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo acima referidas, e que em 31 de Dezembro de 2008 se encontram reflectidas nas rubricas do balanço “Clientes, c/c”, “Fornecedores, c/c”, “Empresas do Grupo”, “Empréstimos concedidos” e “Empréstimos Obtidos” podem ser resumidos como segue:

Saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo	Valor
Contas a receber	57.826.630
Contas a pagar	4.207.464
Empresas do Grupo (“RETGS”) (Nota 6)	
Saltano, S.A.	-31.957
Caetano Components, S.A.	-53.196
Caetano Renting, S.A.	-182.606
Caetano Auto, S.A.	536.581
Empréstimos concedidos	
Saltano, S.A.	9.830.000
Empréstimos obtidos	
Salvador Caetano UK, Ltd.	-3.265.244

21. Movimento Ocorrido nos Ajustamentos

Durante o exercício de 2008, realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de ajustamentos:

Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Transferências	Utilizações e Reversões	Saldos finais
Investimentos Financeiros	21.410.698	638.108			22.048.806
Cobrança Duvidosa	4.623.959			111	4.623.848
Depreciação Existências	1.660.000			360.000	1.300.000
	27.694.657	638.108	-	360.111	27.972.654

O aumento ocorrido nos ajustamentos para investimentos financeiros diz respeito à constituição de ajustamento para reduzir o valor da participação financeira na empresa do Grupo Movicargo – Movimentação Industrial , Lda., ao seu valor de mercado, a qual foi registada por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Ajustamentos de partes de capital em associadas” (Notas 10 e 40).

23. Dívidas de Cobrança Duvidosa

As dívidas de cobrança duvidosa encontram-se incluídas na rubrica própria e pelo valor de Euros 5.509.226.

31. Compromissos Financeiros Assumidos e não incluídos no Balanço

Fundo de Pensões

A Toyota Caetano (em conjunto com outras associadas) constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Face à conjuntura económica que se vive actualmente, e às responsabilidades crescentes que uma estrutura Fundiária como a nossa acarreta para o conjunto de empresas que o compõem, foi em 19 de Dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse progressivamente entre outras alterações de um fundo de “benefício definido” a um fundo de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 Dezembro 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a acta de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os actuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os actuais trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de Janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida. Este grupo que passará a integrar o Plano de Contribuição Definida representava, com base nos dados do estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2007, cerca de 15% das responsabilidades totais estimadas.

Em 29 de Dezembro de 2008 foi por esta Empresa recepcionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde 1 de Janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de Janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades actuariais apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

De acordo com estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo, a Toyota Caetano tem vindo a efectuar contribuições para o mesmo, tendo no exercício de 2008 essa contribuição ascendido a 600 milhares de Euros (781 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2007), permitindo que a situação patrimonial do Fundo ascendesse, em 31 de Dezembro de 2008 a, aproximadamente, 18,7 milhões de Euros. A parcela das responsabilidades globais estimadas actuarialmente para o plano de benefício definido respeitantes à Empresa ascendem em 31 de Dezembro de 2008 a, aproximadamente, 16,8 milhões de Euros.

Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 77/73 e SuisseRe 2001, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

As responsabilidades do Fundo de Pensões Salvador Caetano a 31 de Dezembro de 2007 eram de 19.658.050 Euros.

A afectação deste valor a 1 de Janeiro de 2008 pode resumir-se como segue:

Rubrica	Valor
Plano de benefício definido	16.845.649
Capital inicial afecto ao Plano de contribuição definida	2.013.458
Ganhos actuariais por extinção do Plano de benefício definido para uma parte da população participante	798.943

O movimento das responsabilidades do Fundo para o Plano de benefício definido no exercício de 2008 pode ser resumido como se segue:

Rubrica	
Responsabilidades em 1 de Janeiro de 2008	16.845.649
Custo dos serviços correntes	155.198
Custo dos juros	816.434
(Ganhos) e perdas actuariais	24.340
Pagamentos de Pensões	(1.033.929)
Responsabilidades em 31 Dezembro 2008	16.807.692

O movimento da situação patrimonial do fundo durante o exercício de 2008 foi como segue:

Rubrica	Plano benefício definido	Plano contribuição definida	Total
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2007	16.511.351	2.013.458	18.524.809
Contribuições	371.136	228.864	600.000
Retorno real dos activos do plano	641.125		641.125
Pagamentos de Pensões	-1.033.929		-1.033.929
Valor do fundo em 31 de Dezembro de 2008	16.489.683	2.242.322	18.732.005

Outros Compromissos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa tinha assumido outros compromissos financeiros como segue:

Responsabilidades	Valor
Por Fianças Prestadas	18.295.853

34. Movimento ocorrido nas Provisões

Durante o exercício de 2008 não se realizaram movimentos nas contas de provisões que apresentavam um saldo de 2.596.546 Euros.

36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

37. Identificação de Pessoas Colectivas com mais de 20% do Capital subscrito

- Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S.), S. A.	60%
- Toyota Motor Europe NV/S. A.	27%

40. Variação nas Rúbricas de Capital Próprio

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de capital próprio:

Rubricas	Saldos Iniciais	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldos Finais
Capital	35.000.000				35.000.000
Ajustamento Partes Capital Associadas (Notas 10 e 21)	-22.215.198		-638.108		-22.853.306
Reservas de Reavaliação	6.195.184				6.195.184
Reserva Legal	6.958.903			540.000	7.498.903
Reservas Livres	74.081.331			136.465	74.217.796
Resultado Líquido do Exercício	10.706.465	3.176.750	-10.030.000	-676.465	3.176.750

A diminuição ocorrida nos capitais próprios no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ficou a dever-se à deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 11 de Abril de 2008, de distribuir dividendos no montante de Euros 8.750.000 e de distribuir gratificações aos colaboradores e corpos sociais da Empresa no montante de Euros 1.280.000.

A diminuição ocorrida no exercício de 2008 na rubrica “Ajustamentos Partes de Capital em Associadas” diz respeito ao ajustamento para a participação financeira na empresa participada Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. (Notas 10 e 21).

Os movimentos de transferências resultam da aplicação do resultado do exercício de 2007 já anteriormente mencionado.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

As reservas de reavaliação resultam da reavaliação do immobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

41. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício de 2008 é como segue:

Rubricas	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	56.559.640	20.822.616	77.382.256
Compras	249.158.527	76.467.813	325.626.340
Existências finais	52.877.147	14.648.842	67.525.989
	252.841.020	82.641.587	335.482.607

42. Variação da Produção

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício de 2008 é como segue:

Rubricas	Produtos Acabados e Intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso	Total
Existências finais	6.876.239	7.178.424	14.054.663
Existências iniciais	4.376.650	6.334.860	10.711.510
	2.499.589	843.564	3.343.153

43. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram como segue:

Órgãos Sociais	Valor
Conselho de Administração	582.397
Assembleia Geral	1.689
Conselho Fiscal	45.244

44. Vendas e Prestações de Serviços por Mercados Geográficos

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos durante exercício de 2008 foi como segue:

	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Viaturas Ligeiras	276.841.818	60.512.629	337.354.447
Veículos Pesados	7.900.839	1.798.885	9.699.724
Máquinas Industriais	9.316.257	212.844	9.529.101
Peças e Acessórios	41.307.248	1.215.883	42.523.131
Outros	6.271.854	14.558	6.286.412
	341.638.015	63.754.799	405.392.814

45. Demonstrações de Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	Dez'08	Dez'07
Juros Suportados	5.380.752	4.009.065
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	530.230	143.938
Descontos de Pronto-Pagamento Concedidos	23.662	64.670
Outras Custos e Perdas Financeiros	147.842	620.106
Resultados Financeiros	-4.745.564	-3.122.414
	1.336.922	1.715.365
Proveitos e Ganhos	Dez'08	Dez'07
Juros Obtidos	579.001	652.795
Rendimentos de Participações	566.587	568.667
Diferenças de Câmbio Favoráveis	177.284	98.667
Descontos de Pronto-Pagamento Obtidos	13.352	21.060
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	698	374.176
	1.336.922	1.715.365

46. Demonstrações de Resultados Extraordinários

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	Dez'08	Dez'07
Donativos	90.585	117.090
Perdas em Existências	104.965	65.450
Perdas em Imobilizações	25.290	61.428
Multas e Penalidades	15.226	375.338
Outros Custos e Perdas Extraordinários	9.141	453.895
Resultados Extraordinários	1.722.545	1.795.529
	1.967.752	2.868.730

Proveitos e Ganhos	Dez'08	Dez'07
Restituição Impostos (Nota 6)	205.754	1.035.077
Ganhos em Existências	341.806	159.502
Ganhos em Imobilizações	978.994	1.185.151
Reduções Amortizações e Provisões		90.000
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários (Nota 6)	441.198	399.000
	1.967.752	2.868.730

49. Estado e Outros Entes Públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”, em 31 de Dezembro de 2008, era como segue:

Rubricas	Valor
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto estimado)	-1.014.181
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (RETGS)	-440.498
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (retenções na fonte suportadas, Pagamento especial por conta e pagamento por conta)	2.260.701
Activo (Nota 6)	806.022
Imposto s/ Veículos	4.097.522
Direitos Aduaneiros	715.470
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	7.019.252
Outras Contribuições e Impostos	656.557
Passivo	12.488.801

A rubrica do passivo “Estado e outros entes públicos”, em 31 de Dezembro de 2008, não inclui dívidas em situação de mora.

50. Dívidas a Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe das dívidas a instituições de crédito, as quais têm vencimento no curto prazo e vencem juros a taxas de mercado, era como segue:

Rubricas	Valor
Papel Comercial	67.500.000
Outros empréstimos obtidos	17.449.633
	84.949.633

51. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2008, o detalhe destas rubricas era como segue:

Acréscimos de Proveitos	
Comparticipação publicidade	225.000
Outros	16.866
	241.866

Custos diferidos	
Conservação plurianual	391.662
Seguros	144.761
Juros	80.051
Outros	259.203
	875.677

Acréscimos de custos	
Campanhas de promoção de vendas	5.453.914
Encargos com férias e subsídios de férias	2.291.453
Imposto s/ Veículos de viaturas vendidas e não matriculadas	1.911.710
Especialização de Custos afectos a viaturas vendidas	439.972
Garantias	257.890
Royalties	191.241
Seguros	167.521
Juros a liquidar	127.700
Outros	1.220.083
	12.061.484

Proveitos diferidos:	
Juros debitados a clientes	264.615
Outros	793.132
	1.057.747

52. Dívidas de Terceiros — Médio e Longo Prazo

O saldo em clientes de médio e longo prazo refere-se a uma dívida da empresa associada Salvador Caetano Moçambique, S.A.R.L.

53. Veículos em Fim de Vida

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratação com a "ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda." – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

54. Eventos Subsequentes

Em resultado da crise económico-financeira instalada, com impactos relevantes no sector automóvel, o nível das encomendas da Divisão Fabril de Ovar tem sofrido uma significativa evolução negativa nos últimos meses, o que levou a Empresa a adoptar todas as medidas ao seu alcance para tentar ultrapassar ou pelo menos minorar os problemas surgidos.

As paragens na produção daquela divisão tornaram-se inevitáveis, tendo a Empresa decidido pela adesão ao Programa de Qualificação e Emprego para o sector Automóvel o qual se encontra regulamentado pelas Portaria 126/2009 de 30 de Janeiro.

Este programa ainda que não possa por si só resolver todas as dificuldades que enfrentamos será sem dúvida um instrumento que permitirá a curto prazo a manutenção da estrutura fabril existente, acreditando a Empresa que a seu tempo e com o retomar dos índices de confiança dos consumidores se poderá voltar a assistir à plena laboração na unidade fabril em causa.

O Técnico de Contas: Alberto Luis Lema Mandim

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da Toyota Caetano Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 258.169.175 Euros e capitais próprios de 103.235.327 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.176.750 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.d) do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado ou recuperação. A Empresa irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Porto, 3 de Abril de 2009

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

- 1 . De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S. A., referentes ao exercício de 2008 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.
2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos durante o exercício ao acompanhamento da evolução dos negócios sociais e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis, à analise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação por amostragem dos respectivos registos.
3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
4. Analisamos a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na aliena a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa contendo ainda, uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

6. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:
 - a) Aprove o relatório do Conselho de Administração e as **Contas Individuais** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008;
 - b) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração.

Vila Nova de Gaia, 7 de Abril de 2009

O Conselho Fiscal

José Jorge Abreu Fernandes Soares - Presidente; Kazuki Ogura; António Pimpão & Maximino Mota, SROC, representada por António Maia Pimpão

Relatório sobre o Governo da Sociedade



Relatório sobre o Governo da Sociedade

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) no cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 1/2007 que revoga o Regulamento 7/2001, com as alterações introduzidas pelo Regulamento nº 11/2003 e pelo Regulamento nº 10/2005, preparou este Relatório, o qual pretende ser o resumo dos aspectos fundamentais da gestão da Sociedade, tendo em conta a necessidade de transparência relativamente aos seus Órgãos Sociais e a necessidade de informação por parte dos investidores e dos demais destinatários da informação.

Capítulo 0

Declaração de cumprimento

0.1. Local de disponibilização ao público

O Relatório foi elaborado no cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 1/2007 de 21 de Novembro, com as alterações efectuadas pelo Regulamento da CMVM nº. 5/2008 de 15 de Outubro e com as recomendações emitidas em Setembro de 2007. Encontra-se disponível no sítio da Empresa em www.toyotacaetano.pt, bem como no domínio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em www.cmvm.pt.

0.2 Recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adoptadas.

I. Assembleia Geral

I.1 Mesa da Assembleia Geral

I.1.1 O presidente da mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.

Recomendação adoptada

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe de todo o apoio dos departamentos da Empresa na preparação de cada Assembleia Geral, nomeadamente na divulgação do aviso convocatório da Assembleia Geral, bem como na recepção da documentação que lhe tenha sido dirigida pelos accionistas.

I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.

Recomendação adoptada

A Empresa divulga a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral e a do Vice Presidente, conforme consta no ponto I3 do Relatório.

I.2 Participação na Assembleia

I.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.

Recomendação adoptada conforme ponto I4 do Relatório.

I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.

Recomendação adoptada

Conforme o afirmado no ponto I5 do Relatório, os Estatutos da Empresa não identificam especificamente regras ao bloqueio de acções em caso de suspensão da Assembleia Geral, no entanto extrapolando o que foi afirmado no ponto I4 do Relatório pode-se concluir que numa Assembleia Geral de continuação se cumpram as mesmas regras anteriores à suspensão, ou seja, as acções devem ser averbadas ou feita prova de depósito em instituição financeira em nome do accionista até 5 dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral após suspensão.

I.3 Voto e Exercício do Direito de Voto

I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.

Recomendação adoptada conforme ponto I8 do Relatório.

I.6 Medidas Relativas ao Controlo das Sociedades

I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.

Recomendação adoptada

Não foram até ao presente adoptadas pela Empresa quaisquer medidas tendentes a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição e não tem a Empresa conhecimento de que qualquer medida com esse desiderato tenha sido tomada pelos seus accionistas.

I.6.2 Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

Recomendação não aplicável

No articulado dos Estatutos da Empresa não existem cláusulas que restrinjam ou limitem o número de votos que podem ser emitidos ou exercidos por cada accionista.

I.6.3 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

Recomendação adoptada

Não foram adoptadas quaisquer medidas desta natureza.

Existindo um acordo parassocial entre a Toyota Motor Corporation e Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S.), S.A., tal como descrito no ponto I14 do Relatório, é por nós entendido que tal documento não apresenta características restritivas à movimentação accionista.

II. Órgãos de Administração e Fiscalização**II.1. Temas Gerais****II.1.1. Estrutura e Competência**

II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.

Recomendação adoptada

O Conselho de Administração avaliou o modelo de governo adoptado na Empresa, não tendo detectado qualquer restrição susceptível de afectar o seu desempenho, conforme descrito no ponto II3 do Relatório.

II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.

Recomendação adoptada conforme ponto II4 do Relatório

II.1.3 Elegibilidade e Nomeação

II.1.3.1 O presidente do conselho fiscal deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.

Recomendação adoptada

O Presidente do Conselho Fiscal é independente, face aos critérios estabelecidos no nº 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais e possui as competências adequadas.

II.1.4 Política de Comunicação de Irregularidades

II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.

Recomendação adoptada

A Empresa estabeleceu uma política de comunicação de irregularidades, em concordância com os seus princípios e valores utilizando como canal de análise e tratamento das comunicações o seu representante para as relações com o mercado (ponto II.22 do Relatório).

II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.

Recomendação adoptada conforme ponto II22 do Relatório.

II.1.5 Remuneração

II.1.5.4 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

Recomendação não aplicável conforme ponto III10 do Relatório

II.2. Conselho de Administração

II.2.2 O conselho de administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

Recomendação adoptada conforme descrito no ponto II3 do Relatório.

II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.

Recomendação adoptada

Os administradores não executivos por serem não residentes participam nas reuniões do Conselho de Administração pelo sistema de vídeo-conferência. Mais ainda e face à informação de gestão que lhes é periodicamente enviada vão, nestas reuniões, e não só, colocando as questões que julguem pertinentes ao seu esclarecimento sobre a actividade desenvolvida.

II.3 Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo

II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.

Recomendação adoptada

Os membros executivos do Conselho de Administração disponibilizam a todos os órgãos sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridos, em tempo útil e de

forma adequada ao requerido.

II.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

Recomendação não aplicável devido à inexistência de uma Comissão Executiva na estrutura dirigente da Empresa.

II.3.3 O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

Recomendação não aplicável

O modelo de governo adoptado não inclui um Conselho Geral de Supervisão nem uma Comissão para as matérias financeiras.

II.4. Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal

II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

Recomendação não aplicável

O modelo de governo adoptado não inclui um Conselho Geral e de Supervisão.

II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

Recomendação adoptada

A informação sobre a actividade e parecer sobre as Contas por parte do Conselho Fiscal da Empresa encontram-se divulgados no sítio da Internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt).

II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.

Recomendação adoptada conforme o descrito em II.4.2

II.4.4 A comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.

Recomendação adoptada

É da competência do Conselho Fiscal indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a actividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo directamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento

II.4.5 A comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

Recomendação adoptada

O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências avaliou o Auditor Externo e não vai propor a sua destituição na próxima Assembleia Geral.

II.5. Comissões Especializadas

II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

Recomendação adoptada conforme ponto II19 do Relatório.

II.5.3 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.

Recomendação adoptada

Foram elaboradas actas das reuniões da Comissão de Remunerações.

III. Informação e Auditoria

III.1 Deveres Gerais de Informação

III.1.2 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.

Recomendação adoptada conforme descrito no ponto III12 do Relatório.

0.3. Recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM não adoptadas.

I. Assembleia Geral

I.3 Voto e Exercício do Direito de Voto

I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.

Recomendação não adoptada em virtude dos actuais Estatutos preverem um prazo mínimo de 5 dias úteis de antecedência na recepção.

I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.

Recomendação não adoptada em virtude dos actuais Estatutos preverem no nº6 do Art. 4º que um voto corresponderá a um grupo de cem acções.

I.4 Quórum e Deliberações

I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.

Recomendação não adoptada, pois embora não estando fixado um quórum constitutivo superior ao previsto na lei, encontram-se definidas nos Estatutos da Empresa um conjunto de deliberações, conforme o transscrito no ponto I7 do Relatório, as quais obrigam a um quórum mínimo de 75% do capital social da Empresa, superior ao previsto na lei.

I.5 Actas e Informação sobre Deliberações Adoptadas

I.5.1 As actas das reuniões da Assembleia Geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.

Recomendação não adoptada

No sítio da Empresa – www.toyotacaetano.pt – encontram-se disponíveis as ordens de trabalhos e deliberações tomadas nos últimos três anos. As deliberações adoptadas na Assembleia Geral de 2009 serão disponibilizadas na página da Internet da Empresa num período de cinco dias a contar da data da sua realização.

Quanto às actas das reuniões da Assembleia Geral, estas não têm sido disponibilizadas no sítio Internet da Empresa, estando no entanto a Toyota Caetano a desenvolver acções conducentes à sua divulgação futura.

II. Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1. Temas Gerais

II.1.1. Estrutura e Competência

II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.

Recomendação não adoptada estando a empresa a desenvolver esforços no sentido da sua criação e divulgação na página da Internet da Empresa.

II.1.2 Incompatibilidades e Independência

II.1.2.1 O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos.

Recomendação não adoptada

O Conselho de Administração é constituído por um total de sete membros, dos quais dois são não executivos (ver ponto II9 do Relatório para mais detalhe relativo à composição do Conselho), representando o número de não executivos 29% do total dos administradores.

II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.

Recomendação não adoptada

Os membros não executivos do Conselho de Administração (2 num total de 7 membros), nomeados pela Toyota Motor Europe, não podem ser considerados independentes.

II.1.5 Remuneração

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade.

Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.

Recomendação não adoptada

A remuneração dos membros do Conselho de Administração encontra-se descrita no ponto II20. A remuneração dos membros executivos inclui um prémio de desempenho anual baseado numa percentagem sobre o resultado líquido. Os membros não executivos não auferem nem remuneração fixa nem variável.

II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela Assembleia Geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.

Recomendação não adoptada

No ano de 2008, por não estarem presentes na Assembleia Geral não foi submetida à apreciação da Assembleia Geral uma declaração por parte da Comissão de Remunerações sobre os critérios e parâmetros utilizados na avaliação de desempenho para determinação da componente remunerativa variável dos órgãos de Administração e Fiscalização.

II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais anuais de accionistas.

Recomendação não adoptada

A comissão de remunerações não esteve presente nas Assembleias gerais que se realizaram durante o ano de 2008. Na Assembleia Geral anual prevista para 30 de Abril de 2009 a Comissão de Remunerações far-se-á representar por um dos seus membros.

II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.

Recomendação não adoptada conforme o descrito no ponto II20 do Relatório.

II.2. Conselho de Administração

II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.

Recomendação não adoptada

Não houve delegação formal competências nos administradores executivos.

A delegação de poderes do Conselho de Administração encontra-se descrita no ponto II3 do Relatório.

II.2.3 Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.

Recomendação não adoptada.

II.2.5. O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.

Recomendação não adoptada até ao presente mas a rever aquando da eleição para futuros mandatos.

II.5. Comissões Especializadas

II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Recomendação não adoptada

O Conselho de Administração não criou até ao momento comissões especializadas com vista a assegurar a avaliação independente do desempenho dos seus membros.

III. Informação e Auditoria

III.1 Deveres Gerais de Informação

III.1.3 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:

- a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) Estatutos;
- c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
- d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;
- e) Documentos de prestação de contas;
- f) Calendário semestral de eventos societários
- g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral;
- h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral.

Recomendação não adoptada

À excepção dos Relatórios e Contas da Empresa, disponíveis em inglês, a demais informação acima referida não se encontra disponível em inglês no sítio da Empresa, estando no entanto a Toyota Caetano a desenvolver acções conducentes à sua divulgação futura.

0.4.

Conselho de Administração:

Dado na sua composição não existirem elementos independentes não é possível exarar uma declaração de independência de cada um dos seus membros.

Conselho Fiscal:

Este órgão , através de declaração escrita, ajuizou sobre a independência de cada um dos seus membros, não tendo detectado qualquer facto que determine a sua perda .

I-Assembleia Geral

I1. A Assembleia Geral é composta por todos os accionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A mesa da Assembleia Geral é composta por 4 membros conforme o seguir indicado:

- Manuel de Oliveira Marques – Presidente
- José Lourenço Abreu Teixeira – Vice-Presidente
- Manuel Fernando Monteiro da Silva – Secretário
- Maria Olívia Almeida Madureira – Secretário

I2. A actual mesa da Assembleia Geral, foi eleita em 2007 por um período de 4 anos e cessa o seu mandato em 2010.

I3. O Presidente e Vice-Presidente auferiram no ano 2008 remuneração no montante de 1.126 Euros e 563 euros respectivamente, correspondentes à presença efectiva nas reuniões ocorridas durante 2008.

I4. Os accionistas que pretendam estar presentes devem ter as suas acções averbadas em seu nome no Livro de Registo de Acções da Sociedade ou fazer prova do respectivo depósito em intermediário financeiro até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral.

I5. Não existem regras específicas ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, excepto aquelas que resultem directamente da lei geral aplicável.

I6. A cada grupo de cem acções corresponde um voto

I7. Só têm direito de estar presentes na Assembleia Geral, e aí discutir e votar, os accionistas que sejam titulares legítimos de acções com direito a, pelo menos, um voto. Porém, os accionistas que não possuam número mínimo de cem acções podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral. Não existem regras estatutárias definidas para o exercício do direito de voto excepto no que respeita ao quórum mínimo de 75% necessário à aprovação das seguintes deliberações:

- a) Alteração do contrato da Sociedade;
- b) Incorporação de fundos de reservas no capital social, nomeada e especificamente reservas de reavaliação;
- c) Transmissão, locação ou cessão de exploração de toda ou de uma parte importante da actividade da sociedade, e sucessão ou aceitação da actividade de uma terceira entidade;
- d) Redução ou aumento de capital;
- e) Divisão de lucros e fixação de percentagem de dividendos, bem como a eventual distribuição de fundos de reservas Livres ;
- f) Emissão de obrigações;
- g) Eleição ou destituição de todos ou de alguns dos membros dos órgãos sociais;
- h) Eleição ou destituição dos membros da Comissão de Remunerações;
- i) Fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, bem como a nomeação de liquidatários;
- j) Aquisição, disposição, transmissão, locação, cessão e oneração de bens do activo imobilizado com valor de transacção superior a dois milhões e quinhentos mil euros.

Se, para deliberar sobre os assuntos referidos no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmo assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respectiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos accionistas presentes ou representados.

I8. Os Senhores Accionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de recepção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa a qual incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das acções e, ainda, sobreescrito fechado contendo a declaração de voto;
- b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o acto;
- c) Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia-geral, sendo adicionados aos aí exercidos.
- d) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:
 - a indicação da Assembleia-geral e do ponto ou pontos da respectiva ordem de trabalhos a que respeita;
 - a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta a declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.
 - a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.
- e) Entende-se que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.

I9. Não se encontra disponível no sitio da Empresa um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, estando no entanto a Toyota Caetano a desenvolver acções conducentes à sua divulgação.

I10. Ver alínea a) do ponto I8.

I11. Cumpre-nos informar que de acordo com os actuais Estatutos da Sociedade não se encontra prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.

I12. A Assembleia Geral delegou na Comissão de Remunerações a definição das políticas remuneratórias a aplicar bem assim como a avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração e informar a Assembleia Geral sobre as políticas propostas e o seu cumprimento.

I14. Esta sociedade tem conhecimento de um acordo parassocial instituído paralelamente ao contrato de distribuição com a Toyota Motor Europe NV/SA, o qual garante à empresa-mãe Toyota Motor Corporation que a empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A. (Holding familiar de Salvador Caetano) manterá uma detenção mínima do capital social desta sociedade de cerca de 60%, enquanto o contrato de distribuidor nacional Toyota vigorar. Tal acordo tem a natureza de mero "compromisso de honra" pois do mesmo não constam cláusulas penalizantes em caso de incumprimento.

I15. Não existe qualquer acordo entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

II - Órgão de Administração e Fiscalização

II1. A Empresa é composta pelos seguintes órgãos:

Conselho de Administração eleito em 2007 por um período de 4 anos é composto, de acordo com os estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A., por 7 membros, accionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, pelo período de quatro anos, renovável, a quem compete praticar todos os actos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objecto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, accionistas e trabalhadores.

A Assembleia Geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes.

O actual Conselho de Administração e suas funções detalham-se como segue:

- Salvador Fernandes Caetano – Presidente
- José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente
- Hiroyuki Ochiai – Vogal

- Massimo Nordio - Vogal
- Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Vogal
- Salvador Acácio Martins Caetano – Vogal
- Ana Maria Martins Caetano – Vogal
- Makato Sasagawo - Suplente

Conselho Fiscal, composto por 3 membros efectivos e um suplente.

O actual Conselho Fiscal, eleito em 2007 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 2010 , e suas funções detalham-se como segue:

- José Jorge Abreu Fernandes Soares – Presidente
- Kazuki Ogura – Vogal
- António Pimpão & Maximino Mota, SROC representada por António Maia Pimpão – Vogal

Revisor Oficial de Contas na pessoa de António Martins Amaral em representação da empresa Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Conta, S.A.

II2. A sociedade não tem qualquer comissão que possa ser enquadrada neste ponto.

II3. O Conselho de Administração funciona de forma colegial, com funções de gestão e coordenação das diferentes actividades da Empresa, não havendo distribuição formal de pelouros, à excepção do pelouro financeiro acompanhado pela Drª Maria Angelina Caetano Ramos. O Conselho de Administração é constituído actualmente por um presidente, um vice-presidente e três vogais, exercendo funções executivas, bem como 2 vogais sem funções executivas. O organograma funcional da Empresa é como segue:



Em cada uma das divisões identificadas no organograma acima encontra-se um director responsável em quem o Conselho de Administração delega competências, nomeadamente de gestão corrente, e com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da actividade desenvolvida.

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, assim como praticar todos os actos tendentes à realização do objecto social e, em especial:

- a) Sem necessidade de deliberação dos accionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal quer no estrangeiro.
- b) Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- c) Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma acções e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir e alienar outros bens imóveis, assim como obrigá-los por qualquer forma, e adquirir bens imóveis e, com o parecer do Conselho fiscal, aliená-los por quaisquer actos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais.
- d) Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- e) Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livran-

ças, cheques, extractos de facturas e outros quaisquer títulos de crédito;

f) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer acções;

g) Constituir mandatários da Sociedade;

h) Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei.

Compete ao Conselho Fiscal, composto por 3 membros efectivos e um suplente, a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

II4. Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à actividade é efectuado directamente pelo Conselho de Administração, dada a estreita relação e tempo dedicado ao desempenho das suas funções.

A informação financeira é divulgada na página oficial na Internet da Comissão do Mercados de Valores Mobiliários e na página oficial na Internet da Toyota Caetano Portugal, S.A. utilizando como veículo de divulgação o representante para as relações com o mercado.

II5. Os poderes já se encontram descritos no ponto II3. não se encontrando previsto de forma explícita nenhuma concessão de poder específico no que respeita a deliberações de aumento do capital.

II6. Não existe limitação quanto ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, tentando os membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. fazer parte das administrações das empresas participadas mais relevantes do grupo, de forma a permitir um mais próximo acompanhamento das suas actividades.

II7. De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal a designação e substituição dos membros do órgão de administração seguem as seguintes regras:

a) Pela chamada de suplentes efectuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;

b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efectuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;

c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;

d) Por eleição de novo administrador.

II8. O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros. Durante o ano de 2008 o Conselho de Administração reuniu 15 vezes, estando as correspondentes actas registadas no livro de actas do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu 2 vezes durante o ano 2008.

A Comissão de Remunerações reuniu 2 vezes durante o ano 2008.

II9. Dos actuais membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A., 5 desempenham funções executivas, cabendo aos não residentes funções não executivas a saber:

- Salvador Fernandes Caetano – Membro executivo

- José Reis da Silva Ramos – Membro executivo

- Hiroyuki Ochiai – Membro não executivo

- Massimo Nordio - Membro não executivo

- Maria Angelina Martins Caetano Ramos -Membro executivo

- Salvador Acácio Martins Caetano – Membro executivo

- Ana Maria Martins Caetano – Membro executivo

- Makato Sasagawa - Membro não executivo

Os membros executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. não podem ser considerados independentes, na medida em que todos eles, fazem parte do Conselho de Administração da empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A., empresa detentora de cerca de 60% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A., e que sobre ela exerce uma influência dominante.

Os membros não executivos não exercem qualquer outra função em sociedades residentes não existindo qualquer incompatibilidade no exercício das suas funções.

II10. Todos os membros executivos do Conselho de Administração exercem desde sempre a sua actividade profissional na gestão das Empresas do Grupo Salvador Caetano, nas quais fizeram parte dos seus Órgãos Sociais.

Destes, o Presidente e Vice Presidente detêm no fim do ano de 2008, respectivamente, 1.167.465 e 86.000 acções da Empresa.

II11. Os membros executivos do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

Nome	Sociedade	Função
Salvador Fernandes Caetano Presidente do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S. A	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	SALVADOR CAETANO - AUTO - SGPS, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO, SGPS, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	BAVIERA – Comércio de Automóveis, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO RENTING, S.A	Presidente do Cons. Adm.
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	Presidente do Cons. Adm.
	COCIGA – Construções Civis de Gaia, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	LUSILECTRA – Veículos. e Equipamentos, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	PORTIANGA – Com. Int. e Participações, S. A	Presidente do Cons. Adm.
	CORAL – Correctores de Seguros, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S. A	Presidente do Cons. Adm.
	GILLCAR NORTE- Com. Ind. Maq. e Tintas, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	RIGOR – Consultoria e Gestão, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CAETANO AUTO, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CAETANOBUS – Fabricação. de Carroçarias, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CAETANO COATINGS - Revestimentos Auto e Industriais, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CAETANO COMPONENTS, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO COMERCIAL OURO, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER – Comércio de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER II – REP. DE COLISÃO DE AUT., S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER, SGPS, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER - Imobiliária, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER III - SGPS, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CITYPLUS – Comércio de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	INTERESTORIL – Participações, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CATEDRAL DO AUTOMÓVEL, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	VDR, SGPS, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO VISTULA - Comércio de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	LAVORAUTO - Administ. Imob. E Cons. de Empresas, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	COMPANHIA ADMINIST. IMOB. SÃO BERNARDO, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	José Mario Clemente da Costa, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTOGARME - Auto Garagem de Matosinhos, S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CAETANO POWER (PORTO), S. A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA.	Gerente
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	MAQTIN – Com. e Ind. de Maq. Fer. e Tintas, Lda.	Gerente
	ALBITIN - Comércio e Indústria de Maq. Ferramentas e Tintas, Lda	Gerente

Nome	Sociedade	Função
Eng.º José Reis da Silva Ramos Vice-Presidente do Cons. Adm.	CAETANO AUTO, S. A. CAETANOBUS – Fabricação. de Carroçarias, S. A. CAETANO COMPONENTS, S. A. Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, S. A. CABO VERDE MOTORS, SA ROBERT HUDSON, LTD. SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S. A. CAETANO RENTING, S.A CORAL – Correctores de Seguros, S. A. FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO LUSILECTRA – Veículos. e Equipamentos, S. A. ATLÂNTICA – Comp. Portuguesa de Pesca, S. A. PORTIANGA - Com. Int. e Participações, S. A. RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A MOVICARGO - Movimentação Industrial, Lda. CRUSTACIL – Comércio de Marisco, Lda. GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S. A. CAETANO, SGPS, S. A. SALVADOR CAETANO.COM, SGPS, S. A. COCIGA - Construções Civis de Gaia, S. A. COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S. A. NOVEF - SGPS, S. A.	Presidente do Cons. Adm. Presidente do Cons. Adm. Vogal do Cons. Adm. Gerente Gerente Presidente da Mesa A. G. Presidente da Mesa A. G. Presidente da Mesa A. G. Vice-Pres. da Mesa A.G Presidente da Mesa A.G Vice-Pres. da Mesa A.G

Nome	Sociedade	Função
Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos	ATLÂNTICA – Comp. Portuguesa de Pesca, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	LAYNA GALICIA, S.L.	Presidente do Cons. Adm.
	POAL - Pimentaçôes e Obras Acessórias, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	LAVORAUTO - Administração Imb. E Cons. de Empresas, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	COMP. ADMINIST. IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	AUTO PARTNER - Imobiliária, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S. A.	Vice-Presid. do Cons. Adm.
	CAETANO, SGPS, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	CAETANO AUTO, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	PORTIANGA – Com. Int. e Participações, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	COIGA – Construções Civis de Gaia, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	Grupo Soares da Costa, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	IBERICAR - SOC. IBÉRICA DEL AUTOMOBIL, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	LAYNA INVERSIONES, S.L	Vogal do Cons. Adm.
	ROBERT HUDSON, LTD.	Vogal do Cons. Adm.
	CABO VERDE MOTORS, SA	Vogal do Cons. Adm.
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	CRUSTACIL – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	BAVIERA - Comércio de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	CAETSU PUBLICIDADE, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	Soc. Imob. Quinta da Fundega, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	CARVEGA - Comércio de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	CARWEB - Comércio de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	CORAL – Correctores de Seguros, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	NOVAVAGA - Comércio de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	AUTO-VAGA - Comércio de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	CAETANO RENTING, S.A	Presidente da Mesa A. G.
	SETUCAR - Comércio de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	NOVO MAR, SGPS, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	SETUVEGA - Reparação de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	SALVADOR CAETANO - AUTO, SGPS, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	ENP - Energias Renováveis Portugal, S. A.	Presidente da Mesa A. G.

Nome	Sociedade	Função
Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S. A.	CAETANO, SGPS, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALVADOR CAETANO-AUTO, SGPS, S. A.	Vogal do Cons. Adm
	BAVIERA – Comércio de Automóveis, S. A.	Vogal do Cons. Adm
	PORTIANGA – Com. Int. e Participações, S. A.	Vogal do Cons. Adm
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S. A.	Vogal do Cons. Adm
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S. A.	Vogal do Cons. Adm
	Amorim Brito & Sardinha, Lda.	Gerente
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	LUSILECTRA – Veículos. e Equipamentos, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	CHOICE CAR – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	CHOICE CAR - SGPS, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	FINLOG - Aluguer e Comércio de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	CARPLUS – Comércio de Automóveis, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	COIGA – Construções Civis de Gaia, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	LUSO ASSISTÊNCIA - Gestão de Acidentes, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	CAETANO RENTING, S. A.	Vice-Presidente Mesa A. G.

Nome	Sociedade	Função
Drª Ana Maria Martins Caetano Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S. A.	RIGOR - Cons. e Gestão, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO COATINGS - Revestimentos Auto e Industriais, S. A.	Presidente do Cons. Adm.
	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	CAETANO, SGPS, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	CAETANO AUTO, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	SALVADOR CAETANO.AUTO, SGPS, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	BAVIERA – Comércio de Automóveis, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S. A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S. A.	Presidente da Mesa A. G.
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S. A.	Vice-Pres. da Mesa A. G.

Os membros não executivos não tem quaisquer funções de administração noutras empresas, desenvolvendo a sua actividade profissional na Toyota Motor Europe.

II12. Os membros do Conselho Fiscal da Toyota Caetano Portugal, S.A., desempenham as seguintes funções:

- José Jorge Abreu Fernandes Soares – Presidente
- Kazuki Ogura – Vogal
- António Pimpão & Maximino Mota, SROC representada por António Maia Pimpão – Vogal

II13. Os membros do Conselho fiscal não detêm acções da Empresa.

II14. Os membros do Conselho de Fiscal vêm desempenhando nos últimos cinco anos outras funções nas seguintes empresas:

José Jorge Abreu Fernandes Soares (licenciado em Economia):

PORTIANGA – Comércio Internacional e Participações, S.A - Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Caetano Auto, S.A. - Presidente do Conselho Fiscal

Baviera – Comércio de Automóveis, S.A. - Vogal do Conselho Fiscal

Kazuki Ogura: não exerce qualquer cargo noutras sociedades.

António Maia Pimpão(licenciado em Economia):

Caetano Auto, S.A. - Revisor Oficial de Contas

Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único efectivo nas sociedades:

Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo

PORTIANGA – Comercio Internacional e Participações, S.A.

COIGA – Construções Civis de Gaia, S.A., Pavigrés – Cerâmicas, SA

Mercado Abastecedor da Região de Coimbra, SA

Pavigrés – Cerâmicas, SA

Nuno & Gradeço – Materiais de Construção, SA

Armazéns de Mercearia A. Monteiro, SA
 Sulpastéis, SA
 SIMOGA – Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A. - Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único suplente
 Baviera – Comércio de Automóveis, SA. - membro suplente do Conselho Fiscal

II18. Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está directamente dependente da evolução da cotação das acções da Sociedade nem dos resultados obtidos.

No entanto, todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como “Gratificação de Balanço” ou bónus anual.

II19. Comissão de Remunerações é composta pelos seguintes membros:

- Alberto Júlio Silva Fernandes
- Maria Conceição Monteiro Silva
- Alberto Luis Lema Mandim

Nenhum membro tem afinidades ou parentesco em linha recta até ao 3.º grau, inclusive, com algum membro do órgão de administração ou com os seus cônjuges.

II20. As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2008, no exercício das suas funções na Empresa e em empresas do grupo, sendo que a parte variável corresponde a uma % dos resultados líquidos, foram como segue:

	Parte Fixa	Parte Variável	Total
Remunerações			
Administradores Executivos	979.615	282.347	1.261.962
Na Empresa	575.732	282.347	858.079
Em Empresas Grupo Toyota Caetano	403.883	0	403.883
Administradores Não Executivos	0	0	0
Total	979.615	282.347	1.261.962

No exercício de 2008 não houve indemnizações pagas por cessão de funções.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam do Fundo Pensões Salvador Caetano desde que cumprindo todos os requisitos exigidos para qualquer outro colaborador de uma das empresas do universo constante do Fundo de Pensões (conforme condições descritas na nota 31 do Anexo ao Balanço e Demonstrações dos Resultados individual integrante do Relatório e Contas de 2008).

A Toyota Caetano (em conjunto com outras associadas) constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002. Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de Dezembro de 2006 foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse progressivamente de um fundo de “benefício definido” a um fundo de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 Dezembro 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a acta de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os actuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os actuais trabalhadores dos associados do Grupo Salvador Caetano e que à data de 1 de Janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de Dezembro de 2008 foi por esta empresa recepcionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Não existe na sociedade Plano de Atribuição de acções aos membros dos órgãos de Administração.

II21. Não está previsto qualquer pagamento em caso de cessação das funções durante o mandato.

II22. A comunicação de irregularidades deverá ser feita através de entrega de documento escrito ou por e-mail interno dirigido ao representante das relações com o mercado. Este por sua vez despoletará todas as medidas de análise e verificação de factos comunicados, mantendo, se requerido, a confidencialidade da informação inicial e reportando em primeiro lugar as conclusões obtidas ao Conselho de Administração, o qual por sua vez ponderará a comunicação ao mercado, dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos, caso seja entendida a necessidade da sua divulgação.

Essas comunicações são arquivadas durante um período mínimo de cinco anos e se solicitadas encontram-se à disposição dos Auditores.

III - Informação

III1. Em 31 de Dezembro de 2008 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada, sendo que todas as acções estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

III2. Participações qualificadas no capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A:

Salvador Fernandes Caetano

Directamente.....	3,336%
Através do Grupo Salvador	
Caetano (S.G.P.S.), S.A.....	60%
Através da Cociga.....	0,008%
.....	63,344%
Toyota Motor Europe NV/SA.....	27%
Millenium BCP – Gestão de Fundos	
de Investimentos, S.A.	3,96%

III3. Não existem accionistas titulares de direitos especiais.

III4. Não existem restrições à transmissibilidade das acções ou limitações à titularidade de acções.

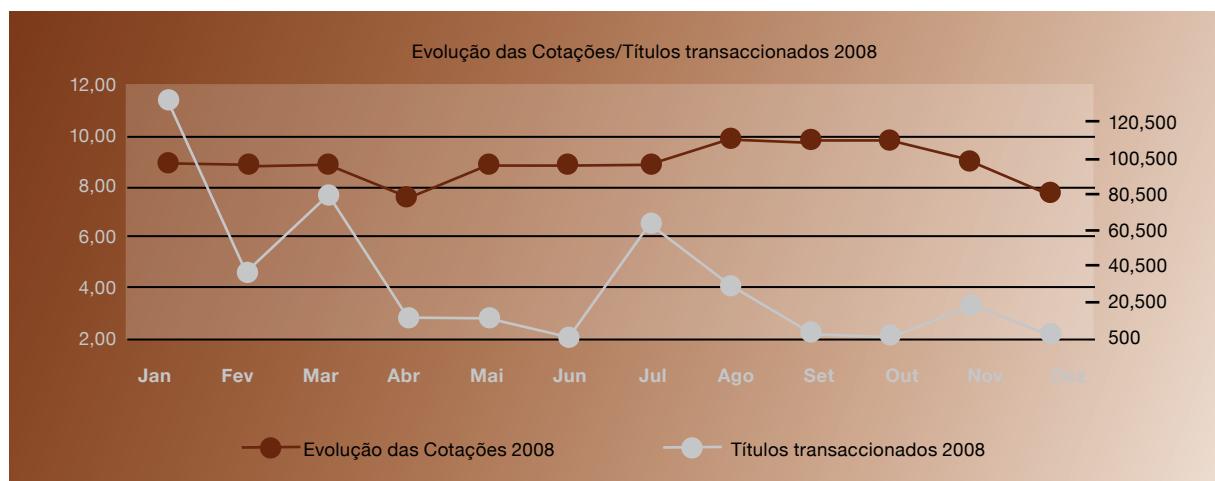
III5. Ver ponto I14.

III6. A alteração de estatutos da sociedade só é possível mediante aprovação em Assembleia Geral por maioria de 75% do capital social.

III7. Não existe na sociedade Plano de Atribuição de acções aos trabalhadores.

III8. Durante o exercício de 2008 foram transaccionadas em Bolsa 392.840 acções.

Não se observam movimentos anormais nas transacções mantendo-se ao longo do ano em níveis muito reduzidos. No gráfico seguinte pode apreciar-se a evolução da cotação das acções da sociedade. Em termos de evolução da cotação verificou-se uma ligeira subida até ao terceiro trimestre de 2008 atingindo aí o seu valor máximo de 10,00 Euros, encerrando o exercício no valor de 7,71 Euros, reflexo da crise dos mercados financeiros entretanto surgida. Por outro lado, não são visíveis alterações de cotações por impacto directo de anúncio de resultados (13 de Março de 2008) ou pagamento de dividendos (14 de Abril de 2008).



III9. A política de distribuição de dividendos da Empresa pode ser avaliada no quadro seguinte o qual regista a situação dos últimos cinco exercícios:

Rubricas	2008	2007	2006	2005	2004
Resultado Líquido (mEuros)	3.177	10.706	7.802	7.133	5.744
Dividendos (mEuros)	2.450	8.750	5.950	3.500	2.100
Dividendo p/Acção (Euro)	0,07	0,25	0,170	0,100	0,060

De uma forma sintética, podemos afirmar que embora sempre condicionada pelos próprios resultados líquidos e pelas expectativas entretanto criadas para o(s) período(s) seguintes, a Empresa tinha vindo a distribuir até 2005 dividendos num intervalo percentual entre os 30% e 50% do resultado.

Tendo em atenção o nível de capitais próprios entretanto atingidos, foi entendido em 2006 que a distribuição de dividendos rondasse os 75% dos resultados líquidos obtidos. Em 2007 essa percentagem ronda os 82% e em 2008 os 77%.

III10. A Toyota Caetano Portugal, SA. não possui qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

III11. Durante o exercício de 2008, não foram realizados quaisquer negócios entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos sociais (de administração e de fiscalização), titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou grupo, que não tenham sido realizados em condições normais de mercado para operações do mesmo género, e sempre inseridas na actividade normal da sociedade.

III12. Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

Os contactos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efectuados pelas seguintes vias:

Representante para as relações com o mercado:

Maria Angelina Caetano Ramos

Telefone: 227867000

E-mail: angelina.ramos@toyotacaetano.pt

Através da sua página oficial na Internet (www.toyotacaetano.pt), a Toyota Caetano Portugal, SA. disponibiliza informação financeira relativamente à sua actividade individual e consolidada. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas da Empresa para os últimos exercícios.

III13. As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas colectivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo, ascendem a 108.950 Euros, distribuídas da seguinte forma:

- Serviços de Revisão Legal de Contas 95%
- Outros Serviços – revisão de mapas comprovativos de projectos de incentivo ao investimento 5%

O Conselho de Administração na solicitação dos projectos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respectiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de Maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

Compete ao Conselho Fiscal supervisionar a actividade e independência do Auditor externo, com ele interagindo nos termos das suas competências e normas de funcionamento (conforme descritos no ponto II3 do Relatório), sendo o 1º destinatário do Relatório do Auditor externo.

Relatório Consolidado



Indicadores Financeiros Consolidados

	(Euros)		
	Dez '08	Dez '07	Dez '06
Vendas	535.378.134	545.529.809	484.693.216
Cash-flow Bruto	25.704.051	33.053.685	36.354.125
Encargos financeiros líquidos	4.146.802	2.168.472	5.582.600
Custos com o pessoal	50.003.086	52.182.116	49.030.958
Investimento líquido	7.575.069	25.941.915	-1.153.764
Volume de emprego	2.110	2.102	2.936
Resultado líquido com interesses minoritários	1.565.706	11.125.356	15.404.673
Resultado líquido sem interesses minoritários	1.797.793	11.525.897	14.360.280
Grau de autonomia financeira	37,74%	42,31%	35,53%

Relatório de Conselho de Administração

Introdução

Em 2008, numa conjuntura internacional adversa, a economia portuguesa contrariou o ritmo de recuperação dos dois exercícios económicos anteriores, estimando-se um crescimento nulo do PIB. Assim, Portugal continua uma vez mais a apresentar um diferencial negativo de crescimento face à zona euro, que assinalou um incremento do PIB de 0,7%.

Para a estagnação do crescimento do PIB contribuiu de forma decisiva a diminuição das exportações de bens e serviços, acompanhada do aumento das importações, bem como uma desaceleração da procura interna. Esta última, contou com um decréscimo do investimento de 0,1%, quando em 2007 tinha aumentado 3,2%.

A manutenção da taxa de desemprego em 7,8%, foi um factor condicionante ao crescimento do consumo das famílias, que se previa facilitado pela queda da taxa de inflação e pela redução das taxas de juro, não obstante as restrições acrescidas ao crédito.

Para um enquadramento macroeconómico da economia portuguesa, sintetiza-se no quadro abaixo os principais indicadores, em termos comparativos:

(%)	2007	2008
PIB	1,9	0,0
Procura Interna	1,6	1,0
Exportações	7,5	-0,5
Importações	5,6	2,1

Fonte: INE

Para 2009, num quadro internacional onde não se consegue traçar com um aceitável nível de certeza uma perspectiva macroeconómica, onde os indicadores de confiança das empresas e das famílias se situam em mínimos históricos, bem como as taxas de juro, e onde o desemprego atinge níveis preocupantes, será inevitável antever um ano de crescimento negativo para Portugal.

Sector automóvel

Encontrando-se o Grupo Toyota Caetano Portugal inserido no sector automóvel, nomeadamente na marca Toyota, entende-se como oportuna uma breve abordagem ao comportamento do mercado automóvel no decorrer de 2008.

Assim, o sector automóvel em Portugal não ficou indiferente à actual conjuntura, registando uma quebra de 0,57% face a 2007, com o segmento de viaturas ligeiras de passageiros a apresentar um comportamento distinto dos comerciais, uma vez que no primeiro se regista um crescimento de 6% contra um decréscimo de 19%, do segundo.

Salienta-se o contributo positivo do último trimestre do ano, com um aumento significativo do número de veículos matriculados que permitiram influenciar favoravelmente a performance acumulada do sector. Este incremento de vendas ocorreu ao abrigo do programa de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, bem como devido ao facto de se prever um agravamento fiscal no Orçamento de Estado de 2009, o que estimulou a antecipação das compras, nomeadamente de veículos de gasóleo.

Enquanto que em Portugal o sector automóvel registou o comportamento atrás descrito, num contexto europeu, o mercado de veículos ligeiros de passageiros apresentou uma variação negativa de 8% face a 2007.

De modo sintético, encontra-se de seguida uma referência às empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, com uma abordagem agregada a um painel de indicadores escolhidos para mostrar a evolução do negócio, sendo o Euro a moeda de referência.

Toyota Caetano Portugal, S. A.

A Toyota Caetano Portugal, nos seus 40 anos de existência como importador Toyota, não ficou indiferente à actual conjuntura, encerrando o ano de 2008 com um volume de negócios inferior a 2007, em 4,5%.

Contrariando a trajectória crescente dos últimos 3 anos, a marca Toyota assistiu a uma quebra de 8% nas vendas, mantendo-se contudo no mesmo 7.º lugar do ranking de mercado, com 16.702 unidades transaccionadas, das quais 11.200 correspondem a Veículos Ligeiros de Passageiros.

A contribuir para o cenário negativo anterior salienta-se o facto de ter sido um ano de escoamento de várias gamas, nomeadamente o Aygo, Yaris, Avensis, Prius e Corolla Verso, não acompanhado pelo lançamento de novos produtos, como sucedeu na concorrência. De forma oposta, os Veículos Comerciais superaram o mercado, apesar da quebra também registada, fruto do excelente posicionamento e confiança conquistada nos produtos Hilux e Dyna. Espera-se assim que o lançamento de novos produtos em 2009, bem como novas linhas de design dos já existentes possam permitir à Toyota Caetano Portugal, a manutenção de níveis de rentabilidade adequados, face à situação de crise que se perspectiva para o sector em 2009.

Ao nível das viaturas Lexus, o ciclo recorde de vendas dos dois últimos anos foi interrompido, com o ano de 2008 a atingir as 313 unidades vendidas contra as 443 do ano de 2007. Também nesta marca, estima-se que a introdução de novos modelos para 2009 permita consolidar a posição dos novos projectos que já se encontram em marcha.

A área de negócio das máquinas industriais também saiu afectada em 2008, efeito do cenário de contracção de alguns sectores de actividade, consumidores deste produto. Desde o final de 2008 esta área de negócio adicionou à comercialização dos produtos Toyota, a marca BT, com a aquisição da totalidade do capital social da empresa Movicargo – Movimentação Industrial, Lda.

A produção Toyota na unidade fabril de Ovar, com os modelos Dyna e Hiace, conduziu a um crescimento sustentado da actividade, com 5.947 unidades, a que corresponde uma variação positiva de aproximadamente 20%, face a 2007. Adicionalmente, reforçou-se o peso dos mercados externos assumindo assim particular relevo. Nesta área destaca-se o bom desempenho registado com as auditorias da Toyota Motor Corporation ao produto Dyna, e da APCER aos Sistemas de Gestão da Qualidade e do Ambiente.

Por fim, ao nível dos recursos humanos, merece destaque a aposta na qualificação, com a criação de um Centro de Novas Oportunidades nesta empresa.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	424.634.355	405.392.814	-4,53%
E.B.I.T.D.A. operacional	24.438.659	17.090.378	-30,07%
E.B.I.T.	16.828.032	8.901.959	-47,10%
Resultado antes de impostos	13.705.618	4.156.395	-69,67%

Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S.A.

No Grupo Toyota Caetano Portugal, a comercialização e reparação de viaturas das marcas Toyota e Lexus é assegurada directamente pela empresa Caetano Auto, ou através das suas participadas, Autopartner Comércio de Automóveis e Autopartner II – Reparadora de Colisão Automóvel.

No exercício em análise, a Caetano Auto foi responsável pela facturação de 9.485 viaturas novas, menos 7% que o período homólogo, à luz da conjuntura que se fez sentir, conduzindo a uma quebra acentuada dos resultados. De facto, a performance desta empresa não pode ser de modo algum dissociada dos factores anteriormente enunciados ao nível do importador.

O ano de 2008 fica marcado pela obtenção da Certificação da Qualidade através da SGS ICS-Serviços Internacionais de Certificação, procurando-se assim garantir a excelência dos processos em busca da confiança e fidelização dos seus clientes.

Apesar das dificuldades que se permitem antever para 2009, é convicção da empresa estar bem preparada para as enfrentar, reafirmando o seu posicionamento.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	304.581.751	286.426.647	-5,96%
E.B.I.T.D.A. operacional	9.578.946	6.963.281	-27,31%
E.B.I.T.	2.532.348	-159.741	-106,31%
Resultado antes de impostos	2.826.293	159.371	-94,36%

Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A.

A empresa Auto Partner – Comércio de Automóveis, S. A., indirectamente participada pela Caetano Auto, dedica-se à comercialização e assistência de viaturas, da marca Toyota, no Grande Porto.

À semelhança da quebra registada nas empresas atrás referidas, também na Auto Partner Comércio Automóveis ocorreu um decréscimo de actividade, com a venda de 526 unidades novas, e um agravamento dos prejuízos face 2007, na ordem dos 39%.

No sentido de alargamento da cobertura geográfica, o ano de 2009 contará com novas instalações em Ermesinde, podendo-se assim potenciar o nível das vendas.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	16.751.108	12.313.048	-26,49%
E.B.I.T.D.A. operacional	69.350	-98.271	-241,70%
E.B.I.T.	-215.893	-326.706	-51,33%
Resultado antes de impostos	-279.634	-388.244	-38,84%

Auto Partner II – Reparador de Colisão Automóvel, S.A.

A empresa Auto Partner II – Reparador de Colisão Automóvel, S. A., indirectamente participada pela Caetano Auto, centra a sua actividade na reparação de chapa e pintura resultante da colisão, na zona do Grande Porto e Bragança.

Permanecendo em zona de prejuízos, nota-se no entanto uma melhoria significativa do resultado face ao ano anterior acompanhado por um crescimento do volume de negócios, direcionado sobretudo para grandes clientes, como sejam as seguradoras e gestoras de frota, dada a especificidade do negócio que assume.

Para 2009 espera-se uma evolução favorável dos resultados, fruto dos processos de reestruturação levados a cabo nestes dois últimos exercícios.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	5.141.060	5.706.531	11,00%
E.B.I.T.D.A. operacional	-838.240	-71.285	91,50%
E.B.I.T.	-1.101.510	-141.699	87,14%
Resultado antes de impostos	-1.115.654	-149.377	86,61%

Caetano Renting, S.A.

A Caetano Renting enquadra-se no sector de rent-a-car, com primazia da marca Toyota, na frota de viaturas e máquinas de movimentação de carga.

Apesar da evolução do volume de negócios se enquadrar nas expectativas da empresa, a retracção inesperada ocorrida nos últimos meses do ano induziu a uma quebra deste indicador face a 2007. No entanto, a especial atenção dada aos custos permitiram que se terminasse o exercício com um resultado antes de impostos de 607 mil euros, mais 24% que em período homólogo.

Para 2009 espera-se um nível de facturação idêntico ao ocorrido no período em análise, acompanhado de perto por um controlo de despesas que concretize um nível razoável de lucro.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	8.245.934	7.913.597	-4,03%
E.B.I.T.D.A. operacional	8.721.510	8.132.328	-6,76%
E.B.I.T.	1.583.686	1.640.904	3,61%
Resultado antes de impostos	487.675	606.765	24,42%

Caetano Components, S.A.

Caetano Components é a nova designação para a IPE – Indústria Produtora de Espumas, S.A., encontrando-se a sua actividade focalizada na produção de componentes automóveis essencialmente destinada a outras empresas do Grupo Salvador Caetano, nomeadamente a Caetanobus e Toyota Caetano Portugal, sendo que o seu desempenho reflecte o decréscimo de actividade das principais parceiras, permanecendo contudo em zona de lucros.

Devido à forte dependência das empresas atrás citadas, espera-se que o próximo exercício propicie uma evolução do negócio capaz de fazer permanecer a empresa ao nível do ponto crítico.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	9.574.333	7.952.815	-16,94%
E.B.I.T.D.A. operacional	1.606.052	585.108	-63,57%
E.B.I.T.	949.133	48.050	-94,94%
Resultado antes de impostos	893.650	21.133	-97,64%

Cabo Verde Motors, S.A.

Em Cabo Verde, o Grupo encontra-se representado pela empresa Cabo Verde Motors, responsável pela comercialização do produto Toyota.

O volume de negócios desta empresa apresenta um acréscimo de 12% face ao período homólogo passado, tendo no entanto sacrificado um ponto percentual na margem bruta.

Quanto ao resultado alcançado no exercício em análise, apesar de se encontrar num nível confortável, diminuiu face a 2007, uma vez que naquele exercício ocorreu uma mais valia com a venda de uma participação.

Assumindo-se como uma empresa de referência em Cabo Verde, a sua evolução encontra-se inevitavelmente associada ao crescimento do País, que tem sido estimulado pelo investimento estrangeiro, em particular no sector do Turismo. Desta forma, apesar de expectativas favoráveis para a economia cabo verdiana, em 2009, dever-se-á estar atento, uma vez que ainda se encontra vulnerável a possíveis choques externos, dada a crise internacional.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	17.161.957	19.303.244	12,48%
E.B.I.T.D.A. operacional	2.739.487	3.012.242	9,96%
E.B.I.T.	2.526.624	2.003.176	-20,72%
Resultado antes de impostos	2.478.850	1.985.053	-19,92%

Taxa de Câmbio 1€ = 109,89 CVE

Actividade Financeira

Neste exercício em análise, o volume de negócios consolidado ascendeu a 535,4 milhões de Euros, que se traduziu numa ligeira quebra face a 2007, num quadro de manutenção de perímetro de consolidação, excepção feita à aquisição da Movicargo, em Junho de 2008. Relativamente à margem bruta de comercialização verificou-se uma ligeira melhoria, tendo passado de 22,0%, em 2007, para 22,3%, em 2008.

Em termos operacionais, o Grupo viu o seu resultado decrescer cerca de 50%, face a 2007, que em valor se traduziu em 8 milhões de Euros. Para esta situação contribuiu fundamentalmente a redução de ganhos com a alienação de imobilizado e a constituição de um ajustamento de 1,5 milhões de Euros relativo ao apuramento do justo valor da participação financeira detida no BCP. Comparativamente, o ano de 2007 contou com a recuperação de liquidações fiscais, na Toyota Caetano Portugal, no montante de 1 milhão de Euros.

O resultado líquido consolidado de 1,6 milhões de euros, face aos 11,1 milhões registados em 2007, traduz o comportamento dos resultados operacionais bem como um agravamento dos prejuízos financeiros, fruto do crescimento da dívida a instituições financeiras no montante de 20 milhões de Euros.

O Grau de Autonomia Financeira de 38% denuncia uma quebra de 4 p. p., face a 2007, consequência de um incremento do Passivo, provocado essencialmente, pela utilização de linhas de crédito disponíveis.

Conclusão

A forte ligação do Grupo Toyota Caetano Portugal ao sector automóvel, leva a que alterações do sistema fiscal associado a este mercado, bem como a evolução da conjuntura económica e social no País, possam ser um factor condicionante da evolução mais ou menos favorável deste Grupo.

No entanto, o lançamento de novos modelos da Toyota e Lexus, previstos para 2009, deverão ser condição suficiente para que se possam atingir níveis de actividade que permitam ao Grupo a manutenção de uma rentabilidade positiva, mesmo face à forte crise, isto tudo, tendo sempre presente a garantia de total satisfação dos nossos clientes, factor endógeno aos valores do Grupo Toyota Caetano Portugal.

Por último, uma palavra de agradecimento a todos aqueles que, com o seu empenho, contribuíram de forma eficaz para o desempenho do Grupo.

Declaração

Vêm todos os membros do Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A. nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A., e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo contendo ainda, uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Vila Nova de Gaia, 3 de Abril de 2009

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Demonstrações Financeiras

Balanço Consolidado

(Euros)

Activo	Notas	IAS/IFRS 2008-12-31	IAS/IFRS 2007-12-31
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Diferenças de consolidação	9	611.997	-
Imobilizações incorpóreas	6	509.477	410.019
Imobilizações corpóreas	7	100.359.672	102.699.447
Propriedades de investimento	8	17.374.549	18.600.828
Investimentos disponíveis para venda	10	4.712.757	15.259.320
Activos por impostos diferidos	15	2.559.878	2.568.264
Clientes	12	3.171.348	3.006.566
Total do activo não corrente		129.299.678	142.544.444
ACTIVO CORRENTE:			
Existências	11	105.692.852	109.925.764
Clientes	12	72.117.474	70.219.441
Outras dívidas de terceiros	13	16.959.638	9.094.591
Outros activos correntes	14	2.916.546	2.059.922
Caixa e equivalentes a caixa	16	15.634.472	4.506.433
Total do activo corrente		213.320.982	195.806.151
Total do activo		342.620.660	338.350.595

Balanço Consolidado

(Euros)

Capital Próprio e Passivo	Notas	IAS/IFRS 2008-12-31	IAS/IFRS 2007-12-31
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	17	35.000.000	35.000.000
Reserva legal		7.498.903	6.958.903
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão cambial		(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor		231.536	6.795.767
Outras reservas		76.789.014	74.439.433
Resultado consolidado líquido do exercício		1.797.793	11.525.897
	18	125.817.192	139.219.946
Interesses minoritários	19	3.490.459	3.936.005
Total do capital próprio		129.307.651	143.155.951
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de longo prazo	20	2.000.000	2.000.000
Responsabilidades por pensões	24	291.338	3.862.549
Outras dívidas a terceiros	22	8.979.463	2.537.197
Passivos por impostos diferidos	15	1.717.460	4.424.283
Total do passivo não corrente		12.988.261	12.824.029
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários de curto prazo	20	116.407.762	96.072.286
Fornecedores	21	42.264.757	47.513.264
Outras dívidas a terceiros	22	21.230.881	21.085.627
Outros passivos correntes	23	18.968.902	15.571.536
Provisões	25	631.184	2.127.902
Instrumentos financeiros derivados	26	821.262	-
Total do passivo corrente		200.324.748	182.370.615
Total do passivo e capital próprio		342.620.660	338.350.595

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.

O Técnico de Contas: Alberto Luis Lema Mandim**O Conselho de Administração:** Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Euros)

	Notas	IAS/IFRS 2008-12-31	IAS/IFRS 2007-12-31
Proveitos operacionais:			
Vendas	32	501.492.883	516.489.150
Prestações de serviços	32	33.885.251	29.040.659
Outros proveitos operacionais	33	26.439.542	31.452.875
Total de proveitos operacionais		561.817.676	576.982.684
Custos operacionais:			
Custo das vendas	11	419.041.990	425.843.466
Variação da produção	11	(3.292.589)	(448.037)
Fornecimentos e serviços externos		59.175.778	55.427.429
Custos com o pessoal		50.003.086	52.182.116
Amortizações e depreciações	6 e 7	20.374.511	19.503.055
Amortizações de propriedades de investimento	8	1.307.099	1.168.877
Provisões e perdas por imparidade	25	2.988.498	1.668.315
Outros custos operacionais		4.222.058	5.587.778
Total de custos operacionais		553.820.431	560.932.999
Resultados operacionais		7.997.245	16.049.685
Custos financeiros	34	(7.190.796)	(6.066.744)
Proveitos financeiros	34	3.043.994	3.898.272
Resultados antes de impostos de operações continuadas		3.850.443	13.881.213
Impostos sobre o rendimento de operações continuadas	28	(2.284.737)	(4.566.458)
		1.565.706	9.314.755
Resultados antes de impostos de operações descontinuadas	5	-	1.810.601
Impostos sobre o rendimento de operações descontinuadas		-	-
		-	1.810.601
Resultado líquido consolidado do exercício		1.565.706	11.125.356
Resultado líquido consolidado das operações continuadas atribuível:			
ao Grupo		1.797.793	9.715.296
a interesses minoritários	19	(232.087)	(400.541)
		1.565.706	9.314.755
Resultado líquido consolidado das operações descontinuadas atribuível:			
ao Grupo	5	-	1.810.601
a interesses minoritários		-	-
		-	1.810.601
Resultado líquido consolidado atribuível:			
ao Grupo		1.797.793	11.525.897
a interesses minoritários	19	(232.087)	(400.541)
		1.565.706	11.125.356
Resultados por acção:			
Básico			
de operações continuadas	29	0,045	0,266
de operações descontinuadas	29	-	0,052
		0,045	0,318
Diluído			
de operações continuadas	29	0,045	0,266
de operações descontinuadas	29	-	0,052
		0,045	0,318

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.

O Técnico de Contas: Alberto Luis Lema Mandim**O Conselho de Administração:** Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Demonstrações Consolidadas das alterações no Capital Próprio

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Euros)

	Capital social	Reservas						Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
		Reserva legal	Reservas de reavaliação	Reservas de conversão cambial	Reservas de justo valor	Outras reservas	Total de reservas			
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	35.000.000	6.568.803	6.195.184	(608.424)	7.234.880	65.785.732	85.176.175	4.285.575	14.360.280	138.822.030
Aplicação do resultado consolidado de 2006:										
Transferência para reserva legal	-	390.100	-	-	-	-	390.100	-	(390.100)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.950.000)	(5.950.000)
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	8.020.180	8.020.180	-	(8.020.180)	-
Variação nas reservas de conversão cambial	-	-	-	(1.086.814)	-	-	(1.086.814)	-	-	(1.086.814)
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	(439.113)	-	(439.113)	-	-	(439.113)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	11.525.897	11.525.897
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	(400.541)	-	(400.541)
Outros	-	-	-	-	-	633.521	633.521	50.971	-	684.492
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	35.000.000	6.958.903	6.195.184	(1.695.238)	6.795.767	74.439.433	92.694.049	3.936.005	11.525.897	143.155.951
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	35.000.000	6.958.903	6.195.184	(1.695.238)	6.795.767	74.439.433	92.694.049	3.936.005	11.525.897	143.155.951
Aplicação do resultado consolidado de 2007:										
Transferência para reserva legal	-	540.000	-	-	-	-	540.000	-	(540.000)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.750.000)	(8.750.000)
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	2.235.897	2.235.897	-	(2.235.897)	-
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	(6.564.231)	-	(6.564.231)	-	-	(6.564.231)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.797.793	1.797.793
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	(232.087)	-	(232.087)
Outros	-	-	-	-	-	113.684	113.684	(213.459)	-	(99.775)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	231.536	76.789.014	89.019.399	3.490.459	1.797.793	129.307.651

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.

O Técnico de Contas: Alberto Luis Lema Mandim

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

(Euros)

	IAS/IFRS 2008	IAS/IFRS 2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	504.213.167	697.842.450
Pagamentos a Fornecedores	(408.273.539)	(608.173.933)
Pagamentos ao Pessoal	(43.502.578)	(44.413.596)
Fluxo gerado pelas Operações	52.437.050	45.254.921
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	(5.709.167)	(3.041.139)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional	(40.015.108)	(53.869.783)
Fluxo das Actividades Operacionais (1)	6.712.775	(11.656.001)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros		16.845.964
Imobilizações Corpóreas	14.853.190	19.393.187
Imobilizações Incorpóreas	600	14.556
Juros e Proveitos Similares	436.739	582.173
Dividendos	295.699	15.586.228
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros (notas 5 e 16)	(1.130.000)	(610)
Imobilizações Corpóreas	(16.031.932)	(11.046.611)
Imobilizações Incorpóreas	(562.157)	(17.724.089)
Fluxo das Actividades de Investimento (2)	(2.137.861)	26.033.626
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos	22.344.242	22.344.242
Dividendos		184.690
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos	(2.867.102)	(16.951.452)
Amortização de Contratos de Locação Financeira	(326.695)	(237.222)
Juros e Custos Similares	(5.574.202)	(5.094.785)
Dividendos	(8.767.657)	(17.535.656)
Fluxo das Actividades de Financiamento (3)	4.808.586	(28.047.017)
CAIXA E EQUIVALENTES		
Variação de Caixa e Seus Equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	9.383.500	(13.669.392)
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 16)	4.506.433	18.175.825
Variação do Perímetro (Nota 5)	1.744.539	-
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 16)	15.634.472	4.506.433

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.

O Técnico de Contas: Alberto Luis Lema Mandim**O Conselho de Administração:** Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2008

(Montantes expressos em Euros)

1. Nota Introdutória

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, actividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua actividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

Em 2 de Janeiro de 2007, foram alienados todos os negócios “não Toyota” detidos directa e indirectamente pelo Grupo Toyota Caetano como forma de garantir uma maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurarem à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível do mercado mundial (Nota 5).

As acções da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

Em 31 de Dezembro de 2008, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respectivas sedes e abreviaturas utilizadas, são como segue:

Empresas	Sede
Com sede em Portugal:	
Toyota Caetano Portugal, S. A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S. A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Components, S.A. (“Caetano Components”)	Carvalhos
Caetano Renting, S. A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S. A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner, S.G.P.S., S.A. (“Auto Partner SGPS”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S. A. (“Auto Partner”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner II - Reparador de Colisão Automóvel, S. A. (“Auto Partner II”)	Vila Nova de Gaia
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. (“Movicargo”)(1)	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países:	
Salvador Caetano (UK), Ltd. (“Salvador Caetano UK”)(2)	Leicestershire (Inglaterra)
Cabo Verde Motors, S.A. (“Cabo Verde Motors”)	Praia (Cabo Verde)

(1) Empresa adquirida em 2008 (Nota 5)

(2) Empresa que não teve qualquer actividade no exercício de 2008

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 2.2 d).

2. Principais Políticas Contabilísticas

2.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras anexas

Em 2007 foi aprovada (“endorsed”) pela União Europeia, a IFRS 8 – Operating Segments, a qual é efectiva para exercícios económicos iniciados após 1 de Janeiro de 2009. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e interpretações:

	Data de Eficácia
Com aplicação obrigatória no exercício de 2008	
IAS 39/IFRS 7 – Reclassificação de activos financeiros (Alterações) (1)	01-07-08
IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes (2)	01-07-08
IFRIC 14 - IAS 19 O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção (2)	01-01-08
Com aplicação obrigatória após 2008	
IFRS 8 – Segmentos operacionais	01-01-09
IFRS 2 - Pagamentos baseados em acções (Alterações)	01-01-09
IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras (Revista)	01-01-09
IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos (Alterações)	01-01-09
IAS 32/IAS 1 - Instrumentos Financeiros com uma Opção Put e Obrigações Decorrentes de uma Liquidação (Alterações)	01-01-09
Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2007)	01-01-09
IFRS 1/IAS 27 - Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou Associada	01-01-09

(1) A 13 de Outubro de 2008, e como consequência da instabilidade verificada nos mercados financeiros internacionais, foram introduzidas alterações ao normativo de relato financeiro (IAS 39 e IFRS 7), já devidamente endossadas pela União Europeia, as quais se traduziram, principalmente, na possibilidade de transferência de activos financeiros para outras categorias. Tais alterações produziram efeitos imediatos permitindo a possibilidade de aplicação retroactiva a partir de 1 de Julho de 2008, desde que tais reclassificações fossem relevadas até 1 de Novembro de 2008. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano, pelo que a opção nelas permitida não foi aplicada.

(2) A entrada em vigor da IFRIC 13 e IFRIC 14, em 2008, não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Adicionalmente, em relação às normas com aplicação obrigatória após 2008, o Grupo optou por não efectuar qualquer aplicação antecipada das mesmas.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram já emitidas a esta data, embora não se encontrem ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

	Data de Eficácia
Alteração ao IFRS 3 – Concentrações empresariais	01-07-09
Alteração ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez dos IFRS	01-07-09
IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (Alterações)	01-07-09
IAS 39 – Itens elegíveis de cobertura (Alterações)	01-07-09
IAS 39 – Reclassificações de activos financeiros (Alterações)	01-07-09
IFRS 7 – Incrementos qualitativos às divulgações relativas aos Instrumentos Financeiros (Alterações)	01-01-09
IFRIC 12 - Contratos relativos a serviços de concessão	01-01-09
IFRIC 15 – Contratos relativos a construção imobiliária	01-01-09
IFRIC 16 – Cobertura de investimento líquido em operações com o exterior	01-10-08
IFRIC 17 – Distribuição aos accionistas de activos não monetários	01-07-09
IFRIC 18 – Transferência de activos de clientes	01-07-09

Não se estima que da futura adopção das normas acima, as quais não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de custos e proveitos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

2.2 Princípios de Consolidação

São os seguintes os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica "Interesses minoritários". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Nas situações em que os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como uma diferença de consolidação (Notas 5 e 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito nas demonstrações financeiras dos resultados do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transacções, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica "Investimentos em empresas associadas". Se essas diferenças forem negativas são registadas como um proveito do período na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados relativos a empresas associadas".

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica “Diferenças de consolidação” (Nota 9), e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na própria rubrica “Investimentos em empresas associadas”, e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado e, anualmente, o Grupo procede à realização de testes de imparidade formais às diferenças de consolidação existentes à data de encerramento das contas (Nota 9). Sempre que o montante pelo qual se encontra registada a diferença de consolidação seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da respectiva alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio “Outras reservas”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2008 e 2007, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

2008					
Rubricas	Moeda	Câmbio Final 2008	Câmbio Histórico Médio 2008	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2007
SC (UK), Ltd. (1)	GBP	n.a.	n.a.	n.a.	1,36631
Cabo Verde Motors, SA	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2007					
Rubricas	Moeda	Câmbio Final 2007	Câmbio Histórico Médio 2007	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2006
SC (UK), Ltd.	GBP	1,36631	1,45792	1,42645	1,49218
Cabo Verde Motors, SA	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

(1) As demonstrações financeiras da subsidiária Salvador Caetano (UK), Ltd. deixaram de ser alvo de conversão uma vez que a referida subsidiária alterou a sua moeda funcional para o Euro a partir de 1 de Janeiro de 2008.

2.3 Principais Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respectivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração dos resultados.

Com excepção do equipamento de transporte afecto à empresa Caetano Renting, S. A., as amortizações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	7 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 14
Equipamento administrativo	3 - 14
Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

No caso da Caetano Renting, S.A. e devido às especificidades do seu negócio de rent-a-car, o equipamento de transporte é amortizado em regime de duodécimos a partir do momento em que o bem está em estado de ser usado até ao fim da sua vida útil.

O Conselho de Administração entende que a amortização numa base anual, com as excepções assinaladas não produz um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são transferidas para imobilizado corpóreo e amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

b) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar as mesmas e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício das imobilizações incorpóreas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a activos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respectivo justo valor objecto de divulgação (Nota 8).

Sempre que o justo valor destes activos se revele inferior ao seu respectivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Amortizações de propriedades de investimento” na demonstração dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Outros proveitos operacionais” na demonstração dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias anuais efectuadas por entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento), tendo as últimas sido efectuadas no exercício de 2008.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos immobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no immobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores de immobilizado. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o immobilizado corpóreo amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a).

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e comparticipações recebidos a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” sendo reconhecidos como proveito na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

g) Imparidade de activos

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para o valor das “Diferenças de consolidação”, a quantia recuperável é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efectuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

No caso das “Existências”, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação de existências.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 25).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’, ‘Empréstimos e contas a receber’, ‘Investimentos detidos até ao vencimento’ e ‘Investimentos disponíveis para venda’. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: ‘activos financeiros detidos para negociação’ e ‘investimentos registados ao justo valor através de resultados’. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias “activos financeiros detidos para negociação” e “instrumentos registados ao justo valor através de resultados”.

Investimentos detidos até ao vencimento

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço.

Investimentos disponíveis para venda

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo Toyota Caetano detinha investimentos classificados nesta categoria que correspondem a acções de entidades cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa (Euronext Lisboa) (Nota 10).

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago; no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data de balanço correspondente à sua cotação em bolsa de valores, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os “investimentos disponíveis para venda” e os ‘investimentos registados ao justo valor através de resultados’ são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os “Investimentos detidos até à maturidade” são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transaccionados, à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Investimentos disponíveis para venda’, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflictam o seu valor presente realizável líquido. Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no activo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iv) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

v) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “Swaps” de taxa de juro (“Cash flow hedges”) e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em empréstimos obtidos.

Estes instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e

posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efectuadas pelas entidades bancárias com quem o Grupo celebra os respectivos contratos, afectam directamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

O Grupo Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Toyota Caetano mantiver a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, que configura um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é gerido pela ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.).

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data de balanço representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões (Nota 24).

Este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1 de Janeiro de 2008, os actuais reformados, os ex-funcionários do Grupo Toyota Caetano com “pensões diferidas” e os actuais funcionários e quadros do Grupo com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço do Grupo.

Adicionalmente, e na sequência de alterações introduzidas no exercício de 2008 em conformidade com autorização do ISP – Instituto de Seguros de Portugal, uma parte dos funcionários do Grupo Toyota Caetano que estava anteriormente abrangido pelo Plano de Benefícios Definidos acima referido, deixou de beneficiar daquele Plano e passou a beneficiar de um Plano de Contribuição Definida. Relativamente a este Plano de Contribuição Definida, o Grupo Toyota Caetano (através dos associados que fazem parte daquele Plano) efectua contribuições para um Fundo Autónomo (igualmente gerido pela ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.) corresponde a 3 % da massa salarial anual de cada um dos respectivos beneficiários.

l) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de activos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Consolidação fiscal

Com excepção da Movicargo, os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal, e reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano em 31 de Dezembro de cada ano.

As restantes empresas do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro são tributadas em base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

o) Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes".

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

p) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

q) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como activos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os activos e os passivos por impostos diferidos.

r) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

s) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo. A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 30.

t) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

Em 31 de Dezembro de 2008, não existiam activos não correntes detidos para venda e que cumpram com os requisitos e condições acima referidos.

u) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 incluem:

- a) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do activo (contas a receber e existências) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

v) Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Reino Unido e Cabo Verde (apesar de a subsidiária que opera no Reino Unido estar actualmente inactiva e ter alterado no exercício a sua moeda funcional para o Euro). Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Cabo Verde Motors, S.A.), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash flows. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio. A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

A política de gestão do risco de câmbio de tradução do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de Dezembro de 2008, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2.d), os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de balanço e os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”.

O montante de activos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como segue:

	Activos		Passivos	
	Dez-08	Dez-07	Dez-08	Dez-07
Escudo de Cabo Verde (CVE)	6.234.615	5.366.483	673.218	1.041.811
Libra Esterlina (GBP)	755.832	709.633	17.817	5.045
Coroa Norueguesa (DKK)	590.069	229.661	-	-
Coroa Sueca (SEK)	24.399	28.651	2.147	9.375
Yene Japonês (JPY)	-	-	966.614	816.749
Dolar Americano (USD)	-	-	712	-

ii) Risco de preço

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2008 e 2007, esteve exposto ao risco de variação de preço dos “Investimentos disponíveis para venda”. Aquela rubrica é essencialmente composta por acções detidas no Banco Comercial Português, S.A. (“BCP”) e no Banco BPI, S.A. (“BPI”), as quais foram adquiridas em exercícios anteriores. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como “Investimentos disponíveis para venda”, o efeito de alterações no respectivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos Investimentos disponíveis para venda pode ser resumida como segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2008		2007	
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
BCP	10%	-	188.172	-	662.529
BPI	10%	-	276.724	-	847.566
BCP	(10%)	(207.172)	-	-	(728.782)
BPI	(10%)	-	(304.396)	-	(932.323)

iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes factores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de Taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de Taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data do balanço. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- i. A taxa de juro efectiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- ii. A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- iii. Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2008		2007	
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Contas correntes caucionadas	1 p.p.	223.181	-	309.000	-
Descobertos bancários	1 p.p.	169.714	-	79.751	-
Papel Comercial	1 p.p.	745.434	-	591.972	-
Total		1.138.329	-	980.730	-
Contas correntes caucionadas	(1 p.p.)	(223.181)	-	(309.000)	-
Descobertos bancários	(1 p.p.)	(169.714)	-	(79.751)	-
Papel Comercial	(1 p.p.)	(745.434)	-	(591.972)	-
Total		(1.138.329)	-	(980.730)	-

A análise acima não inclui a consideração do instrumento derivado de cobertura (“swap” de taxa de juro) contratado pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro (Nota 26).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objectivo:

- i. Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- ii. Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- iii. Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 20 e 22, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 102.773.290 Euros e 93.565.853 Euros, respectivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 20) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 16) contratados junto de diversas instituições.

v) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objectivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogéneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efectuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias “on first demand”, cujo montante, em 31 de Dezembro de 2008 era de, aproximadamente, 9.900.000 Euros (7.223.000 em 31 de Dezembro de 2007), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos (Nota 12).

O Grupo recorre igualmente a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 encontram-se divulgados na Nota 25.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 25.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

w) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (Nota 40).

3. Alterações de Políticas Contabilísticas e Correcção de Erros Fundamentais

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. Empresas do Grupo Incluídas na Consolidação

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respectiva proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são como segue:

Empresas	Percentagem de participação efectiva	
	Dez-08	Dez-07
Toyota Caetano Portugal, S.A.		Empresa-mãe
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), S.A.	99,98%	99,98%
Salvador Caetano (UK), Ltd.	99,82%	99,82%
Caetano Components , S.A.	99,98%	99,98%
Cabo Verde Motors, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	93,18%	92,89%
Auto Partner, S.G.P.S., S.A.	46,59%	46,45%
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	46,59%	46,45%
Auto Partner II- Reparador de Colisão Automóvel, S.A.	46,59%	46,45%
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda.	100,00%	n.a

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa – Nota 2.2 a)).

5. Alterações Ocorridas no Perímetro de Consolidação

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, verificaram-se as seguintes variações na composição do perímetro de consolidação, as quais afectaram a comparabilidade das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 com as do exercício anterior:

Aquisições

A Toyota Caetano Portugal, S. A. (“Empresa-mãe”) adquiriu, no primeiro semestre de 2008, a filial Movicargo – Movimentação industrial, Lda. Esta aquisição teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008:

	Valor contabilístico	Imputação de justo valor	Total ajustado
Activos líquidos adquiridos			
Imobilizações corpóreas (Nota 7)	4.071.014	-	4.071.014
Existências (Nota 11)	1.236.484	-	1.236.484
Outros activos correntes	1.888.389	-	1.888.389
Caixa e equivalentes a caixa	1.744.539	-	1.744.539
Outros passivos	(8.422.423)	-	(8.422.423)
	518.003	-	518.003
Diferenças de consolidação (Nota 9)		-	611.997
Interesses minoritários		-	-
Preço de aquisição		-	1.130.000
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição			
Pagamentos efectuados			1.130.000
Caixa e equivalentes a caixa adquiridos			(1.744.539)
			(614.539)

Importa ainda salientar que, em virtude da Movicargo ter sido adquirida no final do primeiro semestre de 2008, a sua consolidação consistiu apenas nas respectivas operações a partir de 1 de Julho de 2008. Caso a aquisição efectuada tivesse sido reportada a 1 de Janeiro de 2008, os proveitos operacionais consolidados viriam aumentados em, aproximadamente, 3,47 Milhões de Euros.

Adicionalmente, o Conselho de Administração entende que o justo valor dos activos e passivos daquela subsidiária não difere do seu valor contabilístico na data da sua aquisição.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, verificaram-se as seguintes variações na composição do perímetro de consolidação:

Conforme descrito na Nota introdutória, foram alienados em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios “não Toyota” detidos directa e indirectamente pelo Grupo como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais. Esta alienação envolveu as seguintes entidades, que desta forma deixaram de pertencer ao perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano:

Participação directa da Toyota Caetano Portugal, S.A.:

Transcom, SARL.
Salvador Caetano (Moçambique), S.A.

Participação directa da Saltano, SGPS, S.A.:

Caetano Spain, S.A.
CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A.
Portianga – Comércio Internacional e Participações, S.A.
Contrac, GMBH
Global S, (SGPS), S.A.

Participação directa da Cabo Verde Motors, SA:

Indicabo – Veículos Automóveis, Lda.
Forcabô – Veículos Automóveis, Lda.

Participação directa da Salvador Caetano (UK), Ltd.:

Reliant Coaches, Ltd.
Caetano Uk, Ltd.

Participação directa da Portianga, S.A.:

Robert Hudson, Ltd.

Activos:

Divisão Fabril do Carregado (Pintura industrial e Tratamento de superfície)

O valor global da alienação das participações financeiras acima referidas e, deste modo, de todos os activos e passivos afectos a essas entidades, ascendeu a, aproximadamente, 14.541.000 Euros. Adicionalmente, e em conformidade com a deliberação referida na Nota Introdutória, o conjunto dos bens activos, com todos os direitos inerentes, nomeadamente direitos de propriedade intelectual e licenças, e dos passivos afectos à Divisão Fabril do Carregado, foi igualmente objecto de alienação pelo montante 8.850.000 Euros.

A operação acima referida resultou no registo de uma mais-valia na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, na rubrica “Resultados antes de impostos de operações descontinuadas” no montante de 1.810.601 Euros.

6. Imobilizações Incorpóreas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2008						
	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespasses		Total
Activo bruto:						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2007	74.857	2.787.462	43.950	1.065.053	3.971.322	
Adições	3.336	355.294	58.864	-	417.494	
Alienações	-	-	(1.200)	-	(1.200)	
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	
Transferências e abates	(64.592)	860.267	18.911	-	814.586	
Saldo final em 31 de Dezembro de 2008	13.601	4.003.023	120.525	1.065.053	5.202.202	
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2007	13.601	2.439.300	43.350	1.065.053	3.561.304	
Amortização do exercício	-	358.562	239	-	358.801	
Alienações, abates e transferências	-	815.970	(43.350)	-	772.620	
Variações de perímetro	-	-	-	-	-	
Saldo final em 31 de Dezembro de 2008	13.601	3.613.832	239	1.065.053	4.692.725	
Valor líquido	-	389.191	120.286	-	509.477	

2007						
	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespasses	Adiantamentos por c/ Imob. Incorpóreo	Total
Activo bruto:						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006	142.780	4.839.143	42.750	1.065.053	60.430	6.150.156
Adições	-	449.619	-	-	-	449.619
Alienações	(49.940)	-	(62.625)	-	-	(112.565)
Variações de perímetro	(92.282)	(2.416.091)	-	-	-	(2.508.373)
Transferências e abates	74.299	(85.209)	63.825	-	(60.430)	(7.515)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2007	74.857	2.787.462	43.950	1.065.053	-	3.971.322
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006	31.465	4.052.924	42.750	1.065.053	-	5.192.192
Amortização do exercício	-	343.471	9.775	-	-	353.246
Alienações, abates e transferências	16.668	(76.283)	(9.175)	-	-	(68.790)
Variações de perímetro	(34.530)	(1.880.814)	-	-	-	(1.915.344)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2007	13.603	2.439.297	43.350	1.065.053	-	3.561.303
Valor líquido	61.254	348.165	600	-	-	410.019

7. Imobilizações Corpóreas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2008									
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Total	
Activo bruto:										
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2007	16.318.830	78.711.021	45.772.967	54.698.051	10.431.711	8.700.770	3.946.505	1.621.521	220.201.376	
Adições	27.488	1.310.879	2.323.238	36.343.099	226.147	378.116	214.190	1.149.642	41.972.799	
Alienações e abates	-	-	(289.310)	(40.135.364)	(4.471)	(46.452)	(8.232)	(54.500)	(40.538.329)	
Variações de perímetro	-	212.186	53.643	8.200.966	36.241	147.534	126.880	54.500	8.831.950	
Transferências	(925.759)	(152.308)	(218.675)	920.925	442	(889.575)	(3.304)	(205.402)	(1.473.656)	
Saldo final em 31 de Dez. 2008	15.420.559	80.081.778	47.641.863	60.027.677	10.690.070	8.290.393	4.276.039	2.565.761	228.994.140	
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo inicial em 31 de Dez. 2007	-	46.717.732	34.589.045	16.232.953	9.655.003	7.599.890	2.707.306	-	117.501.929	
Amortização do exercício	-	4.025.969	2.407.277	12.303.332	544.338	429.224	305.570	-	20.015.710	
Alienações, abates e transferências	-	(1.140.893)	(341.246)	(11.218.189)	2.657	(849.561)	(96.875)	-	(13.644.107)	
Variações de perímetro	-	199.830	19.333	4.220.896	30.227	120.671	169.979	-	4.760.936	
Saldo final em 31 de Dez. 2008	-	49.802.638	36.674.409	21.538.992	10.232.225	7.300.224	3.085.980	-	128.634.468	
Valor líquido	15.420.559	30.279.140	10.967.454	38.488.685	457.845	990.169	1.190.059	2.565.761	100.359.672	

	2007									
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Adiantamentos p/ conta imob. Corpóreas	Total
Activo bruto:										
Saldo inicial em 31 de Dez. 2006	22.916.966	104.002.312	59.419.320	51.600.853	11.289.995	8.851.862	4.358.687	5.265.570	164.574	267.870.139
Adições	212.505	5.728.013	2.749.009	40.517.399	567.230	616.145	662.127	2.523.880	-	53.576.308
Alienações e abates	-	(290.490)	(1.895.951)	(38.530.284)	(338.213)	(701.991)	(732.059)	-	-	(42.488.988)
Variações de perímetro	(2.624.301)	(11.805.529)	(15.286.759)	(645.229)	(1.306.712)	(166.650)	(947.652)	(1.962.426)	-	(34.745.258)
Transferências	(4.186.340)	(18.923.285)	787.348	1.755.312	219.412	101.403	605.402	(4.205.503)	(164.574)	(24.010.825)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2007	16.318.830	78.711.021	45.772.967	54.698.051	10.431.712	8.700.769	3.946.505	1.621.521	-	220.201.376
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo inicial em 31 de Dez. 2006	-	59.917.638	40.506.003	15.966.217	10.322.422	7.907.152	2.904.612	-	-	137.524.044
Amortização do exercício	-	3.758.020	2.440.805	11.635.450	572.519	483.930	259.086	-	-	19.149.810
Alienações, abates e transferências	-	(14.561.857)	(1.832.656)	(10.981.645)	(119.029)	(548.671)	(125.740)	-	-	(28.169.598)
Variações de perímetro	-	(2.396.069)	(6.525.107)	(387.069)	(1.120.908)	(242.522)	(330.652)	-	-	(11.002.327)
Saldo final em 31 de Dez. de 2007	-	46.717.732	34.589.045	16.232.953	9.655.004	7.599.889	2.707.306	-	-	117.501.929
Valor líquido	16.318.830	31.993.289	11.183.922	38.465.098	776.708	1.100.880	1.239.199	1.621.521	-	102.699.447

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo transferiu o montante bruto de 1.128.415 Euros (e respectivas amortizações no montante de 1.047.595 Euros) do seu imobilizado corpóreo (das rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”) para a rubrica “Propriedades de investimento”, em virtude dos referidos imóveis terem cessado a sua utilização para o desenvolvimento da actividade operacional do Grupo, tendo passado a ser arrendados a entidades externas (Nota 8).

As “Variações de perímetro” incluem o efeito da consolidação da Movicargo (Nota 5).

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas que se encontram ao serviço do Grupo, bem como a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo e para aluguer operacional a clientes.

8. Propriedades de investimento

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a activos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respectivo arrendamento ou para valorização. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os proveitos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Proveitos financeiros” e ascenderam a 2.737.467 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 (2.786.665 Euros em 31 de Dezembro de 2007) (Nota 34). As amortizações do exercício de 2008 das Propriedades de investimento ascenderam a 1.307.099 Euros (1.168.877 Euros em 31 de Dezembro de 2007).

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas actuais, efectuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 54,3 milhões de Euros.

O detalhe dos activos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser detalhado como segue:

Imóvel	Local	Dez-08		Dez-07	
		Valor líquido contabilístico	Valor de avaliação	Valor líquido contabilístico	Valor de avaliação
Instalações Fabris	V.N. Gaia	1.337.279	11.000.000	1.839.777	17.174.800
Instalações Fabris	Carregado	6.496.737	26.000.000	7.607.540	16.318.500
Armazém industrial	V.N. Gaia	978.368	5.034.000	1.352.223	13.710.800
Instalações Comerciais	Vários locais	4.082.891	8.113.000	4.316.283	11.940.000
Terrenos não utilizados	Vários locais	4.479.274	4.134.000	3.485.006	2.503.900
		17.374.549	54.281.000	18.600.828	61.648.000

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi como segue:

2008			
Valor bruto	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	5.513.847	31.475.659	36.989.506
Transferências	3.593.172	(2.464.757)	1.128.415
Saldo final	9.107.019	29.010.902	38.117.921

Amortizações acumuladas	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	-	18.388.678	18.388.678
Aumentos	-	1.307.099	1.307.099
Transferências	-	1.047.595	1.047.595
Saldo final	-	20.743.372	20.743.372

2007			
Valor bruto	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	136.233	10.080.733	10.216.966
Transferências	5.377.614	21.394.926	26.772.540
Saldo final	5.513.847	31.475.659	36.989.506

Amortizações acumuladas	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	-	2.574.205	2.574.205
Aumentos	-	1.168.877	1.168.877
Transferências	-	14.645.596	14.645.596
Saldo final	-	18.388.678	18.388.678

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação em 31 de Dezembro de 2008 foi determinado por avaliação imobiliária efectuada por uma entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

9. Diferenças de consolidação

Em 31 de Dezembro de 2008, o movimento ocorrido na rubrica “Diferenças de consolidação” foi o seguinte:

	Dez-08
Valor bruto	
Saldo inicial	-
Aumentos (Nota 5)	611.997
Diminuições	-
Saldo final	611.997
Valor líquido	611.997

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com uma periodicidade anual.

O aumento verificado na rubrica “Diferenças de consolidação” no exercício de 2008 diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo (Nota 5).

10. Investimentos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica era composta como segue:

Não Correntes	Dez-08	Dez-07
Investimentos em empresas associadas		
Saldo em 1 de Janeiro	-	1.098.968
Outras regularizações	-	(1.098.968)
Activos detidos para venda	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	-
Investimentos disponíveis para venda		
Justo valor em 1 de Janeiro	15.259.320	16.967.025
Alienações durante o exercício	-	(1.157.097)
Aumento/(diminuição) no justo valor	(10.553.389)	(597.432)
Outras regularizações	6.826	46.824
Justo valor em 31 de Dezembro	4.712.757	15.259.320

Os “Investimentos disponíveis para venda” incluem o montante de 4.650.620 Euros correspondente a acções de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP e BPI), estando os mesmos registados ao seu justo valor. Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

O montante registado em “Outras regularizações” no exercício de 2007 na rubrica “Investimentos em empresas associadas” diz respeito ao investimento no Grupo Auto Partner, que no exercício de 2007 passou a ser objecto de consolidação pelo método de consolidação integral.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo alienou a totalidade da participação financeira que detinha na Empresa “GE Capital Holding Portugal, S. A.”, da qual resultou uma menos-valia de 212.144 Euros.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio e nas perdas de imparidade nos exercícios de 2008 e 2007 do registo dos “Investimentos disponíveis para venda” ao seu justo valor pode ser resumido como segue:

	Dez-08	Dez-07
Variação no justo valor	(9.014.406)	(597.432)
Imposto diferido passivo (Nota 15)	2.450.175	158.319
Efeito no capital próprio	(6.564.231)	(439.113)
Perda de imparidade (Nota 25)	(1.538.983)	-
	(8.103.214)	(439.113)

11. Existências

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-08	Dez-07
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	15.457.434	21.524.900
Produtos e Trabalhos em curso	7.489.622	6.638.221
Produtos acabados e Intermédios	6.944.328	4.496.272
Mercadorias	78.870.567	79.847.661
	108.761.951	112.507.054
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 25)	(3.069.099)	(2.581.290)
	105.692.852	109.925.764

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi apurado como segue:

	Dez-08			Dez-07		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências Iniciais	79.847.661	21.524.900	101.372.561	78.255.060	19.531.478	97.786.538
Compras Líquidas	332.325.251	78.435.695	410.760.946	344.483.641	71.215.306	415.698.947
Variação de perímetro	1.236.484	-	1.236.484	9.004.859	4.725.683	13.730.542
Existências Finais	(78.870.567)	(15.457.434)	(94.328.001)	(79.847.661)	(21.524.900)	(101.372.561)
Total	334.538.829	84.503.161	419.041.990	351.895.899	73.947.567	425.843.466

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi apurada como segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso		
		Dez-08	Dez-07
Existências finais		14.433.950	11.134.493
Variação de perímetro		-	10.417.752
Regularização de existências		(6.868)	-
Existências iniciais		(11.134.493)	(21.104.208)
Total		3.292.589	448.037

12. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Activos Correntes		Activos Não Correntes	
	Dez-08	Dez-07	Dez-08	Dez-07
Clientes, conta corrente	72.952.972	70.378.701	3.921.348	3.756.566
Clientes, letras a receber	36.233	195.543	-	-
Clientes cobrança duvidosa	10.886.643	11.027.986	-	-
	83.875.848	81.602.230	3.921.348	3.756.566
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 25)	(11.758.374)	(11.382.789)	(750.000)	(750.000)
	72.117.474	70.219.441	3.171.348	3.006.566

As contas a receber de Clientes classificadas como activos não correntes incluem o montante de 2.796.974 Euros (2.632.192 Euros em 31 de Dezembro de 2007) a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S. A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos, e se encontram a vencer juros). Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o montante de 1.124.374 Euros a receber da entidade relacionada Salvador Caetano (Moçambique), S.A.R.L., para o qual se encontra registada uma perda de imparidade no montante de 750.000 Euros.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efectua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

Antiguidade de contas a receber

Maturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade

2008					
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	50.248.590	3.391.670	272.031	11.096.015	65.008.306
Clientes Cob. Duvidosa	-	-	-	-	-
Funcionários	15.381	813	-	2.771.265	2.787.459
Concessionários Independentes	7.051.559	261.659	911	9.205	7.323.334
Frotistas	459.779	95.405	99.612	12.286	667.082
Total	57.775.309	3.749.547	372.554	13.888.771	75.786.181

2007					
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	41.720.762	3.551.264	2.234.117	15.660.605	63.166.748
Clientes Cob. Duvidosa	-	-	-	-	-
Funcionários	46.431	29.151	66.154	2.396.075	2.537.811
Concessionários Independentes	6.544.898	664.512	13.796	-	7.223.206
Frotistas	264.293	678	2.866	10.834	278.671
Total	48.576.384	4.245.605	2.316.933	18.067.514	73.206.436

2008					
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	-	-	-	1.124.374	1.124.374
Clientes Cob. Duvidosa	9.196	-	45.272	10.832.173	10.886.641
Total	9.196	-	45.272	11.956.547	12.011.015

2007					
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	-	-	-	1.124.374	1.124.374
Clientes Cob. Duvidosa	-	-	-	11.027.985	11.027.985
Total	-	-	-	12.152.359	12.152.359

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua

avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

13. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-08	Dez-07
Adiantamentos a fornecedores	22.447	23.038
Estado e outros entes públicos	195.871	836.607
Outros devedores	16.741.320	8.234.946
	16.959.638	9.094.591

A rubrica “Outros devedores” inclui o montante de, aproximadamente, 11,7 Milhões de Euros (3,6 Milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2007) que corresponde a adiantamentos efectuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da actividade de retalho automóvel e que se estima que venham a ser suportados por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o montante de, aproximadamente, 2 Milhões de Euros a receber da empresa relacionada Auto Partner III, SGPS, S.A.. Este montante encontra-se a vencer juros a taxas de mercado e não tem um plano de reembolso definido.

14. Outros Activos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-08	Dez-07
Acréscimos de proveitos		
Reclamações de garantia	820.932	585.831
Comparticipação em frotas e campanhas	389.821	32.851
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	163.823	-
Subsídios à formação	115.195	153.401
Rendas	113.814	49.273
Seguros	57.316	81.640
Bónus de fornecedores	24.763	83.674
Juros a receber	10.959	71.401
Outros	177.666	102.777
	1.874.289	1.160.848
Custos diferidos		
Juros liquidados	335.082	302.693
Seguros	209.689	207.698
Custos oficiais	184.521	149.516
Garantias bancárias	57.164	66.087
Outros	255.801	173.080
	1.042.257	899.074
Total	2.916.546	2.059.922

15. Impostos e Impostos Diferidos

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, podem ser resumidos como segue:

	2008			
	Dez-07	Impacto em resultados (Nota 28)	Impacto em capitais próprios	Dez-08
Impostos diferidos activos:				
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.708.978	12.731	-	1.721.709
Prejuízos fiscais reportáveis	381.011	(247.404)	-	133.607
Anulação de imobilizações	349.570	(17.725)	-	331.845
Anulação de custos diferidos	132.151	26.377	-	158.528
Valorização de instrumentos derivados	(3.446)	217.635	-	214.189
	2.568.264	(8.386)	-	2.559.878
Passivos por impostos diferidos:				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.287.684)	160.441	-	(1.127.243)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(617.980)	70.544	-	(547.436)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(19.551)	19.551	-	-
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(48.893)	6.113	-	(42.781)
Imputação do justo valor de investimentos financeiros (Nota 10)	(2.450.175)	-	2.450.174	-
	(4.424.283)	256.649	2.450.174	(1.717.460)
Efeito líquido		248.263	2.450.174	

	2007				
	Dez-06	Variações de perímetro	Impacto em Resultados (Nota 28)	Impacto em Capitais Próprios	Dez-07
Impostos diferidos activos:					
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.899.497	72.986	(263.505)	-	1.708.978
Prejuízos fiscais reportáveis	145.449	235.562	-	-	381.011
Anulação de imobilizações	371.513	15.127	(37.070)	-	349.570
Anulação de custos diferidos	69.075	-	63.076	-	132.151
Valorização de instrumentos derivados	4.687	(4.687)	(3.446)	-	(3.446)
	2.490.221	318.988	(240.945)	-	2.568.264
Passivos por impostos diferidos :					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.360.193)	-	72.509	-	(1.287.684)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(697.974)	-	79.994	-	(617.980)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(301.159)	-	281.609	-	(19.551)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(55.005)	-	6.112	-	(48.893)
Imputação do justo valor de investimentos financeiros	(2.608.494)	-	-	158.319	(2.450.175)
	(5.022.825)	318.988	440.223	158.319	(4.424.283)
Efeito líquido		318.988	199.278	158.319	

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2008, e com base nas últimas declarações fiscais entregues, as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis eram como segue:

Com limite de data de utilização:	Dez-08		Dez-07		Data limite de utilização
	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos activos	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos activos	
Gerados em 2002					
- Caetano Components, S. A.	-	-	581.796	145.449	2008
Gerados em 2003					
- Caetano Components, S. A.	-	-	65.744	-	2009
Gerados em 2004:					
- Caetano Components, S. A.	373.132	98.880	641.587	-	2010
Gerados em 2005					
- Auto Partner SGPS S. A.	69.055	-	69.055	17.264	2011
- Auto Partner II, S. A.	481.169	-	481.169	120.292	2011
- Caetano Components, S. A.	315.793	34.727	315.793	-	2011
Gerados em 2006					
- Auto Partner SGPS S. A.	2.059	-	3.785	946	2012
- Auto Partner II, S. A.	388.237	-	388.237	97.059	2012
Gerados em 2007					
- Auto Partner SGPS S. A.	63.772	-	-	-	2013
- Auto Partner CA, S. A.	219.604	-	-	-	2013
- Auto Partner II, S. A.	1.100.930	-	-	-	2013
	3.013.751	133.607	2.547.166	381.011	

Numa óptica de prudência, algumas das Empresas do Grupo Toyota Caetano não procedem e/ou despreconheceram no exercício de 2008 os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos impostos correntes e diferidos foram as seguintes:

	Taxa de imposto	
	31.12.2008	31.12.2007
País origem da filial:		
Portugal	26,5%/25%	26,5%/25%
Cabo Verde	35,0%	35,0%
Reino Unido	30,0%	30,0%

Com exceção da Movicargo, as empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 63º e 64º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2005 a 2008 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

16. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	Dez-08	Dez-07
Numerário	171.991	124.296
Depósitos bancários	15.451.558	4.373.042
Equivalentes a Caixa	10.923	9.095
	15.634.472	4.506.433

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de Dezembro de 2008 no montante de, aproximadamente, 173,6 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade. Em 31 de Dezembro de 2008, os pagamentos provenientes de investimentos financeiros foram como segue:

Montantes de pagamentos no âmbito da aquisição de participações financeiras	
Movicargo	1.130.000

17. Composição do Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S. A. 60,00%
- Toyota Motor Europe NV/S. A. 27,00%

18. Capital Próprio

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 11 de Abril de 2008, foi pago um dividendo de 0,25 Euros por acção (dividendo total de 8.750.000 Euros). Em 18 de Maio de 2007, o dividendo pago foi de 0,17 Euros por acção (dividendo total de 5.950.000 Euros).

Em relação ao exercício de 2008, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo de 0,07 Euros por acção. Esta proposta está sujeita a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e não foi incluída como responsabilidade nas demonstrações financeiras. O montante total estimado de dividendos ascende a 2.450.000 Euros. O pagamento deste dividendo não terá quaisquer impactos fiscais para o Grupo.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão

As reservas de conversão reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

19. Interesses Minoritários

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi como segue:

		Dez-08	Dez-07
Saldo inicial em 1 de Janeiro		3.936.005	4.285.575
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários		(232.087)	(400.541)
Outros		(213.459)	50.971
Saldo final em 31 de Dezembro		3.490.459	3.936.005

20. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe da rubrica “Empréstimos” era como segue:

	Dez-08			Dez-07		
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL
Empréstimos bancários	98.808.979	2.000.000	100.808.979	88.097.194	2.000.000	90.097.194
Descobertos bancários	17.598.783	-	17.598.783	7.975.092	-	7.975.092
	116.407.762	2.000.000	118.407.762	96.072.286	2.000.000	98.072.286

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respectivas condições, é como segue:

2008					
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo	
Não corrente					
Papel Comercial:					
Caetano Renting	2.000.000	2.000.000	31-03-2006	5 anos	
Corrente					
Contas correntes caucionadas	22.318.057	50.850.000			
Descobertos bancários	17.598.783	24.250.000			
Facturas descontadas em regime de “Confirming”	4.990.922	5.000.000			
Papel comercial:					
Toyota Caetano Portugal	8.200.000	8.200.000	25-08-2006	5 anos	
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	07-12-2006	5 anos	
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	29-06-2007	5 anos	
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	27-11-2007	5 anos	
Toyota Caetano Portugal	6.800.000	6.800.000	05-06-2008	3 anos	
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	08-09-2008	5 anos	
Toyota Caetano Portugal	-	20.000.000	12-07-2007	5 anos	
Caetano Auto	4.000.000	4.000.000	30-08-2007	4 anos	
	116.407.762	171.600.000			
	118.407.762	173.600.000			

2008					
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo	
Não corrente					
Papel Comercial:					
Caetano Renting	2.000.000	2.000.000	31-03-2006	5 anos	
Corrente					
Contas correntes caucionadas	40.900.000	88.960.000			
Descobertos bancários	7.975.092	8.650.000			
Papel comercial:					
Toyota Caetano Portugal	8.200.000	8.200.000	25-08-2006	5 anos	
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	07-12-2006	5 anos	
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	29-06-2007	5 anos	
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	27-11-2007	5 anos	
Caetano Auto	3.997.194	4.000.000	30-08-2007	4 anos	
	96.072.286	144.810.000			
	98.072.286	146.810.000			

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um “spread” que varia entre 0,25% e 1,50%.

Relativamente ao programa de papel comercial em 31 de Dezembro de 2008 classificado como “não corrente”, as respectivas emissões podem ser efectuadas até um ano, até ao limite contratado, tendo a instituição financeira assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efectuar no âmbito do contrato, sendo igualmente intenção do Conselho de Administração utilizar aquele Programa num período superior a 12 meses.

Em 31 de Dezembro de 2008, o programa de papel comercial classificado como não corrente tinha o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto:

Dez-08	Taxa de juro média efectiva	2009	2010	2011	Total
Papel comercial					
Amortização		-	-	2.000.000	2.000.000
Juros	3,23%	86.513	65.497	32.479	184.490
		86.513	65.497	2.032.479	2.184.490

21. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades são liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

22. Outras Dívidas a Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Passivos Correntes		Passivos Não Correntes	
	Dez-08	Dez-07	Dez-08	Dez-07
Estado e outros Entes Públicos:				
Retenção de impostos sobre o Rendimento	402.354	421.412	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9.091.189	7.100.053	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto estimado) (Nota 28)	2.533.000	4.765.736	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas colectivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	(2.446.109)	(2.301.558)	-	-
Imposto Automóvel	4.097.522	3.638.877	-	-
Direitos aduaneiros	715.470	1.011.333	-	-
Contribuições para a Segurança Social	811.033	808.985	-	-
Outros	206.293	481.456	-	-
	15.410.752	15.926.294	-	-
Accionistas	46.544	1.260.047	1.237.338	-
Adiantamentos de Clientes	905.430	541.520	-	-
Fornecedores de Imobilizado	2.200.624	827.859	7.725.677	2.516.915
Outros credores	2.667.531	2.529.907	16.448	20.282
	21.230.881	21.085.627	8.979.463	2.537.197

A rubrica “Accionistas” classificada como passivo não corrente diz integralmente respeito à entidade “F.S., S.G.P.S., S.A.”, accionista das Empresas que constituem o Grupo Auto Partner.

A rubrica “Fornecedores de imobilizado” (Corrente e não corrente) inclui responsabilidades do Grupo como locatário, em contratos de locação financeira, relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como segue:

Contrato	Bem locado	Curto Prazo	Médio/longo prazo					TOTAL
			2010	2011	2012	> 2012	TOTAL	
400000780	Equipamento Industrial							
	Capital	15.300	-	-	-	-	-	15.300
	Juros	191	-	-	-	-	-	191
343616	Equipamento Industrial							
	Capital	112.191	118.822	125.845	133.283	82.087	460.037	572.228
	Juros	30.693	24.062	17.039	9.601	2.055	52.757	83.450
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	68.058	79.923	82.354	84.859	917.548	1.164.684	1.232.742
	Juros	36.701	33.572	31.141	28.656	196.415	289.784	326.485
VNG002	Instalações comerciais							
	Capital	36.071	38.106	40.256	42.526	1.106.061	1.226.949	1.263.020
	Juros	68.566	66.531	64.382	62.111	604.240	797.264	865.830
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	355.064	371.986	385.026	387.722	775.127	1.919.861	2.274.925
	Juros	106.234	89.312	71.556	53.407	49.916	264.191	370.425
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	1.081.140	998.979	886.805	589.870	478.492	2.954.146	4.035.286
	Juros	127.124	86.871	53.812	27.185	9.358	177.226	304.350
	Total de Capital	1.667.824	1.607.816	1.520.286	1.238.260	3.359.315	7.725.677	9.393.501
	Total de Juros	369.510	300.348	237.930	180.960	861.984	1.581.222	1.950.731

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos activos locados.

23. Outros Passivos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

		Dez-08	Dez-07
Acréscimos de custos			
Encargos com férias e subsídios de férias		6.193.747	6.473.592
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas		1.911.710	1.086.435
Campanhas publicitárias e promoção vendas		1.638.084	916.202
Especialização de custos afectos a viaturas vendidas		1.523.709	2.662.649
Rendas		637.500	150.289
Comissões a liquidar		359.841	64.464
Reclamações de garantia		257.891	34.431
Custos “extracare” com garantias “Optimo”		242.450	244.350
Seguros a liquidar		211.063	331.921
Royalties		191.241	193.775
Juros a liquidar		133.295	542.654
Outros		4.351.746	1.325.495
		17.652.277	14.026.258
Proveitos diferidos			
Juros debitados a clientes		264.615	190.018
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios		228.000	525.970
Rappel		35.834	100.000
Valor recebido da API, no âmbito do POE		-	537.370
Outros		788.176	191.920
Total		1.316.625	1.545.278
		18.968.902	15.571.536

24. Responsabilidades Por Pensões

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e 23 de Dezembro de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2008, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S. A.
- Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S. A.
- Caetano Components, S. A.
- Caetano Renting, S. A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Face à conjuntura económica que se vive actualmente, e às responsabilidades crescentes que uma estrutura fundiária como a nossa acarreta para o conjunto de empresas que o compõem, foi em 19 de Dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de Dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a acta de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 Janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os actuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os actuais trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de Janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida. Este grupo, que passará a integrar o Plano de Contribuição Definida representava, com base nos dados do estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2007, cerca de 20% das responsabilidades totais estimadas.

Em 29 de Dezembro de 2008 foi recepcionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de Janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de Janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades actuariais apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

De acordo com estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo, o Grupo Toyota Caetano tem vindo a efectuar contribuições para o mesmo (registadas na Demonstração dos resultados em “Custos com o pessoal”), tendo no exercício de 2008 essa contribuição ascendido a 812 milhares de Euros (840 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2007), permitindo que a situação patrimonial do Fundo ascendesse, em 31 de Dezembro de 2008 a, aproximadamente, 28,1 milhões de Euros. A parcela das responsabilidades globais estimadas actuarialmente para o plano de benefício definido respeitantes ao Grupo Toyota Caetano ascendem em 31 de Dezembro de 2008 a, aproximadamente, 28,4 milhões de Euros. As responsabilidades do Fundo encontram-se totalmente cobertas, quer pela situação patrimonial do Fundo, quer pelo valor registado na rubrica do balanço “Responsabilidades por pensões” no montante de, aproximadamente, 291 mil Euros.

Face à clarificação do pedido de alteração do Plano de Benefícios existente em 31 de Dezembro de 2007 e correspondente aprovação pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal, entendeu o Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal voltar a adoptar a Tábua de Mortalidade TV 73/77 no cálculo actuarial das responsabilidades com aquele Plano, ao invés de utilizar a Tábua de Mortalidade TV 88/90, conforme procedimento adoptado em anos anteriores. As principais razões que estiveram na base desta decisão são:

- a informação reportada pela Entidade gestora do Fundo de Pensões e que procede aos cálculos actuariais, de que a Tábua de Mortalidade TV 73/77 tem uma aderência adequada ao universo de beneficiários dos Complementos de Reforma; e

- o facto de a alteração aprovada pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal ter “interrompido” o aumento do universo de beneficiários, sendo o universo actual composto por reformados, ex-funcionários da Empresa com “Pensões diferidas” e actuais funcionários e quadros do Grupo com idade superior a 50 anos.

Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

As responsabilidades com pensões no âmbito do “Fundo de Pensões Salvador Caetano” a 1 de Janeiro de 2008, após aprovação do ISP – Instituto de Seguros de Portugal do formato do novo plano, conforme atrás referido, eram de 34.253.060 Euros.

A repartição deste valor a 1 de Janeiro de 2008 pelos dois planos resultantes (Plano de benefício definido e Plano de contribuição definida) pode resumir-se como segue:

Plano de benefício definido	28.258.700
Plano de contribuição definida	5.994.360
	34.253.060

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2008 pode ser resumido como segue:

Responsabilidades em 1 Janeiro 2008	28.258.700
Custo dos serviços correntes.....	338.030
Custo dos juros	1.372.544
(Ganhos) e perdas actuariais	4.861
Pagamentos de Pensões	(1.615.632)
Responsabilidades em 31 Dezembro 2008.....	28.358.503

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2008, foi como segue:

Rúbrica	Plano benefício definido	Plano contribuição definida	Total
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2007	27.916.070	5.994.360	33.910.430
Contribuições	380.650	430.906	811.556
Retorno real dos activos do plano	1.386.077	203.274	1.589.351
Pagamentos de Pensões	(1.615.632)	-	(1.615.632)
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2008	28.067.165	6.628.540	34.695.705

25. Provisões e Perdas por Imparidade Acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi o seguinte:

2008					
	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas investimentos (Nota 10)	1.995	1.538.983	-	-	1.540.978
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 12)	12.132.789	436.535	(219.378)	158.428	12.508.374
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 11)	2.581.290	1.012.980	(537.879)	12.708	3.069.099
Provisões	2.127.902	571.095	-	(2.067.813)	631.184

2007					
	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.141.702	-	(1.139.707)	-	1.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	13.828.477	171.460	(1.867.148)	-	12.132.789
Perdas de imparidade acumuladas em existências	5.023.768	1.496.855	(3.939.333)	-	2.581.290
Provisões	1.960.090	2.067.812	(90.000)	(1.810.000)	2.127.902

A totalidade do aumento da rubrica “Provisões” ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foi registado por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados “Custos com o pessoal”.

A coluna “Outras regularizações” da rubrica “Provisões” diz respeito ao pagamento de gratificações aos colaboradores no exercício de 2008, em função da performance atingida no exercício de 2007.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe da rubrica “Provisões” é como se segue:

Descrição	Dez-08	Dez-07
Gratificações aos colaboradores	571.095	2.067.812
Contingências fiscais	60.089	60.090
	631.184	2.127.902

26. Instrumentos Financeiros Derivados

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo Toyota Caetano existentes em 31 de Dezembro de 2008 respeitam a “swaps” de taxa de juro (“cash flow hedges”) contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos, que embora não cumprindo os requisitos para serem designados instrumentos de cobertura, contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a optimização do custo do funding.

O justo valor em 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 821.262 Euros, e compreende uma exposição total de 42 Milhões de Euros, pelo prazo de 2 anos, a contar desde 21 de Outubro de 2008.

Estes instrumentos derivados foram avaliados tendo em consideração os cash flows estimados resultantes dos mesmos. É intenção do Grupo Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros decorrentes destes instrumentos.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pela entidade bancária com quem os instrumentos foram contratados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado.

27. Compromissos Financeiros Assumidos e não Incluídos no Balanço Consolidado

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	Dez-08	Dez-07
por letras descontadas	8.705	31.701
por créditos abertos	37.123	172.069
por fianças prestadas	18.305.574	17.507.880
	18.351.402	17.711.650

Dos montantes apresentados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 10.700.000 Euros refere-se a caução prestada à Direcção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.

28. Impostos Sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são detalhados como segue:

	Dez-08	Dez-07
Imposto corrente (Nota 22)	2.533.000	4.765.736
Imposto diferido (Nota 15)	(248.263)	(199.278)
	2.284.737	4.566.458

A reconciliação do resultado antes de imposto dos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	Dez-08	Dez-07
Resultados antes de impostos	3.850.442	13.881.213
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
	1.020.367	3.678.521
Provisões não aceites como custo fiscal	12.731	(263.505)
Prejuízos fiscais reportáveis	(247.404)	-
Anulação de imobilizações	(17.725)	(37.070)
Anulação de custos diferidos	26.377	63.076
Valorização de instrumentos derivados	217.635	(3.446)
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	160.441	72.509
Efeito do reinvestimento de mais-valias geradas com alienação de imobilizações	70.544	79.994
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	19.551	281.609
Mais-valia fiscal de acordo com nº7 artº7 Lei30/G 2000	6.113	6.112
Tributações autónomas	515.039	316.180
Outros	501.068	372.478
	2.284.737	4.566.458

29. Resultados por Acção

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	Dez-08	Dez-07
Resultado básico		
- operações continuadas	1.565.706	9.314.755
- operações descontinuadas	-	1.810.601
Resultado diluído		
- operações continuadas	1.565.706	9.314.755
- operações descontinuadas	-	1.810.601
Número de acções	35.000.000	35.000.000
Resultados por acção (básico e diluído)		
de operações continuadas	0,045	0,266
de operações descontinuadas	-	0,052
	0,045	0,318

Durante os exercícios de 2008 e 2007 não ocorreu qualquer alteração ao número de acções.

30. Informação por segmentos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

Apresentação da Informação por Segmentos (Euros)

Por Negócio Industrial e Não Industrial	2008					Eliminações	Consolidado
	Mercado Nacional	Mercado Externo	Não Industrial				
RÉDITOS			Mercado Nacional	Mercado Externo			
Vendas externas	65.463.586	51.806.499	600.452.338	33.050.686	(215.394.975)	535.378.134	
Réditos Totais	65.463.586	51.806.499	600.452.338	33.050.686	(215.394.975)	535.378.134	
RESULTADOS							
Resultados segmentais e inter-segmentais	3.643.443	3.988.548	33.547.460	1.326.149	(16.066.058)	26.439.542	
Gastos da empresa	68.356.707	58.435.709	626.050.170	31.420.483	(230.442.638)	553.820.431	
Resultados Operacionais	750.322	(2.640.662)	7.949.628	2.956.352	(1.018.395)	7.997.245	
Custos - juros	1.700.575	584.068	5.437.722	165.280	(696.849)	7.190.796	
Proveitos - juros	90.394	-	2.085.861	-	867.739	3.043.994	
Impostos s/ os lucros	23.239	-	1.153.920	595.516	512.062	2.284.737	
Resultados de actividades ordinárias	(883.098)	(3.224.730)	3.443.847	2.195.556	34.131	1.565.706	
Resultado líquido com Interesses Minoritários	(883.098)	(3.224.730)	3.443.847	2.195.556	34.131	1.565.706	
OUTRAS INFORMAÇÕES							
Activos do segmento	117.895.419	-	169.795.178	4.460.091	(62.889.384)	229.261.304	
Activos da empresa	49.892.780	-	134.039.405	5.154.188	(75.727.017)	113.359.356	
Activos totais consolidados	167.788.199	-	303.834.583	9.614.279	(138.616.401)	342.620.660	
Passivo da empresa	91.005.748	-	206.670.498	787.941	(85.151.179)	213.313.009	
Passivos totais consolidados	91.005.748	-	206.670.498	787.941	(85.151.179)	213.313.009	
Dispêndios de capital fixo	7.396.654	-	16.831.395	45.346	(5.527.204)	18.746.191	
Depreciações	12.636.207	-	10.239.807	170.004	(2.671.508)	20.374.511	

Por Negócio Industrial e Não Industrial	2007					Eliminações	Consolidado
	Mercado Nacional	Mercado Externo	Não Industrial				
RÉDITOS			Mercado Nacional	Mercado Externo			
Vendas externas	74.299.118	37.703.180	646.130.641	27.957.629	(240.560.759)	545.529.809	
Réditos Totais	74.299.118	37.703.180	646.130.641	27.957.629	(240.560.759)	545.529.809	
RESULTADOS							
Resultados segmentais e inter-segmentais	(1.880.900)	3.535.681	32.489.882	1.649.398	(4.988.502)	30.805.559	
Gastos da empresa	72.795.894	42.414.493	663.293.169	26.412.390	(244.630.263)	560.285.683	
Resultados Operacionais	(377.676)	(1.175.632)	15.327.354	3.194.637	(918.998)	16.049.685	
Custos - juros	1.564.104	306.361	4.525.869	137.818	(467.408)	6.066.744	
Proveitos - juros	27.459	-	2.345.096	-	1.525.717	3.898.272	
Impostos s/ os lucros	(123.265)	-	4.581.418	743.655	(635.350)	4.566.458	
Resultados de actividades ordinárias	(1.791.056)	(1.481.993)	8.565.163	2.313.164	1.709.477	9.314.755	
Resultado de operações descontinuadas	1.810.601	-	-	-	-	-	
Resultado líquido com Interesses Minoritários	19.545	(1.481.993)	8.565.163	2.313.164	1.709.477	9.314.755	
OUTRAS INFORMAÇÕES							
Activos do segmento	125.257.461	-	209.163.973	3.443.663	(54.858.520)	283.006.577	
Activos da empresa	39.519.215	-	68.446.928	4.984.060	(57.606.185)	55.344.018	
Activos totais consolidados	164.776.676	-	277.610.901	8.427.723	(112.464.705)	338.350.595	
Passivo da empresa	84.725.928	-	169.493.514	1.194.624	(60.219.422)	195.194.644	
Passivos totais consolidados	84.725.928	-	169.493.514	1.194.624	(60.219.422)	195.194.644	
Dispêndios de capital fixo	8.895.689	-	11.435.093	102.279	(11.795.301)	8.637.760	
Depreciações	12.352.373	-	8.991.753	175.629	(2.016.700)	19.503.055	

O segmento industrial inclui a actividade de montagem de viaturas comerciais (“Dyna e Hiace”) e de autocarros (Instalações fabris localizadas em Ovar), a actividade de produção de espumas e componentes relacionados para viaturas automóveis e autocarros, bem como as operações de aluguer de automóveis sem condutor, tendo em conta o Decreto-lei nº 28/74 de 31 de Janeiro que assim considera aquele regime de exploração.

No segmento não industrial encontra-se essencialmente reflectida toda a actividade de importação, distribuição e comercialização de viaturas automóveis e peças e a respectiva assistência técnica.

A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transacções entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Não-Industrial”.

31. Número Médio de Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo Toyota Caetano foi o seguinte:

Pessoal	Dez-08	Dez-07
Empregados	1.352	1.458
Assalariados	758	644
	2.110	2.102

32. Vendas e Prestações de serviços por Mercados geográficos e Actividade

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, foi como segue:

Mercado	Dez-08		Dez-07	
	Valor	%	Valor	%
Nacional	466.682.348	87,17%	490.836.338	89,97%
Alemanha	10	0,00%	2.082.977	0,38%
Reino Unido	290.061	0,05%	1.733.725	0,32%
Espanha	381.696	0,07%	1.735.341	0,32%
Palop's	11.984.544	2,24%	12.736.717	2,33%
Outros Mercados	56.039.475	10,47%	36.404.711	6,67%
	535.378.134	100,00%	545.529.809	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por actividade é como segue:

Actividade	Dez-08		Dez-07	
	Valor	%	Valor	%
Veículos	435.952.731	81,43%	451.743.547	82,81%
Peças	58.777.527	10,98%	56.788.800	10,41%
Reparações	22.191.650	4,15%	17.950.964	3,29%
Outros	18.456.226	3,44%	19.046.498	3,49%
	535.378.134	100,00%	545.529.809	100,00%

33. Outros Proveitos Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica “Outros proveitos operacionais” tem a seguinte composição:

Outros proveitos operacionais	Dez-08	Dez-07
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	4.802.361	2.670.958
Recuperação de garantias (Toyota)	4.410.949	6.341.363
Aluguer de equipamento	3.799.477	2.758.524
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	2.873.034	3.406.486
Mais-valias na alienação de imobilizado corpóreo	2.801.782	3.754.483
Serviços prestados	1.777.835	1.837.749
Subsídios à exploração	928.124	910.751

Outros proveitos operacionais	Dez-08	Dez-07
Recuperação de despesas de transporte	824.651	2.155.803
Recuperação de liquidações fiscais (Nota 36)	205.754	1.035.077
Outros	4.015.575	6.581.681
Total	26.439.542	31.452.875

34. Demonstrações Consolidadas de Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	Dez-08	Dez-07
Juros suportados	6.369.533	5.295.975
Outros custos e perdas financeiros	821.263	770.769
Resultados financeiros	(4.146.802)	(2.168.472)
	3.043.994	3.898.272

Proveitos e Ganhos	Dez-08	Dez-07
Juros obtidos	306.527	860.522
Rendimentos de imóveis (Nota 8)	2.737.467	2.786.665
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	251.085
	3.043.994	3.898.272

35. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transacções entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transacções entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como segue:

Empresas Relacionadas	Produtos		Imob.	Serviços		Prov Supl	Juros		Outros		
	Vendas	Compras		Aquisições	Prestados		Prestados	Proveito	Custo	Proveito	Custo
AE MOTORES - COMÉRCIO SERVIÇOS AUTOMÓVEIS, LDA.	(1.447.281)	250.533	299.895	(11.280)	50.510	(66.042)		-	22	(217.484)	8.878
ALBITIN - CIMFT, LDA.	(2.336)	413.551		-	(333)	4.393	(8.773)		-	-	25.568
AUTOGARME-AUTO GARAGEM DE MATOSINHOS, S. A.	(26.252)	-	-	-	-	111.791	(966)		-	-	2.431
AUTO COMERCIAL OURO, S. A.	(61.577)	346.603	485.807	(3.757)	24.527	(18.756)		-	-	-	-
AUTO PARTNER IMOBILIÁRIA, S. A.	-	-	-	-	-	295.740		-	-	-	-
AUTO PARTNER-PEÇAS E SERVIÇOS, LDA.	131.853	749.520		-	(71.351)	485.730	(462.933)		-	(161)	5.368
AUTOVAGA, COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	(150)	503.729		-	(1.483)	56	-	-	-	(2.141)	-
AUTO-VÍSTULA, COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	(18.594)	60.907	774.354	(55.039)	5.611	(111.258)		-	-	(29.800)	187
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	(5.188.639)	377.227		-	(95.458)	135.727	(296.844)		-	(222.267)	194.748
CAETANO AUTOBODY, COMÉRCIO DE AUTOCARROS, S. A.	(186.343)	106.348		-	(25.606)	327.797	(115.305)		-	-	-
CAETANO COATINGS-REVESTIMENTOS AUTO E INDUSTRIAL, S. A.	(612.001)	857		-	(28.790)	392.176	(1.029.264)		-	-	55.289
CAETANO POWER (PORTO), S. A.	(540)	15.279		-	-	422	(1.970)		-	-	-
CAETANO SPAIN, S. A.	(166.995)	-	-	(2.500)	5.177	-	-	-	-	-	-

Empresas Relacionadas	Produtos		Imob.	Serviços		Prov Supl	Juros		Outros	
	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos	Prestados	Proveito	Custo	Proveito	Custo
CAETANO UK LIMITED	-	-	-	-	9.463	-	-	-	-	-
CAETANOBUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS S. A.	(4.451.358)	141.568	-	(556.336)	106.368	(2.104.738)	-	-	-	-
CAETSU PUBLICIDADE, S. A.	(36.011)	1.252	-	(1.437)	7.263.845	(647.144)	-	-	-	2.085
CAISB - COMPANHIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO, S. A.	-	-	-	-	365.801	-	-	-	-	-
CARPLUS - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	(31.205)	347.098	-	(1.305)	3.648	(2)	-	-	-	7.458
CARVEGA - COMÉRCIO AUTOMÓVEL, S. A.	(14.548)	132.163	-	(2.412)	1.673	(47.720)	-	-	-	5.040
CARWEB - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	(4.228)	88.400	-	(5.664)	(8.661)	(2.057)	-	-	-	-
CATEDRAL DO AUTOMÓVEL, S. A.	-	-	-	-	150.324	-	-	-	-	-
CHOICE CAR, S. A.	(4.780.726)	1.809	-	(45.529)	(16)	(41.693)	-	-	-	-
CITYPLUS - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	(143.510)	162.078	313.342	(19.862)	36.772	(27.048)	-	-	(96.153)	689
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S. A.	(43.031)	-	174.737	(15.548)	614.137	(16.174)	-	-	(6.931)	-
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	(10)	7.587	-	-	30.381	-	(3.000)	-	-	-
CORAL - CORRETORES DE SEGUROS, S. A.	(10.559)	11.133	-	1.107	123.670	(76.677)	-	-	(282.397)	6.847
DICUORE - DECORAÇÃO, S. A.	(276)	-	-	(118)	38.261	-	(78.606)	-	-	-
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S. A.	(13.636)	-	-	-	-	(7.648)	-	-	-	-
FERNANDO SIMÃO - SOC. DE COM. DE AUTOM. E REPRESENT., LDA.	(192.914)	874.606	-	(293)	300.518	(187.981)	(4)	-	(1.770)	11
FERTOTA, S. A.	-	100.209	-	-	-	(3.300)	-	-	-	-
FERWAGEN, S. L.	-	17.329	-	-	-	-	-	-	-	-
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, S. A.	(2.714.022)	1.198.485	15.873	(80.628)	1.604.929	(80.478)	-	-	-	225
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQUINAS E TINTAS, S. A.	(4.063)	74.461	4.944	(1.715)	43.356	-	-	-	-	274
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S. A.	-	-	-	-	493	(612)	-	-	-	-
GUÉRIN-RENT-A-CAR (DOIS), LDA.	(104.591)	9.587	-	(890.202)	258.416	(50.949)	-	-	-	626
INTERESTORIL PARTICIPAÇÕES, S. A.	-	-	-	-	-	(27.842)	-	-	-	-
INTERVAGA, COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS, LDA.	-	1.381	-	(143)	(7.650)	(19.990)	-	-	-	-
JOSE MARIO CLEMENTE DA COSTA, S. A.	-	-	-	-	23.224	(26.673)	-	-	-	-
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S. A.	(320.666)	337.616	-	(7.033)	171.524	(7.990)	-	-	(2.071)	20.089
NOVAVAGA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E PEÇAS, S. A.	(2.162)	128.255	-	-	(8.104)	(14.611)	-	-	-	33.451
NOVEF - SGPS S. A.	(902)	-	-	(400)	-	-	-	-	-	-
POAL - PAVIMENTAÇÕES E OBRAS ACESSÓRIAS, S. A.	(900)	-	-	(386)	-	(28)	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S. A.	(106.034)	-	-	(603)	124.681	(6.976)	-	-	-	-
PREMIUM FER, S. A.	(31.410)	3.769	-	-	-	-	-	-	-	-
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, S. A.	-	-	156.090	(101)	498.804	(24.078)	-	-	-	-
REICOMSA, S. A.	-	-	-	-	-	(180)	-	-	-	-
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S. A.	(5.635)	3.046	-	(189.506)	4.288.718	(167.099)	-	-	(744)	24.965

Empresas Relacionadas	Produtos		Imob.	Serviços		Prov Supl	Juros		Outros		
	Vendas	Compras		Aquisições	Prestados		Prestados	Proveito	Custo	Proveito	Custo
SALTRIANA - SOCIEDADE AGRÍCOLA DE TRIANA, LDA.	-	-	-	-	-	20.719	(500)	-	-	-	-
SALVADOR CAETANO-AUTO-SGPS, S. A.	-	-	-	-	-	126	-	-	-	-	-
SETUCAR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	(233.271)	180.734	-	11.345	(2.080)	(26.266)	-	-	-	(4.776)	-
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA.	(55.662)	-	379.322	(48.196)	8.646	(2.019)	-	-	(12.827)	3.958	-
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, S. A.	(9.028)	-	-	(192)	-	(105)	-	-	-	-	-
SOL PORTUGAL - VIAGENS TURISMO, Lda.	-	-	-	-	28.979	(125)	-	-	-	-	-
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	(337)	16.306	-	(118)	23.983	(569)	-	-	-	-	-
TECNICAS DE REPARACIÓN RAFER, S. A.	(145)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOVICAR, SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS, S. A.	(126.284)	224.283	-	(53.552)	5.680	(39.781)	-	-	(214)	-	-
VDR AUTO-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA.	(10.266)	14.050	23.884	(195)	(272)	(12.269)	-	-	(2.240)	176	-
VR MOTOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA.	-	-	-	(6.582)	1.341	(12.269)	-	-	-	-	-
	(21.026.245)	6.901.759	2.628.248	(2.211.201)	17.961.354	(5.795.692)	(78.910)	22	(876.600)	393.587	

Empresas Relacionadas	Dívidas Comerciais		Empréstimos		Outras Dívidas	
	A receber	A pagar	Concedidos	Obtidos	A receber	A pagar
AE MOTORES - COMÉRCIO SERVIÇOS AUTOMÓVEIS, LDA.	1.651.080	60.410	-	-	-	39.135
ALBITIN, LDA.	5.916	132.795	-	-	-	-
ATLÂNTICA - COMP. PORTUGUESA DE PESCA, S. A.	5.111	-	-	-	-	-
AUTOCENTER-SERVIÇOS, ACESSÓRIOS E PEÇAS PARA VIATURAS, S. A.	1.136	5.671	-	-	-	-
AUTO COMERCIAL OURO, S. A.	46.808	55.524	-	-	-	94.525
AUTOGARME-AUTO GARAGEM DE MATOSINHOS, S. A.	25.401	91.145	-	-	-	-
AUTO PARTNER III, SGPS	-	-	2.015.065	1.203.143	-	-
AUTO PARTNER IMOBILIÁRIA, S. A.	4.231	119.701	-	-	-	-
AUTO PARTNER-PEÇAS E SERVIÇOS, LDA.	488.757	548.721	-	-	-	-
AUTOVAGA, COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	(9.501)	392.492	-	-	-	-
AUTO-VÍSTULA, COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	203.095	23.374	-	-	-	46.986
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	635.992	217.387	-	-	-	-
CAETANO AUTOBODY, COMÉRCIO DE AUTOCARROS, S. A.	2.042.854	270.874	-	-	-	-
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROCARIAS, S. A.	966.626	47.941	-	-	-	-
CAETANO COATINGS-REVESTIMENTOS AUTO E INDUSTRIAL, S. A.	98.184	96.403	-	-	-	-
CAETANO POWER (PORTO), S. A.	1.305	4.643	-	-	-	-
CAETANO SPAIN, S. A.	193.464	757	-	-	-	-
CAETANO UK LIMITED	78.319	7.148	-	-	-	-
CAETSU PUBLICIDADE, S. A.	105.973	475.319	-	-	-	-
CAISB - COMPANHIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO, S. A.	-	129.021	-	-	-	-
CARPLUS - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	39.055	12.808	-	-	-	-
CARVEGA - COMÉRCIO AUTOMÓVEL, S. A.	36.201	27.836	-	-	-	-
CARWEB - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	18.623	43.100	-	-	-	-
CATEDRAL DO AUTOMÓVEL, S. A.	944	84.243	-	-	-	-
CHOICE CAR, S. A.	9.219	-	-	-	-	-
CIBERGUIDA - INTERNET MARKETING, S. A.	9.954	-	-	-	-	-
CITYPLUS - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	793.570	(22.193)	-	-	-	24.566

Empresas Relacionadas	Dívidas Comerciais		Empréstimos		Outras Dívidas	
	A receber	A pagar	Concedidos	Obtidos	A receber	A pagar
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S. A.	102.498	754.562	-	-	84.335	-
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	(6.501)	40.574	-	-	-	-
CORAL - CORRETORES DE SEGUROS, S. A.	69.784	47.154	-	-	-	-
DICUORE - DECORAÇÃO, S. A.	67.465	3.461	-	-	-	-
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S. A.	4.544	-	-	-	-	-
FERNANDO SIMÃO - SOC. DE COM. DE AUTOM. E REPRESENT., LDA.	518.968	153.206	-	-	-	-
FERTOTA, S.A.	37	100.209	-	-	-	-
FERWAGEN, S. L.	229	2.965	-	-	-	-
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, S. A.	2.542.253	123.641	-	-	-	-
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQ. E TINTAS, S. A.	537	21.520	-	-	-	-
GLOBAL S (SGPS), S. A.	205	164	-	-	-	-
GRUPO SALVADOR CAETANO,SGPS, S. A.	68	654	-	-	-	-
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS), LDA.	708.379	216.400	-	-	-	-
INTERESTORIL PARTICIPAÇÕES, S. A.	9.874	-	-	-	-	-
INTERVAGA,COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS, LDA.	491	1.012	-	-	-	-
JOSE MARIO CLEMENTE DA COSTA, S. A.	25.539	7.875	-	-	-	-
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S. A.	4.502	620.851	-	-	-	-
NOVAVAGA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E PEÇAS, S. A.	89.721	239.206	-	-	-	-
NOVEF - SGPS S. A.	20.833	-	-	-	-	-
POAL - PAVIMENTAÇÕES E OBRAS ACESSÓRIAS, S. A.	18.420	-	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S. A.	25.889	46.404	-	-	-	-
PREMIUM FER, S. A.	(3.769)	-	-	-	-	-
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, S. A.	7.629	70.010	-	-	-	-
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S. A.	241.280	1.375.279	-	-	-	-
SALTRIANA - SOCIEDADE AGRÍCOLA DE TRIANA, LDA.	600	4.962	-	-	-	-
SALVADOR CAETANO-AUTO-SGPS S. A.	276	134	-	-	-	-
SALVADOR CAETANO (MOÇAMBIQUE), SARL	1.124.374	-	-	-	-	-
SETUCAR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S. A.	102.294	14.796	-	-	-	-
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA.	49.627	1.461	-	-	-	-
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, S. A.	200	666	-	-	-	-
SOCIEDADE SOARES DA COSTA, S.A.	30.451	-	-	-	-	-
SOL PORTUGAL - VIAGENS TURISMO Lda.	3.361	60	-	-	-	-
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	11.946	5.556	-	-	-	-
TECNICAS DE REPARACIÓN RAFER, S. A.	145	-	-	-	-	-
TOVICAR, SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS, S. A.	235.053	178.306	-	-	-	-
VIA COMERCIAL AUTOMOVILES, S. A.	123	-	-	-	-	-
VDR AUTO-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	21.091	-	-	-	-	-
VR MOTOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	13.959	-	-	-	-	-
	13.494.702	6.856.208	2.015.065	1.203.143	84.335	205.212

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foi efectuada a preços de mercado. Existe uma perda de imparidade registada em exercícios anteriores relativa a contas a receber de entidades relacionadas, referente à S.C. Moçambique, num montante de 750.000 Euros (Nota 12).

36. Activos e Passivos contingentes

Liquidações de Impostos:

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e relativamente às liquidações adicionais de 1999 foi recebida uma parte no montante de 205.754 Euros (Nota 33).

Para além destas foram também recebidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 juros indemnizatórios no montante de 441.198 Euros respeitantes a impugnação de IRC de 1996 já regularizada em exercícios anteriores pela Fazenda pública.

Na sequência de expectativas manifestadas em exercícios anteriores, foi durante o exercício de 2007 recuperado o valor de 1.035.077 Euros, registado na rubrica “Outros proveitos operacionais” referente a liquidações adicionais sobre o exercício de 1996, em devido tempo pagas e com decisão judicial favorável nesse exercício cumprida pela Administração Fiscal (Nota 33).

Face às decisões favoráveis obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995, 1998 e 1999, continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros indemnizatórios.

Em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, encontram-se reclamadas as notas de liquidação adicional em sede de IRC, ainda que pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, no valor de 1.308.711 Euros, dado a Empresa entender existirem razões legais válidas para estas contestações.

Relativamente à fiscalização efectuada aos exercícios de 2003 e 2004 foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações.

Caetano – Auto, S.A.

Em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 453.895 Euros, entretanto paga e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

Por sua vez, em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2004, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 677.473 Euros, entretanto paga e reconhecida como custo, para a qual a Empresa se encontra a elaborar contestação, dado entender existirem razões legais válidas para a mesma. Ainda no âmbito desta fiscalização, recebeu-se notificação para a correcção de prejuízos fiscais reportáveis entretanto utilizados em exercícios anteriores, no montante de 354.384 Euros, registada na rubrica “Outros custos operacionais” nesse exercício.

37. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A. nos exercícios de 2008 e 2007 foram como segue:

Órgãos Sociais	31.12.2008	31.12.2007
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	979.615	955.658
Remuneração variável	282.347	252.287

38. Informação Relativa à Área Ambiental

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a protecção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2008.

39. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

40. Eventos subsequentes

Em resultado da crise económico-financeira instalada, com impactos relevantes no sector automóvel, o nível das encomendas da Divisão Fabril de Ovar tem sofrido uma significativa evolução negativa nos últimos meses, o que levou o Grupo Toyota Caetano a adoptar todas as medidas ao seu alcance para tentar ultrapassar ou, pelo menos, minorar os problemas surgidos.

As paragens na produção daquela divisão tornaram-se inevitáveis, tendo o Grupo Toyota Caetano decidido pela adesão ao Programa de Qualificação e Emprego para o sector Automóvel, o qual se encontra regulamentado pela Portaria 126/2009 de 30 de Janeiro.

Este programa, ainda que não possa, só por si, resolver todas as dificuldades que enfrentamos será sem dúvida um instrumento que permitirá a curto prazo a manutenção da estrutura fabril existente, acreditando o Grupo que a seu tempo e com o retomar dos índices de confiança dos consumidores se poderá voltar a assistir à plena laboração na unidade fabril em causa.

41. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de Abril de 2009. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2008, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

O Técnico de Contas: Alberto Luis Lema Mandim

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Hiroyuki Ochiai; Massimo Nordio; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da Toyota Caetano Portugal, S.A. e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 342.620.660 Euros e capitais próprios de 129.307.651 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.797.793 Euros atribuível aos accionistas da Empresa, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 3 de Abril de 2009

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2008 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.
2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos durante o exercício ao acompanhamento da evolução dos negócios sociais e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis, à analise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação por amostragem dos respectivos registo.
3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
4. Analisamos a Certificação Legal das Contas Consolidada emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com a qual concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal do Grupo TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo, contendo ainda, uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

6. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:

- Aprove o relatório Consolidado do Conselho de Administração e as **Contas Consolidadas** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Vila Nova de Gaia, 7 de Abril de 2009

O Conselho Fiscal

José Jorge Abreu Fernandes Soares - Presidente; Kazuki Ogura; António Pimpão & Maximino Mota, SROC, representada por António Maia Pimpão

Toyota Caetano Portugal, S.A.

